

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ODOMARIA ROSA BANDEIRA MACEDO

***A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E CONFIGURAÇÃO DO LOCAL NO PROJETO
DO IRPAA***

RECIFE - PE
JUNHO DE 2004

ODOMARIA ROSA BANDEIRA MACEDO

**A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E CONFIGURAÇÃO DO LOCAL NO PROJETO
DO IRPAA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes - Presidente Orientador :

Dr^a Silke Weber – Titular Interna – PPGS

Dr. Alfredo Macedo – Titular Externo – PG em Educação/UFPE

RECIFE - PE
JUNHO DE 2004
AGRADECIMENTOS

Aos colegas Edonilce Barros e Esmeraldo Lopes, pelo incentivo prestado no momento da decisão de enfrentar esse desafio;

À minha filha Iabi e ao meu companheiro Ernani, pela tolerância nas horas difíceis e o apoio no que era possível;

Ao Professor Breno Augusto Souto Maior Fontes, pela orientação e atenção dispensadas com simplicidade e as observações oportunas;

Aos colegas de turma no curso de mestrado, pelo convívio gratificante; especialmente a Ana Lúcia, Antonise e Alberto, pela disponibilidade demonstrada;

À colega Aurilene, pela constante presença nessa caminhada;

Ao pessoal do IRPAA, pela abertura e confiança demonstradas, especialmente a Moacir, Cláudia Maysa e Edneuzza, que me facilitaram o acesso necessário à pesquisa de campo;

Aos colegas do Departamento de Ciências Humanas III da UNEB, professores e funcionários do setor de informática, por todos os apoios;

Às professoras Antonieta Galdieri e Giovanna De Marco pela leitura atenta e as contribuições na revisão deste trabalho.

A.

Amandinha, minha neta, pelo de novo que traz a minha vida, como um desafio estimulante.

RESUMO

Neste trabalho apresenta-se um estudo sobre a *Convivência com o Semi-árido* como projeto de desenvolvimento local, focalizando a prática de uma ONG - o Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada/ IRPAA. Objetivou-se compreender como esse projeto constitui-se na prática estudada, conhecer os significados do local e do desenvolvimento que ela contém e encontrar o sentido da modernização no referido projeto.

Analisa-se a *Convivência com o Semi-árido* discutindo-se a “questão local” em um contexto de globalidade, considerando-se processos como mundialização, territorialização e construção de espacialidades, em relação aos significados de autonomia, emancipação social, criação e instituição social da realidade. O imaginário e as representações sociais são as categorias conceituais que fundamentam e instrumentalizam a análise..

Conclui-se que, embora a questão do desenvolvimento da região venha passando a ser assumida com esse projeto pela esfera da sociedade civil e que isto lhe imprima um sentido de descontinuidade, de transformação, esse projeto contém um sentido de continuidade, de repetição e dominação. E que na configuração espacial do local na *Convivência com o Semi-árido* conota-se uma territorialidade de sentido ambíguo, sendo operada por um imaginário com dupla face: de um imaginário local e de um imaginário globalizado.

ABSTRACT

This report presents a study done on *semi-arid familiarity* as a local development project and it is focused on a NGO practice – Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada/IRPAA. Its aim was to comprehend the project's functionality, to know the meanings and the development that this NGO bears and to find the essence of modernization carried on by it.

It is analyzed the *semi-arid familiarity* concerning local matters in a global context taking note of global processes, territoriality and spatial construction related to meanings of autonomy, social emancipation, creation and social institution of reality. The imaginary and social representation are conceptual categories that ground and instrument the analysis.

It is inferred that nevertheless the question of regional development is engaged with this project by civil society and this stamps a meaning of discontinuity and transformation. This project has signification of continuity, repetition and dominance and that in the spatial configuration of the site in the semi-arid sociability a double-faced imaginary is being operated: a local imaginary and a globalized one.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – GLOBALIZAÇÃO, LOCALIDADE E DESCONTINUIDADE.....	14
A DIMENSÃO GLOBAL DA SOCIEDADE.....	14
O LUGAR DO LOCAL NAS TEORIAS SOCIAIS	19
MODERNIZAÇÃO E DESCONTINUIDADE.....	25
TRANSFORMAÇÕES E RADICALIZAÇÃO DA MODERNIDADE...	29
REINVENÇÃO DA POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL.....	30
DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E LOCALIDADE...	33
GLOBALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO	41
CAPITULO II- O MUNDO FEITO PELA SIGNIFICAÇÃO DO MUNDO	47
O SIMBOLIZAR COMO FAZER.....	47
O CONHECIMENTO DA DIMENSÃO SIMBÓLICA.....	52
PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E ANÁLISE.....	55
CAPÍTULO III- AS CONVIVÊNCIAS E A POLISSEMIA DO LOCAL	60
CONVIVÊNCIA E ARTE DA CONVIVÊNCIA.....	65
DIFERENTES VISÕES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	67
O MOVIMENTO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO.....	73
A AÇÃO COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	75
CAPÍTULO IV- O IRPAA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO	78
UM “FAZER PENSAnte” COMO “PENSAMENTO SE FAZENDO”	78
DA NATUREZA, ORGANIZAÇÃO E FINALIDADES.....	85
ESTRUTURAÇÃO, ATUAÇÃO, E SUPORTE FÍSICO-FINANCEIRO	86
CAPÍTULO V- SERTÃO, NORDESTE OU SEMI-ÁRIDO?.....	93
O LOCAL INSTITUÍDO EM TERMOS TÉCNICO-GEOGRÁFICOS....	97
O IMAGINÁRIO DO LOCAL CONOTADO NA LITERATURA.....	100
O IMAGINÁRIO NO PROJETO DA CONVIVÊNCIA: O LOCAL IMAGINADO.....	103

CAPÍTULO VI - AÇÃO LOCAL E MUNDIALIDADE: OS PARADOXOS NA CONVIVÊNCIA.....	109
O CONTEÚDO DO PROJETO E A ANÁLISES.....	109
OS SIGNIFICADOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO.....	110
OS SENTIDOS DO “DESENVOLVIMENTO LOCAL” A PRÁTICA DO IRPAA.....	120
O LOCAL EM CONSTRUÇÃO NO PROJETO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	135
CONCLUSÕES.....	143
REFERÊNCIAS.....	149
ANEXOS.....	154
ANEXO A – MATERIAL DOCUMENTAL ANALISADO.....	154
ANEXO B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	156
ANEXO C – NECESSIDADE MÍNIMA DE ÁGUA PARA CONSUMO.....	157
ANEXO D – A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO.....	158

INTRODUÇÃO

É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado.¹

1. Localidade e/ou Mundialidade - A inclusão social, o cultivo e o exercício do poder na esfera da vida, o surgimento de novos espaços públicos fora da esfera governamental e a defesa do equilíbrio ecológico nas práticas de intervenção na natureza, têm marcado os processos e formações sociais mais recentes, que configuram a sociedade globalizada. Nisto se observa uma nova tendência na modernização, na qual se assinala, além de uma visibilidade maior que a dimensão local alcança nessa configuração, um sentido de busca de emancipação social colocado na concepção de desenvolvimento e de gestão do desenvolvimento que se apresentam nesse contexto. A emergência de todos esses fenômenos, quando a globalização e a mundialização das economias e das culturas apresentam-se como fatos sociais, parece ser um paradoxo. Que relação se estabelece nesses fenômenos entre a localidade e a mundialidade? Em que consistem os espaços em referência nessa relação?

Essa ocorrência de processos e formações sociais tão específicos, comuns, entre pontos tão distantes no planeta, traz para essas considerações outros aspectos da configuração espacial que se coloca em jogo no mundo atual, nos quais se vê implicada a natureza e o sentido da modernidade, como uma questão teórica recorrente. A propósito disto, a teoria social tem sido especialmente revisitada e, na produção teórica dos últimos tempos, os temas em destaque enunciam as tensões conceituais que se estabelecem na busca da compreensão de tal configuração da

¹ - SANTOS, M. (2001, p.112)

realidade social que se constitui em uma dimensão globalizada. Nas teorias sociais contemporâneas encontra-se possibilidades distintas de explicação e compreensão para os processos e formações sociais que se vêem nessa configuração espacial. Entre elas, tal ocorrência de algo em comum entre diferentes partes do planeta pode ser considerada como uma expressão da dimensão global que a modernidade atingiu, compreendendo-se a modernidade como um fenômeno social total, englobante, que, a essa altura da história, alcança todas as partes do mundo. O caráter da modernização implicado nessa visão é de homogeneização, com o que se torna problemática, especialmente em nível teórico, o sentido de emancipação social que se considera presente na modernização ou desenvolvimento que se encaminham com uma perspectiva local, de inclusão social, de defesa do equilíbrio ecológico e de formação de espaços públicos na esfera da vida.

2. O objeto da pesquisa e sua dimensão problemática - O objeto de estudo nesta pesquisa se definiu a partir dessas reflexões. Trata-se de uma ação que se constrói concomitantemente em muitas e distintas partes da região Nordeste/Semi-Árido, que ocorre com o agenciamento de diversos atores que se encontram na grande extensão territorial dessa região. Nessa ação tem presença marcante a mediação feita por muitas Organizações não-governamentais² (ONGs) de variados tipos. Esse objeto denomina-se de "*Convivência com o Semi-árido*", um assunto que figura cada vez mais no Nordeste e no Brasil dos últimos anos.

Nos termos dessa denominação encontra-se o local evidenciado nessa ação: uma região - o Semi-árido brasileiro. Mas, qual é a "questão local" a que se refere a *Convivência com o Semi-Árido*? Que significado se encontra para essa questão no contexto de uma dimensão globalizada? O que significa o local nessa ação? Será o

² - Daqui por diante tais organizações serão mencionadas pela sigla ONGs

local nela colocado como resistência, alternativa à modernidade, ou outra coisa? Será possível se produzir ou praticar, a essa altura da história, uma cultura local que não corresponda à modernidade?

Veiculada ultimamente com muita frequência pela mídia, a *Convivência com o Semi-Árido* é apresentada como solução possível para os problemas sociais crônicos que se verificam na região. Vê-se no enunciado que se encontra em seu nome que nela se toma o lugar como referência para a convivência, como se a convivência desenvolvida historicamente no semi-árido não o tivesse como base. Propõe-se com isso uma cultura “local” como elemento que viabilizará a solução que se pretende? Com qual configuração se define nessa ação tal relação entre a convivência que nela se pensa e o local significado na ação? Que racionalidade se opera em tal configuração? Qual é o caráter dessa racionalidade: de uma modernização? Com qual sentido? Ou de uma racionalidade fora da modernidade?

O local é entendido, comumente, em relação ao global, como oposição a este, e vice-versa. Além disso, o termo local, usado no universo específico da teoria social, refere-se a uma pluralidade de formas sociais em diferentes domínios de atividades, a uma variedade de atividades sociais, e a distintos lugares de integração-diferenciação social. Sobre o local, neste âmbito, observa-se ainda que, ao se apresentar como uma forma social, o local define-se em relação a aspectos bem particulares, como o econômico, o político, o administrativo, o organizacional, o jurídico, o geográfico, entre outros. Com isto, a dimensão problemática que se coloca sobre a “*Convivência com o semi-árido*” compreende também o seguinte: Como se define o local nessa ação? Em qual posição o local é visto em relação ao global nessa definição? O que representa tal definição frente às hierarquias territoriais dos locais?

A *Convivência com o Semi-Árido* que aqui se focaliza, compreende a que se encontra no universo recortado pela atuação do Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA,³ o qual se encontra mais próximo para as observações que se colocam nessas considerações e se torna mais interessante, por uma razão de ordem profissional, que se encontra no fato de se ter feito, com essa organização, uma história de trabalho em parceria interinstitucional. Em decorrência desse trabalho faz-se a constituição desse objeto de estudo colocando – se, de modo especial, também as seguintes questões: Em que termos consiste o “desenvolvimento local” mencionado nas referências do IRPAA à *Convivência com o Semi-Árido*? A que espaço se remete, ou se destina o “desenvolvimento local”, em questão nessa ação?

E com base em tudo isso se chegou aos seguintes termos para definir o problema considerado para a pesquisa que ora se apresenta nesse trabalho: **Como se constitui a *Convivência com o Semi-Árido* na prática do IRPAA? Que significados e sentidos se encontram sobre o local, nessa prática, na configuração espacial da modernidade?**

3. Com o estudo desse problema objetivou-se: 1- Compreender a *Convivência com o Semi-Árido* como projeto de desenvolvimento regional e o modo como tal projeto se constitui na prática do IRPAA. 2- Conhecer os significados do local e do desenvolvimento nesse projeto. 3- Perceber o sentido da modernização que se realiza nessa prática.

O enfoque sobre a atuação do IRPAA, o fato de se tomar essa atuação como unidade de análise na pesquisa, delimitam, portanto, a dissertação que aqui se apresenta: Trata-se assim de uma *Convivência com o Semi-Árido*, dentre outras

³- Doravante esse Instituto será chamado apenas pela sigla IRPAA.

práticas sociais similares que se desenvolvem também em outros campos e pela atuação de outras organizações, sendo em todos eles referida com esse mesmo nome.

4. O estudo realizado sobre a prática do IRPAA, que constitui a dissertação que compõe este trabalho, apresenta-se aqui em sete partes, na seqüência da seguinte ordem:

Capítulo I: “Globalização, Modernização e Localidade”. Parte em que se apresenta uma revisão da literatura, e se coloca o “estado da arte” observado em torno do tema, do objeto, e do problema que se tomou para a pesquisa e estudo do caso em questão.

Capítulo II: “O mundo feito pela significação do mundo”. Coloca-se nessa parte a concepção metodológica da pesquisa. Apresentam-se os aportes teóricos, a metodologia e os procedimentos de pesquisa e de análise.

Capítulo III: “As convivências e a polissemia do local”. Faz-se nessa parte a caracterização da *Convivência com o semi-árido* como ação social que tem uma dupla pertença nas esferas de organização da sociedade brasileira. Trata-se de definir essa ação como um projeto social e político, na perspectiva castoriadiana, e fazer sua caracterização como projeto de desenvolvimento regional. Procura-se assinalar a mudança que se percebe em tal projeto, daquilo que é pensado e feito na esfera de ação governamental, para o que se constitui na esfera da ação não-governamental, com a diferenciação também da configuração, nessas esferas, do local que se produz por tais ações, no contexto da hierarquia dos territórios em âmbito nacional e mundial.

Capítulo IV: “O IRPAA e a *Convivência com o Semi-árido*”: Enfoca-se nessa parte o “desenvolvimento local” como finalidade da ação do IRPAA, e do projeto social e político em execução por sua atuação. Trata-se da história da citada organização, do processo de sua construção social, de seu *se pensar-fazer*, pensando e

fazendo uma *Convivência com o Semi-árido* como projeto de desenvolvimento local para a região referida no projeto.

Capítulo V: “Sertão, Nordeste, ou Semi-árido?” Nessa parte procura-se assinalar a dimensão imaginária da *Convivência com o semi-árido* como instituição social. A arte literária e o conhecimento técnico sobre esse local são colocados nessa parte como elementos que atuam nessa dimensão. Trata-se das distintas configurações desse espaço, que se expressam, inclusive, nos diversos nomes que lhes são atribuídos e do sentido de territorialidade que se percebe diferenciado entre as múltiplas imagens do Sertão/Nordeste/Semi-Árido que se encontram nesses campos.

Capítulo VI: “Ação local e mundialidade: Os paradoxos na Convivência”. Sob esse título trata-se nessa parte dos significados e do sentido do local e do desenvolvimento em projeto na *Convivência com o Semi-árido* que se constitui na prática irpaana⁴: o que se percebe nesse projeto de tradicional, de moderno, e de pós-modernidade, de local, de estranho ao local e de global. Busca-se ressaltar o caráter ambíguo do projeto no âmbito da ação do IRPAA, problematizando a concepção do “desenvolvimento local” na prática que se encontra nesse âmbito e ressaltando os aspectos de continuidade e descontinuidade nele contidos. O projeto de desenvolvimento regional que constitui a prática da *Convivência com o Semi-árido* do IRPAA é aqui focalizado em relação à questão da emancipação social que compõe o tema enfocado nessa pesquisa.

Conclusões: Nesta parte faz-se uma retomada da essência do pensamento apresentado em cada capítulo, buscando-se apresentar os resultados da pesquisa em relação aos objetivos a que se propôs e ao modo como se buscou alcançá-los. Colocam-se as pendências que ficaram desse estudo e se apontam as possibilidades de desdobramento que se vêem para ele.

⁴ - Quer dizer: do IRPAA

CAPÍTULO I

GLOBALIZAÇÃO, LOCALIDADE E DESCONTINUIDADE

A DIMENSÃO GLOBAL DA SOCIEDADE

1. A extensão territorial da modernidade tem se dado ao mesmo tempo em que ocorre a expansão mundial do capitalismo, o que tem gerado certa confusão sobre o entendimento da mundialização. Com esses fenômenos ressalta-se a internacionalização das trocas de produtos e serviços nas diversas partes do mundo como formação social, e com ela ocorrem duas coisas: 1- Passa-se uma idéia da mundialização como fenômeno essencialmente econômico; 2- Reduz-se a modernidade e sua extensão ao sistema econômico capitalista. Por isto o processo social que se vivencia atualmente em uma escala mundial ou global tem sido circulado de visões e posicionamentos marcadamente ideológicos contra a globalização e a mundialização, ou à favor delas.

Entre os motivos dos “contra” alega-se principalmente, segundo Martins, a fragmentação, a mobilidade e a individuação, vistas como forças desintegradoras da sociedade, entendidas como um braço invisível do capitalismo ou do neoliberalismo, sendo este considerado uma forma mais nova de manutenção daquele mesmo sistema. (MARTINS, 2001).

Mas, há outras perspectivas de visões sobre as implicações da globalização na formação e no sentido da modernidade. Por elas, vê-se nesses processos de fragmentação, de mobilidade e de individuação, um sentido de afirmação cada vez

maior do projeto moderno, de seus princípios e de sua lógica, e de que a modernidade vem, deste modo, afastando-se das estruturas fundamentais do capitalismo, cada vez mais. (GIDDENS, 1990, 1995; BECK, 1995).

As instituições modernas do sistema econômico de produção capitalista e do sistema político moderno são fatos considerados por Giddens (1990) como algo já dado separadamente desde o início da história destes dois entes, ou seja, desde o momento da fundação da modernidade. Entende-se que a dimensão globalizada da sociedade atual, junto com tal afirmação do projeto moderno, significa uma radicalização da modernidade e, na medida em que isto ocorre, implica uma radicalização também da separação entre essas instituições acima referidas, que se encontram na base da formação da modernidade. (GIDDENS, 1990).

Milton Santos (2002) considera que a construção do espaço na sociedade em uma dimensão globalizada ocorre com dois processos: o das horizontalidades (formadas pela contiguidade, pela continuidade espacial); e o das verticalidades (formadas por pontos distantes que são ligados por todas as formas de processos sociais). Esses processos, que configuram um novo funcionamento do território, criam, segundo ele, “*novas solidariedades*” em uma dimensão mundial, possibilitando um “*acontecer solidário*”, ao mesmo tempo em que criam um “*acontecer homólogo*” que estabelece as “*contigüidades funcionais*”. (SANTOS, M., 2002, p. 16).

Sem dúvida, a mundialização compreende também aspectos políticos da ordem dos que são denunciados nos posicionamentos contra ela. Mas, há muito mais coisas a se considerar sobre a sociedade globalizada além disto. A emergência atual do local é um dos aspectos significativos desse contexto, destacados por Milton Santos (2002).

Esse “*território permanente*” – o local que vai se reconstituindo no novo recorte do território na mundialização, dá um contorno singular às transformações que ocorrem globalmente. Isso possibilita, segundo o autor em citação, que, ao mesmo tempo em que a globalização se reproduz, ela seja desfeita, na medida em que os “*quadros de vida*” localizados no espaço local, considerados o “*espaço banal*”, interagem naquela visão de mundo totalizadora, enfrentando-a. Este local possibilita um “*acontecer complementar*”, e um “*acontecer hierárquico*”, diferentes do “*acontecer homólogo*” que se dá nas “*contigüidades funcionais*” acima mencionadas. O lugar (o local) - território permanente enquanto “*quadro de vida*”, é, para Milton Santos (2002), a sede da “*resistência da sociedade civil*” nesse processo, esta produzindo o oposto do que se pretendeu com a globalização. Entende-se assim o local - “*quadro de vida*” nessa configuração territorial, como uma possibilidade de enquadramento daquela “*visão de mundo*” totalizadora, homogeneizadora, ou como uma atualização de tal visão, espacial e geograficamente.

Quanto à questão da fragmentação no processo de globalização Milton Santos (2002) considera ser ela característica pertinente à modernização, imanente a territorialização que por ela foi produzida. Para o citado autor, o conflito entre o global e o local acompanha a história da modernização desde sua fundação.

Globalização e territorialização são também consideradas como processos correspondentes não somente na medida em que geram fragmentação. Mas, também porque são operados por um imaginário do mesmo tipo - “*um imaginário ordenado do exterior para o interior, dos desejos de alguns para as realidades coletivas, do impessoal para o pessoal*” (FERRARA, 2002, p. 47). Nessa concepção percebe-se uma idéia interessante sobre a oposição que comumente se considera existir entre

globalização e territorialização. Na concepção de Ferrara (2002), tal oposição encontra-se apenas entre os planos imaginários que atuam semelhantemente nesses dois processos modernos: o de um “imaginário territorializado” e o de uma “globalização do imaginário”, enquanto esses imaginários são considerados como vetores que conduzem e diferenciam o fenômeno local, de um outro fenômeno a ele relativo – o global. A questão atual a esse respeito é, segundo Ferrara (2002), que a ocorrência e expansão da “globalização do imaginário” atuante nesses fenômenos, não se dá mais sob a égide da identidade, mas da igualdade do cotidiano em todos os lugares, espaços e territórios. Vendo a globalização e a territorialização sob a ótica de uma ordem imaginária do social, Ferrara (2002) aponta uma relação entre “globalização do imaginário” e identidade nacional, considerando que há uma correspondência entre uma e outra coisa, e que elas consistem como faces opostas de uma mesma moeda. Segundo Ferrara (2002), na “globalização do imaginário” substitui-se a celebração do herói de ontem pela aparência de um ator global, produzido e proclamado à distância do território. Ou seja, o imaginário nacional se transfigura a partir de uma visão de mundo como globalidade: *“o território se autodetermina no ritmo que lhe é possível e esta é a condição para que sejam eliminadas as fronteiras que dividem o mundo”*.(FERRARA, 2002, p.50).

Percebe-se que se considera na concepção de Ferrara (2002) a existência de uma igualdade de natureza nos dois fenômenos - o global e o local, encontrada na sua dimensão imaginária. Entretanto, percebe-se também que fica oculta ou deslocada nessa dimensão, a dominação que se processa com a “globalização do imaginário” na relação entre um e o outro fenômeno, na modernização em desenvolvimento.

Ortiz (2000), aponta também uma relação entre o fenômeno da globalização e o surgimento da idéia de Nação, vendo essa idéia com o sentido inicial de afirmação da localidade frente a mundialização que se desenvolve com o capitalismo industrial. Para esse autor o movimento de globalização é de uma natureza fundamentalmente econômica; a mundialização é que se refere ao domínio da cultura, onde o mundo é, apenas, uma categoria de referência que se encontra articulada àquele movimento. A expressão cultural da globalização é, para Ortiz (2000), a mundialidade, que, a seu ver, não reduz a localidade como expressão da idéia de nação. A sociedade moderna é uma sociedade mundial em dois sentidos: pela vinculação que se faz de um mundo a um sistema (o mundo da cultura ao sistema capitalista) e pela integração de todos os horizontes mundiais como horizontes de um único sistema comunicativo. Neste último sentido, Ortiz (2000) ressalta o papel jogado pelos bens simbólicos em circulação nos dois sistemas. A cultura mundializada é vista como totalidade, como civilização – conjunto extranacional (ou supranacional, ou transnacional) de fenômenos sociais específicos, que são comuns a várias sociedades que a integram. ”*Modernidade-mundo*” é o padrão da mundialização neste sentido - uma modernidade desterritorializada, ou sem territorialidade, cada vez mais dependente da comunicação entre as partes. A nacionalidade como dimensão local estaria incluída na mundialidade, esta como o fenômeno englobante: duas dimensões de uma só espacialidade da modernidade territorializada na extensão global ou do planeta. (ORTIZ, 2000).

A mundialização é considerada por Ortiz (2000) pelo seu sentido de convergência, de mão-dupla (do mundo para cada parte, e de cada parte para o mundo), sendo, neste trabalho, entendida também como um movimento de

territorializações e territorialidades pertinentes a uma sociedade globalizada, na medida em que se estabelece na mundialização concebida conforme Ortiz (2000) a contraposição mundialidade - localidade.

Percebe-se na configuração do Estado-Nação, pela circunscrição do local como território, um outro sentido de globalidade e localidade: O Estado-Nação apresenta-se para os pequenos territórios que constituem sua base territorial, como a dimensão mundial englobante. A Nação se configura na medida em que as particularidades culturais, sediadas nesses pequenos territórios – o local, sejam envolvidas por uma cultura geral e absorvidas nela. A relação do Estado-Nação com seus pequenos territórios é de articulação e de superioridade, com o local significando uma dimensão territorialmente e politicamente menor. O local apresenta-se nessa relação como o lugar da diferença que configura a regionalidade no território maior. Ou seja: em termos culturais, frente à totalidade da cultura que se expressa na idéia de Nação como uma unidade cultural, a regionalidade ou localidade como diferença, implica, em termos territoriais, uma tensão sobre a concepção de nacionalidade na perspectiva do Estado-Nação.

O LUGAR DO LOCAL NAS TEORIAS SOCIAIS

1. Bourdin considera que *“as ciências sociais foram outrora totalmente mobilizadas pelas grandes determinações e pelos macrofenômenos”*(BOURDIN, 2001, p.157).

A generalização do seu ponto de vista comete a falha de desconsiderar algumas contribuições interessantes a respeito dos micro-fenômenos e, até mesmo, de algumas

contribuições diretamente relativas à localidade.⁵ Entretanto, não resta dúvida de que uma teorização mais enfática sobre o local é algo mais recente. Talvez por isto a referência à emergência do local na atualidade seja colocada como uma “*revanche do território*” (SANTOS, M., 2002, p. 11). A desforra é entendida aí como relativa à situação do local, não somente no mundo empírico, onde ele eclode agora rompendo laços políticos territoriais em que se via imobilizado. A desforra do território é também e, principalmente, no sentido do que está se dando no mundo da teorização, com o local conquistando seu território no pensamento sociológico, como a demonstrar que as ciências são ciências do seu tempo, no seu tempo.

Castoriadis (1982) apresenta uma visão interessante sobre ciência e história, teoria e empiria, na qual considera categoricamente que não existem nem lugar, nem ponto de vista exterior ou anterior à história e à sociedade e que o “*histórico-social*” é o estatuto da elucidação da realidade. É assim que se entende neste trabalho, tanto a eclosão do local empiricamente, como o conseqüente destaque que vem sendo dado ao local ou a localidade no campo teórico: considerando-se que isto se elucida no contexto da mundialização, que traz à realidade a dimensão de globalidade que a modernidade alcançou com o seu dinamismo inerente, e a ambigüidade que a acompanha nessa dimensão, assinalando a complexidade e o caráter paradoxal dessa realidade social, como se busca mostrar a seguir.

2. A dimensão local na mundialização é percebida como uma questão de definição problemática implicada na relação entre dois tipos de categorias conceituais: de território e espaço; e de localidade e localismo.

⁵ - Em “O estrangeiro”, da autoria de Simmel, por exemplo, encontra-se uma contribuição significativa especificamente sobre a questão da localidade, em relação aos aspectos de integração e diferenciação social nela implicados. (Moraes Filho(org.), 1983). Em Ortiz (2000) a contribuição de Parsons é também lembrada a esse mesmo respeito.

O conceito de localidade define-se com as significações do local-lugar, ou solo, ou chão. Nelas se define o local com sentido que pode ser tanto o do lugar geográfico, como o do lugar político, como o do lugar histórico, como o do lugar da administração, e outros. Assim a palavra localidade pode dizer sobre uma circunscrição projetada do lugar, ou sobre o lugar do encontro diário, do cotidiano, ou sobre especificidades de um lugar quanto à seus aspectos naturais e culturais que são pitorescos.

Bourdin (2001) destaca em todas essas situações a coação do caráter geográfico nessas significações da localidade. Colocada nesses termos, encontra-se na base de grande parte dos significados da localidade para este autor, a questão da proximidade, aqui relacionada à co-presença, ao viver junto, à identificação, à pertença, ao “entre-si”. Em sua concepção essa questão é a mesma do vínculo social, da solidariedade e da partilha. Ou em outros termos: a localidade tem, na questão da proximidade, um sentido que se refere à integração, à estabilidade social e continuidade da sociedade. O localismo provém dos sentidos dados a essas significações da localidade, sobre a relação de proximidade-distância nos locais que se definem com elas, e entre esses locais. Segundo Bourdin (2001), ele se fundamenta em uma visão da complexidade social, na qual a quantidade de grupos sociais e a multiplicidade de relações sociais que nela aparecem, são considerados como aspectos negativos da sociedade atual.

Dois tipos de situações são ligados ao localismo: 1- a constituição do vínculo social e da identidade, e a especificidade do fato político no local; 2- a articulação que se estabelece entre as diferentes escalas de organização social, e o lugar do local nessas escalas. (BOURDIN, 2001).

Percebe-se que está implicada nas situações do primeiro tipo a significação da localidade como proximidade e que, no segundo tipo, a referência a escalas remete a

situação a uma questão social importante e da atualidade da mundialização: à operacionalização da distância-proximidade entre as localidades. Nessa questão se vê implicada uma outra – sobre o caráter relativo das percepções envolvidas em tal operacionalização e o caráter móvel que elas adquirem, da forma gradual como se estabelecem as percepções nessa operacionalização. Nessa forma, a medida da distância e da proximidade dos aspectos que são articulados no sentido da constituição da localidade tem como base, não aquilo que é o propriamente tópico, os elementos físicos envolvidos na percepção da distância-proximidade, mas o que é socialmente pertinente na organicidade da localidade e relativo à organização social.

O localismo consiste, segundo Bourdin (2001), na visão do local como o lugar da verdade social, como o lugar privilegiado da manifestação da “base” essencial, indispensável ao social. O local é visto no localismo como o refúgio da humanidade, a resistência à sociedade capitalista - lugar de recusa aos padrões e valores que ela desenvolve, de sentido desagregador. Invoca-se nessa visão a importância de uma herança partilhada, para uma identidade social, para um estar “em casa”. (BOURDIN, 2001: p. 28).

Entende-se que, com isto, o localismo evoca a comunidade (“comun-idade”) em um determinado sentido, no qual as naturalidades geográficas e sócio-culturais estão colocadas como fatores “fundamentais” ao social. Ressalta-se nesse aspecto o significado de proximidade, dado como contigüidade espacial. Considera-se que, tudo isso, confere ao localismo um sentido de “ideologia” da localidade - algo que inverte a realidade, (MARX, 1999), ou de um “imaginário” da localidade - que desloca o real: um deslizamento que cria algo real que não existe. (CASTORIADIS, 1982). Nessa ideologia ou imaginário, a natividade passa a ser um fator de integração, de

estabilidade e de continuidade social e, estes aspectos (estabilidade e continuidade social), passam a ser a condição essencial para a formação do ‘homem integral’, ou ideal. Não seria este homem um ‘homem natural’ - livre e feliz, apenas, em sua singularidade?

3. Na visão da mundialização como um mal, o localismo triunfa como fundamento da territorialidade, fechando o local sobre o lugar, imobilizando-o geograficamente. Segundo Bourdin (2001) o local é, nesta perspectiva, ideologizado como resistência à globalidade, que “ameaça”, na visão localista, de por fim aos vínculos sociais e à humanidade ou sociedade. Mas essa mesma complexidade social é vista por outro ângulo, como fortalecedora dos grupos pequenos, ou das formas sociais que lhes são características, pela medida em que se estabelece um conflito entre o macro e o micro social na mundialização.⁶

Dessa outra perspectiva a mundialização atua como um desafio à imaginação criadora do social em cada local, a resultar em formas sociais diferenciadas daquelas que já se tinham. Considera-se que essas formas radicalizam “positivamente” a modernidade, e revitalizam a localidade na configuração espacial que ela apresenta atualmente. O local apresenta-se nessas formas como uma alternativa de modernidade, capaz de trazê-la para os seus trilhos perdidos, de fazê-la retomar em essência os fundamentos do projeto moderno.(BOURDIN, 2001).

4. Sobre a instituição do local como objeto de conhecimento Bourdin (2001) reconhece a atuação de distintos “*estatutos do local*”, considerando que esses estatutos lhe dão elementos de definição bastante diferenciados.

⁶ - Na teoria dos fatores de socialização, de Simmel (MORAES FILHO (org.), 1983), na qual se dá destaque ao conflito entre grupos sociais como um desses fatores, também se vê o caráter precursor de sua contribuição no enfoque do microfenômeno social, especificamente sobre esse mesmo tipo de relação, ou de dimensões ou escalas nessa relação.

Pelo estatuto histórico o local é a representação das especificidades locais ou regionais e essa representação fundamenta-se em sua abertura, e na diversidade por ela percebida. A cultura é a base da territorialização que define o local como identidade sócio-cultural. A herança (o que permanece e resiste) é o que forma a identidade e, por isto, é o que possibilita a compreensão das realidades sociais e políticas. Nessa concepção local é aquilo que expressa mais diretamente a herança do passado de um determinado grupo social.(BOURDIN, 2001).

O local geográfico é o “*lugar natural*”, seja do ponto de vista ecológico, ou comercial, ou outro. A territorialização geográfica do local provém de uma correspondência que se estabelece entre os sistemas ou ecossistemas do lugar (bacias, riachos, vegetação, e outros) e as especificidades dos grupos humanos, tomando-as como reflexos das especificidades do território, ou estas como reflexos daquelas.

Na Sociologia o local encontra-se nas configurações sociais - nas formas sociais que correspondem a domínios de atividade (quem domina, o que é dominado, como se domina) e nos lugares da integração social (onde se dão a atividade e o domínio, em questão nas formas sociais ou seja, nos espaços: doméstico, privado, público, particular, geral, governamental, ou não, e outros). A territorialização do local é dada nessas configurações sociais, pelos lugares de integração-diferenciação que nelas se constituem e pelas formas sociais que nelas se verificam. Ou seja, o local se define como racionalidade que se expressa nessas formas e lugares que configuram o social. Assim, pode se entender por uma “sociedade localizada” tanto aquela que é ou tem um sentido geral, e se vê localizada; como também aquela que é ou tem um sentido particular ou diversificado.(BOURDIN, 2001). Entende-se que, nessa última forma,

encontram-se exemplos de “sociedade localizada” estando até mesmo fora do seu local, desterritorializada em termos geográficos⁷.

MODERNIZAÇÃO E DESCONTINUIDADE

A dimensão globalizada da sociedade atual dá-se acompanhada de uma discussão sobre a natureza da modernidade em relação ao desenvolvimento do capitalismo, o que vem sendo tematizado a partir de duas grandes linhas teóricas de compreensão da modernidade e dos fenômenos que se encontram na realidade social em tal dimensão. Nessa discussão têm destaque os distintos fenômenos que formam a globalidade da sociedade e eles são geralmente focalizados com uma abordagem sobre as implicações do sentido da modernidade e o significado da relação proximidade-distância nesse sentido.

Em uma das linhas teóricas referidas acima, encontra-se a tendência pós-moderna, pela qual entende-se ser a fundação da sociedade pós-industrial considerada como marco histórico do surgimento de uma formação social diferente da modernidade, portanto como descontinuidade histórica do projeto moderno, no que a relação proximidade-distância é vista, segundo Bourdin (2001), como não tendo mais qualquer significado para a organização da experiência humana ou seja, sem ter nenhuma importância para as formações sociais que se produzem neste momento. Na outra linha teórica encontra-se uma concepção contrária àquela, pela qual se entende que o projeto moderno continua na sociedade pós-industrial e que nas formações

⁷ - Na discussão sobre identidade cultural na sociedade contemporânea encontram-se consideradas as situações desse tipo, como se pode ver, por exemplo, em: HALL, Stuart. (2001), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6ª edição, Rio de Janeiro, DP&A.

sociais que lhe são pertinentes ainda permanece sendo fundamental a relação proximidade-distância, vendo-se nessa relação um sentido estruturante da realidade. Nessa tendência considera-se que a transfiguração dos processos sociais que se observam atualmente compreende a natureza reflexiva e transformista da própria modernidade, que incide sobre ela mesma, em um movimento de radicalização progressiva do projeto moderno. (GIDDENS, 1990; BECK, 1995; BOURDIN, 2001).

Na primeira concepção a modernidade consiste em uma sociedade que se forma vinculada ou comprometida com o desenvolvimento do capitalismo industrial e se encontra, portanto esgotada, ou já superada a essa altura da história, com a formação do capitalismo pós-industrial.

A segunda concepção parte de uma visão da modernidade como uma cultura que, embora fundada com a industrialização, portanto tendo um vínculo originário com o desenvolvimento do capitalismo, não se reduzira a ele. A modernidade se autonomizara como um modo ou estilo de vida pós-tradicional, que se desenvolveu com uma natureza intrinsecamente extensiva-intensiva. Essa condição lhe foi dada com a produção e a utilização de determinados bens tecnológicos, ou melhor, pelos efeitos que lhes são atribuídos, que lhe imprimiram um caráter essencialmente dinâmico, com uma mobilidade, uma inquietação e uma tensionalidade constantes. Nessa concepção considera-se também que a extensionalidade-intensionalidade interna a modernidade faz ela se encaminhar para um aprofundamento progressivo nas instituições que a fundamentam originariamente e que isto venha a se dar como uma radicalização do sentido com o qual se instituiu a modernidade como padrão cultural. (GIDDENS, 1990).

Especialmente sobre a questão local na modernidade atual, Bourdin (2001) considera que a relação proximidade-distância ainda permanece sendo fundamental, atuando como um “*duplo princípio de percepção e organização da experiência*”, neste momento. Destaca-se das suas considerações a esse respeito, como importante para a compreensão dessa questão no presente trabalho, o seguinte: “*A proximidade e a distância não são apenas constatações reais, mas são construídas*”.(BOURDIN, 2001, p. 14).

TRANSFORMAÇÕES E RADICALIZAÇÃO DA MODERNIDADE

1. A modernização ocorre, segundo Giddens (1995), com a formação e pela operação do pensamento técnico-científico que se desenvolve nesse processo. A modernidade é fundada e se processa como transformação social contínua a refletir o processo de desvelamento progressivo da realidade dado com a produção desse conhecimento. Essa reflexividade imanente à produção do conhecimento científico atua na instituição da modernidade como descontinuidade, dada pelas contínuas transformações da realidade operadas nesse conhecimento.

Tal reflexividade desdobra-se, segundo Beck (1995), possibilitando uma reflexão sobre a própria modernidade, que ocorre com a crítica objetiva da sociedade, na cientificação da realidade social. Tal reflexão atua como uma auto-crítica da modernidade, por uma auto-confrontação da sociedade com as conseqüências negativas da modernidade. Os riscos e perigos identificados na modernidade ao passarem a ser considerados no curso do processo de modernização, transformam esse

processo, que passa a se constituir como “*modernização reflexiva*”, de caráter preventivo e reparador do projeto moderno.

Especialmente interessante nessa concepção é a visão do processo da modernização como “*reinvenção da política*” (BECK, 1995) na qual as formações sociais passam a se dar com base em um fenômeno de individuação que se desenvolve na sociedade, assinalando assim a transformação dentro da própria modernidade, o que aponta, em certa medida, um sentido de descontinuidade na modernização.

2. A transformação da modernidade é vista também por Castoriadis (1982), embora por uma distinta concepção da realidade e da transformação. Em sua concepção teórica ela está implicada no caráter das próprias instituições, porque toda a história humana é fundamentalmente criação (consciente), embora o social seja visto marcado de repetição (inconsciente). Esta contradição tem sido a base de todas as “*sociedades históricas*”; portanto, no que concerne aos sujeitos sociais, os problemas da sociedade capitalista não são problemas exclusivos dessa sociedade. Eles denotam a permanência de uma questão crônica nas “*sociedades históricas*”: a de um modo de relação autonomia – heteronomia na organização social e no funcionamento das sociedades. Isto tem implicado diversas formas de conflito (“*aberto*” ou “*latente*”) e de tensões nas partes que as integram: conflitos entre e tensões nos grupos, setores e atividades sociais; e são esses conflitos e tensões que impulsionam a criação, implicando muitas vezes em transformação de instituições já criadas. A modernidade agrava ainda mais esse caráter conflitual da realidade social, mas favorece, ao mesmo tempo, a superação desse conflito. Ela vem se constituindo como oportunidade para tal agravamento na medida em que a autonomia é função da criação de algumas instituições modernas fundamentais, que deixa de ser considerado na prática da

modernidade, onde não se tem uma cultura de autonomia na ordem social. Assim, consistindo em um impasse mais profundo entre o indivíduo e o coletivo, a modernidade encontra, neste fato, porque ele aguça a criação imaginária dos sujeitos para resolvê-lo, um impulso transformador de si mesma, pelo qual se vão instituindo novas formas do social ao longo do seu curso histórico. (CASTORIADIS, 1982).

3. Boaventura Santos (2001) analisa a dinâmica da modernidade de outra forma. Ele a atribui a uma relação de desequilíbrio historicamente dada na articulação dos princípios da regulação às lógicas de racionalidade da emancipação, que são os dois pilares do projeto da modernidade. Tal projeto foi concebido tendo como princípio o equilíbrio entre esses dois pilares, o que não tem se dado do modo pensado, tendo resultado em excessos e déficits quanto ao que se projetou, com uma gradual e crescente transformação das energias emancipatórias em energias regulatórias. Segundo Boaventura Santos (2001), isso tem levado à morte o paradigma da modernidade com o colapso da emancipação na regulação. Ele aponta, como um dos fatores do desequilíbrio, a ideologia e a cultura de reafirmação da subjetividade e da cidadania, que se fez de modo desigual: ora se reafirmando a subjetividade em detrimento da cidadania; ora a cidadania em detrimento da emancipação. Com isso, a modernidade veio se afunilando e se tornando tensa, fatos que têm motivado a manifestação de um inconformismo com a racionalização (modernização) e dado origem a movimentos sociais de crítica, tanto à regulação, quanto à emancipação que se configuram no curso da modernidade. (SANTOS, B., 2001). De tal inconformismo procede, segundo o citado autor, um conjunto de lutas a constituírem uma nova esfera de poder “*infra-estatal*” e “*supra – estatal*”, como “*poder social*” emergente, que se apresenta como alternativa à sociedade capitalista. Para Boaventura Santos (2001) esse

“poder social” define-se com base em quatro configurações políticas das sociedades capitalistas (quatro modos básicos de produção de poder, que se dão em quatro espaços – tempo estruturais: o doméstico, o da produção, o da cidadania; o mundial). (SANTOS, B., 2001, pp.125-127). Ainda para esse autor, estão sendo com esse poder social substituídos, na modernidade atual, os elementos típicos do Estado providência, por outros que traduzem a reafirmação dos valores do auto- governo, da expansão da subjetividade, do comunitarismo e da organização autônoma dos interesses e dos modos de vida. Em sua visão, constitui-se, desse modo, uma “*sociedade providência*”. (SANTOS, B., op. cit. p. 278).

REINVENÇÃO DA POLÍTICA” E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

1. Boaventura Santos (2002) vê na constituição dessa nova esfera de poder o anúncio de um paradigma transitivo entre a morte do paradigma da modernidade e a utopia como esperança. A “*transição paradigmática*” dá-se, segundo ele, em duas dimensões: 1- na epistemológica – de um paradigma da ciência moderna para o de um

“*conhecimento prudente para uma vida decente*” (da regulação para a emancipação); 2- e na societal – da sociedade patriarcal, da produção capitalista, do consumismo individualista e mercadorizado, das “*identidades – fortaleza*”, da democracia autoritária e de um desenvolvimento desigual e excludente, para um conjunto de paradigmas relativos à questões do Direito e das suas relações com o poder social, concebidos, estrategicamente, fora do paradigma dominante, já que nele essas instituições estão, segundo Boaventura Santos (2002), fadadas à regulação. Para esse autor, é uma “*imaginação utópica*” o que permite reinventar a tensão entre

regulação e emancipação (como algo póstumo), colocando o poder político não mais agregado à volta do Estado.(SANTOS, B. 2002, p. 20): “*A emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido*”, que têm o sentido de desocultar as opressões e as exclusões. (SANTOS, B., 2001, p. 277).

2. Para Castoriadis (1982) é possível recuperar-se o sentido de autonomia frente à instituição social, pois ele vê na modernidade possibilidades concretas de desenvolvimento de uma cultura de autonomia e emancipação social. Aliás, sobre este aspecto, Castoriadis (1982) vê mais do que isto na modernidade, em algumas de suas instituições sociais que, segundo ele, são divergentes da ordem estabelecida. Estas são consideradas como formas de resolução de alguns dos problemas existentes de heteronomia-autonomia dadas no cotidiano da “*sociedade conflitual*”. Para esse autor, tais formas denotam a possibilidade de um outro modo de ser para o social, de uma socialização que responda às aspirações e interesses da grande maioria dos homens: que não os aliene da sociedade; que se fundamente na vontade e na participação consciente dos sujeitos na instituição da sociedade e nos resultados que dela possam advir. (CASTORIADIS, 1982, pp. 118-120).

É o sentido “*poiético*” das transformações dadas na modernidade que ocupa o centro das preocupações de Castoriadis (1982) com a elucidação do fazer social histórico na realidade contemporânea. A possibilidade de se recuperar na modernidade atual aquele sentido revolucionário desse fazer se encontra, segundo o citado autor, no retorno do conhecimento à sua forma de práxis, na busca de sua consistência na reunificação da prática à teoria, no retomar a teoria que se dá na prática.

3. Destaca-se na nova esfera de poder que se constitui entre a ação do Estado e a Sociedade a formação e atuação das organizações não-governamentais. Segundo

Teixeira essas organizações têm um caráter de “idioma político” através do qual se busca explicitar sentimentos, concretizar anseios, dar visibilidade à pertença (ou pertenças) de determinados segmentos ou setores sociais na comunidade nacional, e fazer valer interesses e valores particulares na lógica da justiça e equidade social na ordem da sociedade moderna. O papel que as ONGs desempenham como canal de interlocução entre as esferas privada e pública, ou do indivíduo e do coletivo, ou ainda da comunidade, da sociedade civil, e do Estado, ou do Mercado, fundamenta-se no princípio da democracia competitiva, na qual a "participação cidadã" é exercida como pressão para influenciar as decisões do Estado - de sentido coletivo e caráter público - pela articulação de interesses privados. Isto lhes confere uma grande importância no processo de redemocratização da sociedade brasileira.(TEIXEIRA, 2001).

Considera-se que, no Brasil e na América Latina, o surgimento das ONGs deu-se entre 1960-1970, durante o período das ditaduras militares, com a criação e atuação das organizações civis feita através do questionamento das ações dos governos, da denúncia dos efeitos e conseqüências da ação governamental, da reação às políticas ditatoriais da época, tendo então um caráter negativo ou anti-governo, com o sentido de contestação àquele regime político. Após este período, a atuação dessas organizações passou a assumir a defesa dos interesses dos pobres, das minorias e das populações marginalizadas nos diversos setores sociais, indo além da denúncia e do questionamento. Elas passaram a intervir por meio de propostas e de ações práticas. Dos anos 80 para cá, encontra-se no Brasil distintos tipos de ONGs, entre as quais aquelas que atuam com políticas de desenvolvimento, fazendo prestação de serviços de assessoria e assistência às populações, em diferentes campos de ação. Na

organização nacional do Brasil elas são filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais/ABONG. (BRANDENBURG, 1999).

O lugar que a população local tem ocupado no desenvolvimento tradicional que se promove nas diferentes partes do mundo tem motivado questionamentos e posicionamentos sobre as políticas públicas de desenvolvimento e fomentado muitos dos movimentos sociais e reivindicações locais. A criação de muitas dessas organizações civis tem sido motivada com vistas a uma atuação diferenciada nesse campo.

DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E LOCALIDADE

1. A tomada do estilo de vida moderna como modelo funda a idéia de desenvolvimento, e esta idéia tem ocorrido, tradicionalmente, com base na diferença e na distância percebida entre os estilos de vida postos em contato pela expansão territorial da modernidade.

Para Brandenburg (1999) a história do desenvolvimento no Brasil compreende, a partir da década de 1950, o surgimento e aplicação de três noções de desenvolvimento: 1- a da escola da teoria da modernização; 2- a da teoria do desenvolvimento endógeno; 3- a da teoria da dependência. Todas elas têm, segundo esse autor, um projeto em comum, “*ressalvadas as divergências*” existentes entre elas: “*alcançar o padrão dos países mais industrializados*” (BRANDENBURG, op. cit., p. 77), adotando esse projeto como modelo e objetivo do desenvolvimento a ser atingido. Ou seja, o estilo de desenvolvimento que se tem implementado no Brasil, faz-se “*centrado no consumismo e em um padrão de vida inscrito num sistema que, através*

da conjugação da ciência e técnica, privilegia o expansionismo ilimitado da racionalidade". (BRANDENBURG, op. cit., p. 79).

No curso da modernização foram sendo agregadas à noção do desenvolvimento outras idéias, refletindo a percepção da sociedade sobre os efeitos de um desenvolvimento direcionado exclusivamente para o crescimento econômico e sobre o lugar que as populações locais têm ocupado nesse processo, na posição de objetos e/ou de sujeitos do desenvolvimento.

As concepções do desenvolvimento foram se fazendo sensíveis às questões sociais em geral, globais e locais, e apresentando transformação. Segundo Rocha (2002) o modelo do desenvolvimento sustentável é a concepção mais recente nesse sentido. Da década de 80 para cá os aspectos de preocupação na concepção do desenvolvimento em todo o globo são as questões ambientais, com o que "*a idéia de desenvolvimento passou a agregar uma percepção do meio ambiente*". Mas, nesta nova visão da necessidade do processo de crescimento econômico integrar o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável⁸ é visto de duas formas: como um questionamento do modelo de desenvolvimento como crescimento econômico; e como necessidade de reafirmação daquele modelo. Com relação à primeira forma Rocha (2002) considera que o desenvolvimento sustentável parte de uma perspectiva de negação do crescimento econômico como desenvolvimento, sendo visto o modelo "desenvolvimento sustentável" como portador de um outro sentido de sociedade. Considera-se que a importância que se atribui a esse modelo, e a visibilidade que ele obtém entre as ações das agências que atuam junto aos segmentos excluídos da modernização conservadora, provém dessa perspectiva que o toma como alternativa à

8

- Andrade chama "*desenvolvimento integrado*" o modelo que considera essa necessidade, e toma esta denominação como sinônima de "desenvolvimento sustentável".(ANDRADE, 2001. pp. 12-18).

produção capitalista. Na segunda forma ela considera que o desenvolvimento sustentável mantém a mesma perspectiva do modelo de desenvolvimento anterior, ou seja, de crescimento econômico, pela qual o desenvolvimento sustentável é tomado como forma renovada de modernização, ou estratégia que se adota visando a conservação daquele mesmo sentido de sociedade que se encontra na produção capitalista.⁹ (ROCHA, 2002.).

2. O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu com a formação do movimento ecológico numa dimensão mundial. Na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, ele tem a seguinte definição: “*aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*”.(NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46, *apud*. BRANDENBURG, 1999, p. 65). Para esse autor mantém-se ainda em aberto esse conceito, um objeto em construção circulado de controvérsias. Entretanto, ele avalia as possibilidades do desenvolvimento sustentável conforme o definido acima, considerando – o insuficiente para a construção de uma vida de mais equilíbrio entre as relações sociais, que, segundo ele, não ocorre somente com o restabelecimento do equilíbrio das relações homem-natureza, mas com o “*conceber desenvolvimento não como uma idéia de continuidade, mas de transformação social do sistema em que vivemos*”. (BRANDENBURG, *op. cit.* p. 81). Em sua concepção

⁹ - Nessa mesma percepção sobre o desenvolvimento sustentável, a defesa do meio ambiente é vista como “divisão ecológica internacional”, levantando-se as implicações problemáticas sobre a adoção do desenvolvimento sustentável como modelo nos países do ‘terceiro mundo’, como ameaça de neocolonização de espaços ecologicamente privilegiados. Veja-se sobre isto: GUERRA, Lemuel, FERNANDES, Marcionília e RAMALHO, Deolinda. (2002), “Por uma abordagem sociológica da crise ambiental e do modelo do desenvolvimento sustentável”, in DUQUE, Ghislaine (Org.), 2002, *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.

do desenvolvimento sustentável destaca como elemento de transformação do sentido do desenvolvimento a articulação do desenvolvimento a ser feito com as aspirações individuais dos sujeitos sociais, considerando-os “*uma das condições da construção de uma realidade social identificada com a satisfação das necessidades humanas fundamentais e não apenas com as necessidades criadas pelo sistema visando sustentá-lo e reproduzi-lo*”(BRANDENBURG, 1999, *loc. cit.*). Autonomia e emancipação social são nessa concepção os elementos que definem a idéia de Brandenburg (1999) do desenvolvimento sustentável.

Para Rocha (2002) o desenvolvimento sustentável expresso na Comissão Brundtland (em 1987) tem um sentido que incorpora a idéia de tempo, à capacidade de permanência e de equilíbrio. Segundo essa autora a transformação que se propõe com ele é associada à primazia do mercado e da economia, à orientação do desenvolvimento tecnológico e à mudança institucional.(LEROY, 1997, *apud.* ROCHA, 2002). Traçando a trajetória e variações na concepção do desenvolvimento sustentável de 1970 para cá, Rocha assinala a distinção entre *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*, destacando que esses conceitos têm objetivos comuns, mas contém ideologias diferentes:

Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua acreditando firmemente no potencial da tecnologia moderna e ainda propõe a transferência de tecnologia como critério de “ajuda” ao Terceiro Mundo [...] O desenvolvimento sustentável assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que, sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças, na aparente certeza de se tratar de um processo gradual que desembocará na sustentabilidade sócio-econômica. (LAYRARGUES, 1977, p. 10, *apud.* ROCHA, 2002, p. 54).

3. Na área de desenvolvimento rural encontra-se a presença de muitas ONGs, que têm como foco de atuação os agricultores em situações de exclusão e desigualdade,

estas sendo consideradas como efeitos da modernização da agricultura que se fez, com base no pacote tecnológico da “revolução verde”. Em sua atuação tem “*importância fundamental a questão da tecnologia e da organização dos agricultores como parte da construção de um novo modelo de desenvolvimento rural*” (ROCHA,2002), passando essas organizações a ocuparem os vazios ou deficiências da intervenção pública, com a criação de formas alternativas na produção e na organização das comunidades rurais.

A visibilidade que elas ganham sobre este aspecto decorre da atuação que apresentam na denúncia dos efeitos da “revolução verde”, entendendo e chamando a atenção para os problemas ambientais e sociais como conseqüências da modernização agrícola tecnológica, e colocando a noção de sustentabilidade no foco da agricultura de subsistência, chamada de pequena produção, ou agricultura familiar, ou seja nos “*atores sociais que ficaram à margem da modernização agrícola*” . (ROCHA, 2002, p. 55).

As ONGs buscam, segundo Rocha (2002), uma nova concepção de desenvolvimento para os pequenos agricultores familiares, tomando a noção de sustentabilidade como sua bandeira e dotando essa noção de outros conteúdos. Entre estes se coloca, segundo Rocha (2002), a preservação dos recursos naturais e a preocupação com o meio ambiente como uma necessidade para a própria manutenção e melhoria da competitividade e da eficiência da *moderna agricultura*, - que, considerando as transformações recentes no padrão tecnológico vigente, emerge com o novo paradigma tecnológico para a agricultura. Sua atuação parte de uma problemática comum (o desenvolvimento rural e as dificuldades enfrentadas por esses agricultores da pequena produção), e busca a melhoria da qualidade de vida para eles, através de intervenções múltiplas e sobre variados aspectos sociais, construindo um outro modelo de desenvolvimento: social, econômico e ecologicamente sustentável.

A legitimidade da atuação das ONGs no desenvolvimento rural é garantida, segundo Rocha (2002), pelas características de sua atuação, com a priorização do aspecto participativo e organizativo, que lhes possibilita uma maior proximidade e credibilidade junto ao público alvo. Produtividade, sustentabilidade e equidade social são princípios comuns nessa atuação. Nessa medida a ação das ONGS contrapõe-se à ação do Estado, na qual a concepção dos projetos de intervenção dá-se fora da comunidade a que eles se destinam, e não pelos seus membros, consistindo a participação dos mesmos na adesão aos projetos, o que faz a mobilização reduzir-se a, apenas, aquilo que se faz em função desses projetos. (ROCHA, 2002).

4. Encontra-se, também em Brandenburg (1999), uma visão sobre o movimento de transformações na agricultura rumo a um desenvolvimento sustentável, na qual a “agricultura alternativa” é considerada como semente desse movimento. Comparando o desenvolvimento da agricultura no Brasil e na Europa, ele observa que se tratam de condições ambientais e sociais bem distintas, junto ao que a situação de dependência econômica e cultural do primeiro – o Brasil, em relação à segunda – a Europa (colonialismo político, econômico, e cultural), resulta em uma problemática mais complexa no Brasil. Aqui, além da exploração exaustiva da natureza, feita com a incorporação de sistemas de exploração inadequados aos seus ecossistemas, o desenvolvimento tem resultado em degradação dos recursos ambientais e empobrecimento gradual do seu potencial produtivo. O desenvolvimento da agricultura, da forma como tem ocorrido, tem agravado o desequilíbrio no sistema social. Nesse contexto, a agricultura alternativa (ecologista) é adotada como estratégia, enquanto essa viabiliza, social e economicamente, os agricultores (não por uma consciência ecológica, pensando na preservação para gerações futuras). Assim, ela se constitui mais pela política, do que pela técnica. Ela vem sempre vinculada à luta pela

sobrevivência, pela energia (incluindo as calorias da comida), pela água e pelo espaço para abrigar-se (incluindo condições de vida em geral e, no específico, a posse da terra). As noções de “tecnologia apropriada”, “tecnologia alternativa” e “agroecologia” no Brasil têm, no âmbito dos movimentos populares, o caráter de valorização cultural e de aproveitamento dos recursos específicos de cada região e de barateamento de custos da produção. É nesse âmbito que essa agricultura tem o sentido de transformação das condições de vida em que vivem os atores sociais. É na contraposição dos movimentos sociais ao padrão de agricultura convencional, em busca de condições de vida às populações por ele prejudicadas, que essa agricultura alternativa adquire a rubrica de “agricultura sustentável”. (ROCHA, 2002). A noção de sustentabilidade constitui, nesse caso, muito mais uma orientação política de propósitos a serem atingidos, do que a expressão de uma realidade (a agricultura pode até não se sustentar em relação ao sistema econômico). A “agricultura sustentável” surge como uma agenda, com o objetivo de restaurar o equilíbrio na relação homem-natureza (para desfazer os prejuízos do industrialismo da revolução verde), centrando suas atenções nos recursos biofísicos e relacionando a elas as questões sociais, tomando-as como dependentes da situação daqueles recursos. (BRANDENBURG, 1999).

Rocha (2002) considera ser um ponto principal na estratégia de atuação das ONGS nesse universo, a noção de tecnologia alternativa. E que o alternativo significa para essas entidades “*a introdução e difusão de técnicas menos agressivas ao meio ambiente e apropriadas aos pequenos agricultores*” (p. 57), que se contrapõem ao modelo dominante ou convencional de agricultura, baseada na química industrial e na mecânica dos pacotes tecnológicos. Identifica-se o conceito de autonomia como uma das idéias centrais neste aspecto, supondo-se que os adeptos dessa agricultura são quem define, por opção própria, as mudanças nas práticas tecnológicas com as técnicas

e os procedimentos que vão utilizar, em função da disponibilidade dos recursos e das necessidades locais. (ALMEIDA, 1999, apud. ROCHA, 2002, p. 58).

[...] as estratégias tecnológicas são, em última instância, utilizadas como uma forma de criar a inserção desses pequenos agricultores no processo de desenvolvimento, através da melhoria nos seus sistemas produtivos.(ROCHA, 2002, p. 58).

Sobre isto Rocha (2002) defende a necessidade dessa agricultura estar atrelada e subordinada ao modelo agrícola vigente, já que o *alternativo “choca-se com as questões intrínsecas ao mercado, como competitividade, qualidade e produtividade”* (p. 58) e que essa nova concepção de agricultura é, segundo a citada autora, parte das transformações que se considerou acima como um novo paradigma tecnológico. (ROCHA, 2002).

A tecnologia alternativa é vista como a construção de um novo projeto social e por isto sua concepção é considerada de fundamental importância no contexto em análise, não pela produção da produção, mas pela produção da consciência que nela se dá: *“uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos, e na gestão de novos conceitos jurídicos...”* (GRAZIANO DA SILVA, 1997, apud. ROCHA, 2002, p. 59).

5. A legitimidade da atuação das ONGs no desenvolvimento rural é garantida, segundo Rocha (2002), pelas características de sua atuação, com a priorização do aspecto participativo e organizativo, que lhes possibilita uma maior proximidade e credibilidade junto ao público alvo. Para essa autora, produtividade, sustentabilidade e equidade social são princípios comuns nessa atuação e, é nessa medida, que a ação das ONGs lhe parece ser uma contraposição à ação do Estado, vendo que a concepção dos projetos de intervenção dá-se fora da comunidade a que se destinam e não pelos seus

membros. Para Rocha (2002) a participação dos membros da comunidade apenas na adesão aos projetos, faz a mobilização reduzir-se somente àquilo que se faz em função desses projetos.

GLOBALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO

1. O caráter descontínuo da modernidade encontra-se logo na sua fundação, a partir da separação entre espaço e lugar, estabelecida com o desenvolvimento industrial e tecnológico, como uma fragmentação do território. (GIDDENS, 1990; SANTOS, M. 2002). Entende-se que, com isso, deu-se a expansão das áreas de domínio ou gestão (com a extensão espacial), com as transformações que vêm ocorrendo continuamente no próprio caráter do espaço, das próprias áreas, dos limites fixados, dos lugares habitados e de outros aspectos que justificam o domínio e a gestão e constituem a idéia de território, implicando assim uma ampliação da própria idéia de domínio ou gestão e um deslocamento do sentido e aplicação do domínio e da gestão. (SANTOS, M., 2002. pp. 11-13.).

O sentido de território provém da ligação que se estabelece entre uma determinada área, um determinado lugar ou espaço e uma idéia de domínio ou de gestão em relação a isso: *“A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”*. (ANDRADE, 2002; p.214). Entende-se que, em se deslocar para outras áreas e “habitá-las”, mesmo que em caráter provisório, ocorre gerando sempre tensões na relação entre subjetividade e objetividade. Com a fragmentação do território a

ocorrer mais e mais e de modo radicalizado, tais tensões sobrepõem-se. Em sua análise sobre a modernidade, sua natureza in-tensiva e a reflexividade que a contorna, Giddens (1995) compreende este tipo de tensão, vendo-a associada ao caráter reflexivo dos processos sociais que implicam a extensão dos espaços e fragmentação dos territórios.

Considera-se que a concepção do território moderno instituído encontra-se vinculada à instituição do sistema político do Estado-Nação, na qual o lugar físico não é o fundamento essencial do território. Este fundamento é a nação – um conjunto de significações comuns a um determinado grupo, que definem uma unidade cultural, como área geográfica sobre a qual o Estado exerce seu domínio. É esse o lugar sobre o qual consiste a territorialidade. A territorialização realiza-se nessa instituição, com base mais diretamente na representação de um espaço, definido pelas significações com as quais um grupo vai constituindo sua identidade e se diferenciando dos demais, do que em relação a um território real, físico. (ORTIZ, 2000). O sentido de área, nesse caso, não se restringe ao lugar físico, propriamente, embora o espaço geográfico seja referência fundamental para a representação do poder do Estado e o seu exercício. A razão do domínio a ser exercido é a unidade nacional, mas o domínio consiste e repousa em um território ou na consciência desse território, mesmo que ele se dê apenas como representação.

Ortiz (2000) considera que a idéia de nação não corresponde necessariamente a uma unidade territorial, mas a uma unidade de significações que instituem muito mais um ambiente virtual, do que um ambiente real dado ou produzido.

Em uma distinção conceptual interessante entre território e espaço, vê-se o espaço como forma e conteúdo e o território como um nível de produção do espaço:

[...]espaço refere-se originariamente às relações entre formas de objetos, de sua geometria, bem como às relações dos movimentos dos objetos, que se movem infinitamente. Nele se estabelecem as direções dos movimentos, as relações de posição dos objetos”. (GEIGER, 2002, p. 236).

Segundo esse autor, o espaço transcende fronteiras, enquanto conceito, e transmite a sensação de abertura, diferentemente da sensação de fechamento, que é, em sua concepção, psicologicamente transmitida pelo conceito de território.¹⁰

2. Considerando o caráter antropológico das relações com o lugar, Bourdin (2001) vê essas relações efetivando-se como ação sobre um lugar, ou para ele. Por um lado, a ação é deflagrada, segundo ele, com o sistema de recursos do lugar: este é a circunstância que a motiva; a mobilização desse sistema - a ação sobre ele, define o local e o territorializa. O local é então algo criado (não é dado), e isto como uma modalidade de resposta a problemas que se constituem no âmbito da ação que o cria. Na relação com o lugar são criados (isto é, significados) os recursos para o domínio do mundo, além de se dominar os recursos pré-existentes à ação, ou seja, àqueles naturalmente existentes no lugar, àqueles que a motivaram. A cultura se sobressai nesse processo de localização, de definição do local. Este por sua vez se configura como expressão de uma visão de mundo, de uma racionalidade na qual o local construído tem um lugar no mundo. A respeito do significado das relações que definem o local, Bourdin (2001) chama a atenção para o lugar dos objetos em relação, na criação do local e para as implicações disso no sentido do local: os objetos são “*objetos atingíveis*” e as relações com eles são o que constituem tudo (entende-se que, inclusive, constituem-nos - os objetos). Para esse autor o local não se define em termos de escala, ou de fronteiras físicas; o local é da ordem da interação do homem com o

¹⁰ Nessa perspectiva conceitual, identificam-se também outros espaços de territorialização que são instituídos e vão sendo transformados no curso da modernidade: os espaços da Razão e da imaginação, ou da alienação e da emancipação (CASTORIADIS, 1982); da racionalização e da subjetivação (TOURRAIN, 1992). Entre esses espaços territorializados situam-se o global e o local e se definem enquanto espaços no limiar desses outros “espaços-territórios”.

espaço. Com essa idéia de local construído, ele ressalta também que a instituição do local se dá em nível de “*mediação social*”. (BOURDIN, 2001).

Percebe-se que o local é, deste modo, o lugar, o aspecto tópico da ação, aquilo que a circunscreve. Mas, ele é também o significado que essa ação lhe dá. Sob este prisma, o lugar é o pretexto; o local é o contexto, e o texto consiste com a espacialidade, no território. Por outro lado, é a ação que localiza tal circunstância ao delimitar assim a que lugar ela se refere; as fronteiras do local vão ser definidas a partir daquilo que interessa à ação que se constitui. Desse modo, a relação com um lugar torna-se fundamentalmente uma relação ao lugar, relação que o transforma em local: a ação de localizar o mundo localiza também essa ação no mundo.

Entende-se que, nesta medida, territorialização é localização: o sujeito da ação localiza os objetos a partir das significações sobre o que lhe cerca, constrói “seu mundo” dessa forma, projeta sobre ele expectativas que atuam como finalidades da ação e organiza o mundo para alcançar essas finalidades.

3. A idéia de “*local construído*” consiste, como o próprio Bourdin (2001) assinala, na associação a uma outra idéia: a do caráter “reflexivo” imanente à modernização, apresentada por Giddens (1995). Vê-se que, em tal associação, o local construído tem o sentido de territorialização, equivalendo, portanto, à modernização que, enquanto processo, dá-se trazendo em sua base informação e conhecimento técnico-científico e desenvolve-se orientado por esses elementos, refletindo sobre si mesmo: “modernização reflexiva” ou territorialização reflexiva.

Entende-se que o sentido de uma “reinvenção da política”, conforme Beck (1995) compreende a “modernização reflexiva”, encontra-se também nessa territorialização concebida a partir da idéia de *local construído* como um *local*

reflexivo (Bourdin, 2001). E que a territorialização, que consiste no local com tal característica, orienta-se pelo mesmo sentido de “corrigir” o que se tem como resultado ou consequência indesejada da modernidade, neste caso, em termos de espaços e territórios estabelecidos. E como concebe Beck (1995) a “modernização reflexiva”, o local neste sentido vai se fazendo a partir de uma autoconfrontação do que se tem como territorialização (modernidade), monitorando-se através disto, refletindo sua configuração e sobre ela, e modificando-a para recuperar nela os fundamentos do projeto moderno. Pensando esse processo de territorialização através também do pensamento de Boaventura Santos (2002), encontra-se em sua visão do afunilamento da modernidade pelo desequilíbrio entre os princípios de regulação e os de emancipação, outros elementos para a consideração do *local construído* como territorialização reflexiva. Na análise desse autor a tensão como resultado desse desequilíbrio constitui-se com uma busca de emancipação, onde as formas imaginadas, utopicamente, atuam como solução das tensões.

Na idéia do local como algo que se constrói pela ação, encontra-se uma concepção de que não existe o local construído definitivamente, o que possibilita considerar sobre a territorialização em discussão, uma outra categoria conceitual: o local em construção. Considerando-se o local construído como regulação, seja como território ou como espaço, no qual se vêm representadas em sua configuração as relações de poderes estabelecidos, a hierarquia dos territórios dentro de uma determinada concepção hegemônica de domínio e de gestão e questões de direito, o local em construção apresenta-se, em relação a isto, como possibilidade de reação à regulação representada pelos locais construídos e suas implicações. Ou seja, adotando a perspectiva de Boaventura Santos (2002) o local em construção pode ser visto como

busca da emancipação perdida com o excesso de regulação dado à modernização; como reinvenção de direitos, de poderes e de relações de poderes em uma configuração territorial geral; como forma imaginada utopicamente de recuperação do equilíbrio entre os princípios fundamentais do projeto moderno; ou como uma radicalização da modernidade (GIDDENS, 1990), ou uma busca de recuperação do projeto moderno.

A idéia de construção do local (BOURDIN, 2001) com o caráter criativo e transformador que se assinala na sua construção, encontra-se com o pensamento de Castoriadis (1982) a respeito da instituição social imaginária e da transformação social. Considera-se que em tal idéia do local se construindo como territorialização encontra-se uma expressão do sentido da autonomia e emancipação social concebidas por Castoriadis (1982; 1999) e Boaventura Santos (2001; 2002).

Entende-se que o local ou a localidade, por qualquer das formas com que se apresentam, terão, no contexto de mundialização em que se inserem, uma significação dada a partir deste contexto, ou melhor, a partir da significação dada à mundialização pelos sujeitos da ação que os constróem. E que isto implicará no dimensionamento do local em relação ao global, ou mundial, estes entendidos aqui, também como o nacional na relação com o regional.

CAPÍTULO II

O MUNDO FEITO PELA SIGNIFICAÇÃO DO MUNDO

O SIMBOLIZAR COMO FAZER

1. Entende-se que o sentido das coisas encontra-se em sua dimensão simbólica. A realidade consiste na percepção e significação do mundo e pela percepção das significações sociais decorrentes desse processo individual e coletivo, nas instituições e representações sociais¹¹ que atuam junto aos atos e fatos que a constituem.

Encontrou-se em Castoriadis e Moscovici o suporte teórico para essas “*percepções sensibilizadoras*”.¹²

O que é o real? Segundo Castoriadis (1982), o real é o social- histórico: o sujeito e a sociedade, imaginação criadora e racionalidade, autonomia e heteronomia, criação e repetição. É o conflito: entre a elaboração imaginária que se dá no interior do sujeito, e a elaboração da sociedade imaginária – sob o conflito das pulsões do sujeito frente à realidade social. É a tensão entre imaginação e razão; entre sociedade instituinte e sociedade instituída; entre história se fazendo e história feita. (CASTORIADIS, 1982, p.124).

Como se estabelece esse conflito? Teoricamente, as figuras/formas e imagens saem das subjetividades individuais e passam a ser elaboradas em outro plano – o das

¹¹ - Para efeito neste trabalho a referência às Representações Sociais será feita de modo abreviado pela designação de RS.

¹² - Expressão utilizada pelo prof. Roberto Sidney, em palestra sobre “ Etnopesquisa crítica multirreferencial”, realizada no DCH III/UNEB em 2003, no lançamento do livro de sua autoria com o mesmo título. Na concepção metodológica em questão na palestra e no livro, o professor defende uma concepção mais aberta da pesquisa, onde ela não se encaminha por hipóteses, mas por “ noções subsunoras” nascidas da teoria e da empiria. Neste sentido as “percepções sensibilizadoras” apresentam-se como um princípio metodológico.

intersubjetividades que constituem a sociedade, constituindo representações sociais que atuam como imagens de, como reflexos das coisas, sancionando assim as instituições sociais que se estabelecem “a serviço” da sociedade.

A *Convivência com o Semi-Árido* foi abordada com essa visão da realidade, como instituição social, buscando-se o conhecimento de sua realidade na dimensão simbólica da ação, nos significados dados na e pela ação, na medida em que são significados em relação à finalidade com a qual são concebidos e em função dessa finalidade.

Segundo Castoriadis (1982), o “*pensar-fazer*” e o “*representar/dizer*” dos homens criam o mundo. Esse “*representar/dizer*” é criado também pelos homens e institui-se como um “*fazer pensante*”, a partir de um determinado momento, que é, ao mesmo tempo, um “*pensamento se fazendo*”. O fundamento da sociedade encontra-se em uma “*imaginação criadora*” de objetos, de finalidades, de meios para articular objetos às finalidades no processo da ação. Essa imaginação utiliza o simbólico para se exprimir, já que este o sujeito já o encontra em sua natureza como uma condição. A organização da sociedade e do poder e os antagonismos dos grupos e classes sociais são ligados entre si, no nível em que atua essa imaginação criadora: no simbólico. Essa ligação tem uma forma subterrânea, implícita, não consciente: “*Nada do que fazemos , nada daquilo com que nos ocupamos é da espécie da transparência integral, nem da completa desordem molecular*”. (CASTORIADIS ,1982, p. 90).

Para Moscovici (1998) a realidade fundamental da vida social é um conflito que se estabelece entre as formas de individualização que se instituem e as formas de socialização que a elas se juntam na constituição da vida no coletivo. São as representações sociais que, se colocando entre umas e outras dessas formas, articulam

a realidade social, conferindo sentido ao conflito e tornando-o assim suportável. Constituindo-se como elaborações de caráter racional (por serem coletivas) que se fazem para descrição e explicação do social, as representações sociais consistem como ato de conhecimento e de afetividade, tendo sua base na realidade. (JOVECHELOVITCVH, 1998). Elas são significações simbólicas – “*Imagens, vizinhas de uma praxis e de um ritual, que têm existência de modo independente*”. (MOSCOVICI, 1994, p.11).

2. O mundo histórico é o mundo do “*fazer humano*”. Um fazer simbólico movido por significações. Tudo é dado com a ação; tudo é criado nela, e por ela; tudo provém dela: o homem e o mundo; o sujeito e o outro, ou outros; as contradições entre essas partes e os conflitos e tensões que as acompanham. Como significações, conceitos que se legitimam e fazem-se coerentes no e, pelo fazer humano. A instituição da sociedade ocorre como instituição de um mundo de significações. O social e a realidade são como invenções, frutos de uma imaginação criadora, que se mostram, por essa perspectiva, viáveis de poderem se modificar, desde que existam as circunstâncias dadas para fazê-lo. As instituições sociais definem as relações sociais e suas funcionalidades. Elas são, como modo simbólico que se origina imaginariamente, equivalentes à criação – ação que pressupõe a capacidade de dar-se aquilo que não é, ou que não provém de encadeamentos simbólicos de um pensamento racional. (CASTORIADIS, 1982, pp. 154-164). A ação como tal tem, dessa forma, um caráter de projeto, define-se como um projeto de transformação social. (*op. cit.*, pp.94-111).

3. Entre as teorias da instituição imaginária da sociedade de Castoriadis (1982, 1999) e das representações sociais nos termos acima referidos (GAURESCHI e

JOVECHELOVITCH (orgs.), 1998) vêm-se alguns pontos de encontro e outros de sutil diferenciação. Entende-se que a ênfase dada ao imaginário na primeira teoria referida, dilui, de certa maneira, a importância da atuação do fenômeno que se categoriza como representações sociais, na instituição imaginária da realidade social. E que tal fato, além de ofuscar o caráter imaginário do fenômeno representações sociais, ofusca também a percepção do como o processo das RS converge para a produção da heteronomia na instituição social, tal como ela está concebida no pensamento de Castoriadis (1982, 1999).

Castoriadis (1982) conceitua o imaginário como a criação “ex- nihilo”, que se utiliza do simbólico para se exprimir e para “existir”, isto é : para passar do que é, algo virtual, à parte do real, a ser qualquer coisa mais e, assim, colocar-se no lugar do real, como uma mentira ou, não se colocando neste lugar, apresentar-se como um deslizamento do real ou como um deslocamento do seu sentido. Entende-se que as RS são produções simbólicas que denotam a existência desse imaginário “ex- nihilo”, que operam nesse fenômeno do “existir” do imaginário. Como uma forma de expressão de tal criação “ex-nihilo”, as RS têm, entretanto, atuado na instituição social no sentido de uma hegemonia, favorecendo a repetição e a reprodução social, tendo como perspectiva no processo social a continuidade, a manutenção ou permanência de um status-quo dominante. Na teoria de Castoriadis (1982), o imaginário, que não se reduz às RS, é visto tendo também o sentido de uma “contra-hegemonia”, apresentando-se efetivamente como “fonte” da criação e possibilidade concreta de transformação da instituição social estabelecida, de descontinuidade do “*pensar-fazer*” o “*social-histórico*”.

Castoriadis (1982) vê o simbólico com um componente “racional – real” (que possibilita ao simbólico representar o real ou torna o simbólico indispensável para pensar o real e o agir). Moscovici (1994) vê nas RS também este mesmo caráter. Para Castoriadis (1982) esse componente “racional-real” consiste na capacidade do fazer aparecer como imagem alguma coisa que não o é, não o foi, - a coisa imaginada - tecida como imaginário efetivo. Mas ele diz: “*no núcleo do imaginário há algo que não se reduz ao funcional. É nesse núcleo que a sociedade vai encontrar o complemento necessário à sua ordem.*” (CASTORIADIS, 1982, p.158). As RS têm na concepção de Moscovici (1994) também esse caráter de imagem, e se apresentam com a mesma perspectiva de complementação para a ordem social. Mas elas são vistas como “saída”, escape, equação simbólica das tensões que se estabelecem entre o plano individual, onde se encontram as pulsões dos sujeitos, e o plano coletivo, onde o social se constitui como imposição, a reprimir tais pulsões. Nesse modo, expressando inclusive significações individuais sobre as relações do indivíduo com os outros, ou seja, sobre a instituição social, as RS têm, portanto, um caráter essencialmente funcional tanto para o indivíduo, no sentido de socializá-lo, como para as sociedades, no sentido de revelarem como elas se instituem.

Entende-se que as RS de Moscovici atuam como o “*imaginário efetivo*” de Castoriadis (1982) – como forma de falseamento da realidade socialmente instituída, (aquele “fazer aparecer como imagem alguma coisa que não o é e nem o foi”), tendo, portanto, uma diferença fundamental em relação ao conceito de imaginário como “criação ex- nihilo”: sua existência é separável da constituição dos símbolos, enquanto que a existência do imaginário não o é; os elementos últimos das RS não são os símbolos, enquanto que para o imaginário eles o são. Assim as RS são denotativas e o imaginário não o é, sendo porém conotativo de tudo, inclusive das RS.

Imaginário e RS têm uma correspondência na criação da alienação, quando o imaginário se autonomiza como representação social e se torna algo mais real do que o real, embora não sabido como tal, e a instituição social domina os sujeitos, fazendo por um lado, a abolição do princípio do prazer, pelo princípio da realidade e, por outro lado, estabelecendo a heteronomia social. Mas, esses fenômenos também se correspondem na criação de um estado de autonomia social. No conflito dos sujeitos sociais com suas pulsões individuais é a subjetividade (elaboração imaginária dos sujeitos, interna aos indivíduos), o outro lado da instituição da realidade em sua dimensão social imaginária. (CASTORIADIS, 1982). As RS são produzidas nas intersubjetividades, ou seja, tendo as subjetividades em sua base. (MOSCOVICI, 1994). Entende-se que, nessa medida, elas portam também a possibilidade de recuperação do sentido revolucionário do fazer humano na instituição social, retomando o sentido de criação e de transformação, inerentes ao seu caráter imaginário.¹³

O CONHECIMENTO DA DIMENSÃO SIMBÓLICA

A metodologia da pesquisa encontrou na caracterização fenomenológica das RS feita por Moscovici um referencial muito importante. Ele destaca dois aspectos, dentre outros, que se considerou relevante na compreensão da Convivência com o Semi-Árido: 1- Que as RS se apresentam muitas vezes com caráter de contra-efeitos simbólicos produzidos, de heterogeneidade cultural, tendo o sentido de preservação

¹³- Em Durkheim (1999) as representações sociais consistem na significação das relações sociais, isto é, as relações sociais não são simbólicas, são fatos reais. Instituições como o direito, por exemplo, são representações coletivas que expressam essas relações. Do mesmo modo, as representações individuais expressam significações do indivíduo sobre suas relações consigo enquanto sujeito social e com a sociedade.

social, e de resistência: como saberes que se definem por aquilo que expressam em relação à vida de uma comunidade, e não por hierarquias que circulam a comunidade.

2- Que, como opinião pública e cognição social, as RS contém três fases de evolução do conhecimento e um sentido ideológico: uma primeira, a fase científica; uma segunda, a fase representacional; uma terceira, a fase ideológica. (MOSCOVICI *apud*. GUARESCHI, 1998). Especialmente por este último aspecto, o conceito de RS foi considerado de grande importância para a análise da *Convivência com o semi-árido* como praxis. O conceito de praxis é também considerado nesse estudo conforme a definição de Castoriadis (1982), na qual a ideologia é considerada como um dos elementos de definição no sentido da ação.

Jovechelovitch (1998) identifica as R. S. como “*opinião pública*” e considera o seguinte: Como elas são produzidas de forma compartilhada na sociedade, como símbolos construídos coletivamente, são produtos gerados das intersubjetividades, ou seja, no espaço público, apresentando-se como “*opinião pública*” exatamente a partir de quando a alteridade mostra-se um problema para a esfera pública, com o enfraquecimento de funções críticas nessa esfera. Para essa autora as RS são como estratégias desenvolvidas pelos atores sociais, para enfrentarem um mundo que, embora pertencendo a todos, transcende a cada um, individualmente; e como “*espaço potencial*” de fortalecimento da esfera pública, na medida em que constituem um “*terceiro espaço*” - onde o “eu” e o “não eu” juntam-se na representação, constituindo o espaço público. (*op. cit.*, p. 81). Além disso, Jovechelovitch (1998) chama atenção para o fato de que as RS, embora sendo sociais pelo fato de os elementos nelas articulados advirem de uma cultura social e de pertencerem a uma linguagem comum a diversos sujeitos, contém, em sua estrutura, a referência dos sujeitos sobre as coisas. O espaço público que nelas se define consiste em uma dimensão subjetiva.

Encontrou-se ainda em Jovechelovitch (1998) uma outra observação importante sobre as RS para a metodologia da pesquisa, cujos resultados são apresentados neste trabalho. Ao destacar no fenômeno das RS sua característica de construção particular da realidade social, ressalta o fato de elas serem produzidas por determinados grupos de sujeitos (agricultores, técnicos, políticos, patrões, empregados e outros), o que as configura como mediações sociais distintas de diferentes grupos. E acrescenta sobre esse aspecto que: as RS só podem ser entendidas em relação ao seu processo de formação e transformação, isto é, na comunicação que se estabelece nas práticas individuais e coletivas. (*op. cit.*). Entende-se que heteronomia e autonomia, como possibilidades do processo de instituição imaginária da realidade social (CASTORIADIS, 1982), só podem ser compreendidas com esse sentido (como níveis e circunstâncias desse processo), considerando-se as RS e sua atuação na instituição social, ou seja, considerando-se a funcionalidade que elas têm de mediação social nesse processo: Conforme o concebido por Castoriadis (1982), na relação entre heteronomia e autonomia encontra-se o sentido da instituição social, que compreende uma complementação entre essas duas formas ao nível do imaginário. Entende-se que nessa complementação tem destaque as RS e suas funcionalidades.

Jovechelovitch (1998) considera ainda que as RS têm um caráter imaginativo e construtivo da realidade e que este caráter manifesta-se nelas enquanto fazem relação com o ausente e evocação do possível, em um trabalho de lembrança do que falta e ligação com o que supre a falta lembrada. (*op. cit.*).

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E ANÁLISE

1- Buscou-se apreender a concepção teórica e prática da *Convivência com o Semi-Árido* nesse estudo através das falas registradas em alguns documentos que foram levantados junto ao IRPAA, nas falas coletadas através de entrevistas com a equipe técnica em atuação nos eventos realizados em 2003, e nas conversações observadas dentro de alguns desses eventos, realizados pelo, ou com o IRPAA.. Os sentidos da *Convivência com o Semi-árido* nesse estudo foram produzidos com a análise desse material.

O material documental que foi analisado compreende uma variedade de tipos: Folders e encartes publicitários, Cartas (“aberta”, “de fundação” e de “esclarecimento”), Protocolo de compromisso, Projetos, Programa, Relatórios (de avaliação e de reuniões de comissão de trabalho), Cartilhas, Revistas, Livros, Jornal e vídeo.¹⁴ A seleção desse material considerou: 1- o fato dos documentos serem produzidos pelo, ou com o IRPAA; 2- o fato de referirem-se à sua atuação e de versarem diretamente sobre a *Convivência com o Semi-Árido* ou aos diversos aspectos que identificam a idéia que a ela corresponde; 3- o fato de alguns desses documentos serem utilizados com a finalidade de estabelecerem a comunicação entre o IRPAA e a sociedade mais ampla, informando sobre sua particular concepção da realidade local, atuando como meios para a produção de tal concepção como prática social ou realidade. Entre esses documentos teve-se os folders e encartes publicitários, jornais e documentário em vídeo.

As entrevistas cobriram a totalidade dos técnicos que participaram da XIIª Escola de Formação de Lavradores e Lavradoras, o equivalente, praticamente, à metade do total do quadro da equipe técnica que atua no IRPAA.¹⁵ O contingente entrevistado foi considerado suficientemente expressivo para a análise, porque: a)

¹⁴ - A relação dos documentos encontra-se no Anexo A.

¹⁵ - No Anexo B apresenta-se o roteiro adotado para as entrevistas

este evento é fundamental para a *Convivência com o Semi-Árido* na concepção que se pratica com a atuação do IRPAA como mediação, sendo mesmo estruturante da ação dessa organização; b) nos demais eventos que foram observados, os técnicos participantes foram, na maioria deles, os mesmos do primeiro evento; c) entre esses se encontram também alguns dos membros fundadores dessa organização, que foram considerados como os autores da concepção originária da *Convivência com o Semi-Árido* nos termos em que ela se define na atuação do IRPAA.

Outros eventos foram observados, além do acima referido: O 4º Encontro sobre o Uso da Bíblia no Semi-Árido: A experiência do Povo de Deus no deserto; o 4º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva; a Pré-Conferência Estadual de Educação para Convivência com o Semi-Árido (Bahia); o 1º Seminário do Livro Didático para uma educação contextualizada no semi-árido; algumas reuniões da Comissão do Livro Didático em referência; e algumas reuniões da Rede de Educação do Semi-Árido.

A importância das conversações captadas nesses eventos decorre da dimensão de cada um deles, que varia de um para o outro. Na XIIª Escola de Formação de Lavradores e Lavradoras focalizou-se o olhar mais nas conversações entre os técnicos do IRPAA e os lavradores e lavradoras, para quem se destina a atuação dessa organização na *Convivência com o Semi-Árido*, ou seja, a partir de quem e para quem tal concepção é justificada. No 4º Encontro sobre o Uso da Bíblia no Semi-Árido - “A experiência do Povo de Deus no deserto”, encontrou-se, além de técnicos e lavradores em conversações, outros “agentes” na prática da *Convivência*, como freiras, catequistas, estudantes e professoras, representando outras organizações não-governamentais, como igrejas, paróquias e outras organizações civis.

No 4º Simpósio Brasileiro as conversações deram-se entre uma variedade de organizações governamentais e não-governamentais, brasileiras e internacionais, representadas através de técnicos e de pessoas comuns, de diversas categorias (estudantes, professores, lavradores, prefeitos e secretários municipais, deputados, vereadores etc.). E nos dois últimos eventos observados as conversações foram entre especialistas da universidade (Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Departamento de Ciências Humanas/Campus III), técnicos do IRPAA, professores de algumas escolas públicas, representantes de algumas organizações civis e de alguns órgãos da esfera governamental.

Buscou-se levantar nos documentos, nas entrevistas, nos eventos observados e nas conversações, as imagens/figuras (expressas em diferentes linguagens), que permeiam a *Convivência com o Semi-árido* ou constituem-na como prática discursiva, modo como ela é considerada nesse estudo, especialmente aquelas imagens/figuras referentes ao local e ao desenvolvimento regional. Buscou-se ver, dessa forma, a *Convivência com o Semi-Árido* pela sua dimensão simbólica e expressiva, procurando-se identificar nessa dimensão as instituições que lhe dão consistência e os atos reais e fatos materiais nela compreendidos, estes como elementos de suporte ou preenchimento do símbolo. Considerou-se que, tomado como metáfora, o símbolo tem nos seus significados uma referência não funcional à realidade, mas simbólica, quer seja ao seu conteúdo real, ou ao imaginário. Nesta perspectiva ele é analisado ora como matéria, ou conteúdo, ora como forma dos rituais. Tudo de que o símbolo apoderou-se foi considerado significativo para a análise.

As falas foram tomadas como expressões do pensamento, de significações sobre as condições de vida, sobre como se definem nelas as situações dos sujeitos; como expressões do estoque de conhecimentos que permeiam tais significações. Elas

estão entendidas como mediação entre a subjetividade e a realidade objetiva; como instrumentos na produção de intersubjetividades. Nesta concepção a palavra é considerada por seu caráter de representação (o que está em lugar de...) e, por tal, como metáfora.

Buscou-se assim construir o sentido da concepção de *Convivência com o Semi-Árido* pela desconstrução do discurso¹⁶ que se apresenta com ela. Considerou-se que o sentido ou discurso dessa concepção atua como imaginário social instituinte dos atos reais e fatos materiais, que dão à essa prática social o caráter de um projeto-praxis, em cuja lógica articulam-se três aspectos fundamentais: a crise conflitual, a contestação a ela e a diferença como elemento de produção da transformação da crise. (CASTORIADIS, 1982).

2- Significado e sentido foram considerados, para efeito na análise desses materiais, como coisas distintas. O significado identificado no que está explícito, no que é literal, no que se mostra unívoco. O sentido, como significação que se produz a partir e além dos limites do texto, da linguagem, na pluralidade de vozes, imagens e dados em geral, que são percebidos a fazerem sentido para o que se percebeu:

uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas - na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas - constróem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta.(SPINK, 2000, p.41)

3-O conteúdo das falas e conversações analisadas, seja nos documentos, ou nas entrevistas, foi percebido a partir da freqüência com que se sobressaíram determinadas palavras nos textos trabalhados.

¹⁶ - Sentido e discurso estão considerados como coisas equivalentes, conforme propõem Spink e Medrado (2000). A alternância dos termos nesse texto está colocada, para indicar os dois discursos: o da produção na prática social da Convivência, composto e expresso pelos entrevistados em estudo, e o da produção na pesquisa, composto na interação da pesquisadora com aquele outro discurso.

Embora não se tenha adotado nenhuma medida estatística para análise do destaque dessas palavras, não se deixou de perceber que, junto a ele, encontrava-se uma certa hierarquia entre as palavras, onde algumas delas tinham uma abrangência e importância em relação a outras na estrutura dos textos analisados e na construção do discurso em questão nesse estudo. A ordem dessa hierarquia foi estruturante do modo como se procedeu a análise sobre a *Convivência com o Semi-Árido*.

CAPÍTULO III

AS CONVIVÊNCIAS E A POLISSEMIA DO LOCAL

CONVIVÊNCIA E ARTE DA CONVIVÊNCIA

1. Em 1994 uma reportagem sobre a seca no Nordeste brasileiro era anunciada com a seguinte manchete: "*Solução- como conviver com a estiagem*".¹⁷ Na respectiva matéria informa-se sobre a natureza do fenômeno da seca, do uso político que dele se faz e do então Programa Nordeste, do Ministério da Ciência e Tecnologia, apontando-se neste a importância do projeto Sistema de Informações Gerenciais em Tempo, Clima e Recursos Hídricos (SIGTEC), criado, segundo a reportagem, em 1991, com núcleos em cada estado da região Nordeste (do Piauí à Bahia). Diz-se na reportagem - "*A ciência ensina a administrar a carência de águas. E arranca colheitas da terra calcinada, plantando na hora certa para não desperdiçar a umidade*" (FON, 1994, p.51). Atribuía-se, ali, aos boletins diários e mensais então emitidos pelo SIGTEC, os bons resultados verificados na colheita de grãos do Ceará em 1991:

[...]os agricultores cearenses colheram 794 000 toneladas de grãos - arroz, milho, feijão, amendoim, mamona e sorgo-, com uma perda de 21,6 % sobre a colheita de 1 milhão de toneladas de 1988, a melhor já obtida no Ceará. No entanto, ela foi recebida com entusiasmo pelo governo e fazendeiros. Significou um aumento de 89% sobre as 420 toneladas de 1990, e foi obtida quando fazia dois anos que o Nordeste enfrentava uma das piores secas do século. (FON, *op. cit.*).

Os referidos boletins publicavam a previsão do tempo a curto e médio prazo, indicando a possibilidade de chuvas e a expectativa climatológica para um período de três meses). Ainda na mesma matéria, ressaltava - se que o SIGTEC fora inspirado na Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), que, atuando

¹⁷ FON, Antonio Carlos. (1994), "Seca - Solução: como conviver com a estiagem". *Superinteressante*, ed. maio: 47-53

na mesma perspectiva de "*evitar mau uso e desperdício*" na produção agrícola, levou o governo do Estado a organizar o programa Hora de Plantar:

[..] baseado no monitoramento diário do nível de umidade do solo e das possibilidades de chuvas, e só distribuir sementes aos agricultores quando as condições indicarem 'risco mínimo' de perdas ocasionadas por períodos de estiagem em plena estação das chuvas, que no semi-árido chegam a durar até vinte dias" (FON, 1994, p. 52).

Na convivência mencionada, na qual se encontra ao fundo o desenvolvimento econômico regional, o clima semi-árido ou a comum estiagem que o caracteriza (carência/excesso de águas, baixa evapo-transpiração, tipos de solos, etc.), são os objetos em questão. A superação dos problemas implicados nesses fatores naturais da região referida na reportagem (de perdas ou de baixa produtividade na agricultura), que implica o desenvolvimento, é afirmada como algo possível, apesar de tais condições climatológicas, desde que se adote uma tecnologia adequada.

2. Referindo-se à mesma problemática regional e às soluções a ela adequadas Duque (2002) aponta como uma "*verdadeira arte*" ao que chama de "*convivência com o semi-árido*":

que se verifica nas estratégias de produção e sobrevivência dos produtores frente às características dessa região: frente à irregularidade do regime pluviométrico; aos solos pouco profundos e com baixa capacidade de retenção de água, e à elevada taxa de evapo-transpiração que se encontra nessa região. [...] estratégias marcadas pelo uso prudente dos recursos: gestão econômica e racional dos recursos naturais, baseada na diversificação das atividades- poniculturas, criação animal e, eventualmente, extrativismo vegetal- e aproveitamento minucioso de cada parcela da propriedade. (DUQUE, 2002, p. 9).

Observa-se que, embora também se destaque a racionalização dos recursos produtivos como qualidade dessa “*verdadeira arte*”, o que o conceito de Duque (2002) enfatiza, entretanto, é o cotidiano dos produtores, as práticas que eles realizam, como fundamento da convivência com o semi-árido e não a tecnologia industrial, como nas citadas reportagens.

3. Mesmo entre apenas essas duas menções, percebe-se mais de uma visão da realidade social localizada na região das secas no Nordeste/Semi-Árido do Brasil. Nelas, o problema a ser resolvido é a produtividade agrícola frente às secas que marcam essa região. Esse problema é percebido de duas formas: em uma, a visão que se coloca é de que se trata de uma questão técnica e sua resolução encontra-se com a utilização do conhecimento científico e tecnológico no desenvolvimento da atividade agrícola; na outra visão, ela é uma questão relacionada à praxis social e se encontra sua resolução com a prática acumulada na experiência da própria atividade de produção agrícola, que se desenvolve historicamente nessa região. Entre essas duas visões identificam-se distintos horizontes implicados em motivações bastante diferentes: para uma a meta em questão é a acumulação dos resultados do processo produtivo; para a outra a questão é atender às necessidades de sobrevivência e reprodução social das forças produtivas.

DIFERENTES VISÕES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. Durante longos anos, prevaleceu nas concepções do desenvolvimento¹⁸ da região das secas, a visão de que elas seriam o problema a ser enfrentado e de que a tecnologia seria a solução a ser adotada para tal problema. O desenvolvimento então era uma questão restrita à competência do poder do Estado. Somente nos últimos cinquenta anos é que se colocaram em circulação outras visões. Há mais ou menos quatro décadas atrás, por exemplo, começava-se já a avaliar sobre o desenvolvimento do Nordeste, que os problemas advindos da seca resultam de fatores organizacionais da sociedade nordestina, como a alienação no processo de ocupação e de utilização dos solos e a manutenção da estrutura social concentradora e injusta, que se observam nessa região. (ANDRADE, 1985, *apud.* GOMES, 1995). Em grande parte do pensamento de Andrade (1985), acerca das condições geo-econômicas e políticas dessa região, encontra-se claramente uma desmistificação dessa sua problemática sócio-econômica. Para esse autor a seca “*é um fenômeno natural que em si mesmo não causaria grandes problemas*”. (ANDRADE, 1985a: 1-2, *apud.* GOMES: 1995, p. 105).

Quando, na década de sessenta do século passado, o desenvolvimento regional passou a ser uma questão de destaque para a economia nacional, pensado com a integração das diversas regiões, e adotou-se políticas especialmente voltadas para a superação da condição de “sub- desenvolvimento” encontrada em algumas delas, houve a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

¹⁸ - Gomes (1995) classifica tais concepções como tendências teórico – práticas, da seguinte forma: a concepção “*hidráulico- institucional*”, que tem na água a causa e a solução do problema, o princípio e o fim do sofrimento das populações sertanejas, e tem na tecnização do problema sua solução; e as concepções da “*economia política do semi-árido*”, estas contidas em duas grandes vertentes: 1 - A “*vertente desenvolvimentista do GTDN para o semi-árido*”, caracterizada pela “*crítica aberta e consistente à política hidráulica, que é materializada na compreensão de que as secas são o principal elemento de produção econômica do semiárido*”. 2 - As “*vertentes estruturalistas da organização social do semi-árido*”, caracterizadas por uma visão das secas como um “*fenômeno natural que em si mesmo não causaria grandes problemas*”, com uma “*vulnerabilidade diferenciada*” no Nordeste, pelo nível de pobreza estrutural preexistente a elas, que é nelas precipitado. (GOMES, *op. cit.*, p. 105).

órgão governamental. Sua atuação foi concebida, àquela época, tendo como meta transformar a face produtiva dessa região, com a geração de conhecimentos específicos para isto e especializados sobre a regionalidade, a proporcionarem um desenvolvimento com a ‘cara’ do local. Tinha-se como perspectiva, já àquela época, "*redescobrir ou reinventar o Nordeste*" e desde então ficara diagnosticada sua vocação econômica - a agricultura, e também a necessidade de fazê-la de forma diferente da que tradicionalmente ocorria.(VERGOLINO, 1997). Embora estivesse presente em tal concepção essa preocupação com “a cara” da região, não se conseguiu, entretanto, integrar efetivamente no desenvolvimento empreendido, os elementos característicos fundamentais da região, como os recursos ambientais, fatores decisivos para o desenvolvimento da produção agropecuária e nem integrar os segmentos populacionais que se encontram na base dessa produção, na gestão do desenvolvimento. A cultura que se desenvolveu, para tanto, manteve-se no nível da produção do saber científico e tecnológico e no da subordinação do saber da experiência cotidiana, àquele saber. Contudo, da fundação da SUDENE para cá, ocorreram muitas mudanças com relação à região do Semi-árido, mesmo dentro da esfera governamental, passando a ser considerada, de alguma forma, a especificidade do ambiente nessa região nas políticas a ela aplicadas. A criação e atuação de órgãos governamentais mais recentes, como o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA)/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1975, denota isto como uma tendência na gestão do desenvolvimento regional, promovida nessa esfera. Mas, ela permaneceu concebida no domínio da gestão do conhecimento científico e da utilização de tecnologias, e centralizada na esfera do poder do Estado.

2. Com a crise do Estado no Brasil, atingindo negativamente diversos setores da sociedade, aguçou-se sua insatisfação com as políticas do Estado Nacional. A atuação das organizações não-governamentais ganha visibilidade nesse contexto. Com ela aparece o surgimento de iniciativas de gestão pública fora da esfera estatal, evidenciando, na sociedade, uma organização providencial, de caráter autônomo.

O papel das ONGs nessa organização é destacado por muitos autores. Teixeira (2001), comentando sobre a ação coletiva pelo desenvolvimento regional no Nordeste, faz uma avaliação sobre a mobilização da sociedade civil naquilo que definiu como “*recente processo de redemocratização no Brasil*” e, atribui, a essas organizações, grande importância na construção, segundo ele, de uma nova etapa da história nacional, com a criação de um ambiente de “*participação cidadã*”: “*que se sustenta na sociedade, que sendo essencialmente política, não se reduz aos mecanismos institucionais, nem busca o exercício do poder; participação que requalifica a participação popular*” (VIEIRA, 2001, p. 31). Vista como conceito que articula dois elementos contraditórios que compõem a dinâmica política mais recente - a participação e a responsabilidade social, a “*participação cidadã*” é considerada como requalificação da participação popular, na medida em que “*interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem pública regida pelos critérios da equidade e justiça*”. (TELLES, 1994, p. 52, *apud.* TEIXEIRA, 2001, p. 32).

A disseminação dessas organizações na região do semi-árido é vista por Duque (2002) como um impulso significativo à mobilização social no campo, preenchendo, segundo essa autora, o vazio deixado pelo esfacelamento dos movimentos sociais nessa região (ligas camponesas, sindicatos, etc), dado com a repressão do Estado ditatorial que dominou o Brasil no pós-guerra.. Nos trabalhos de base, na atuação das

organizações não-governamentais, como as Comissões Pastoral da Terra (CPT)¹⁹ e as organizações civis, foi se forjando, na visão de Duque (2002), uma reação “alternativa” ao modelo de produção capitalista. Na mediação da prática social levam-se em consideração, segundo a citada autora, os valores culturais de referência dos trabalhadores, aquilo que fortalece o vínculo social entre eles, valorizando-se mais a família, estimulando-se a solidariedade, os cuidados com a natureza, as atitudes de preservação e conservação dos recursos ambientais disponíveis. Valorizam-se formas de relação com a natureza e de utilização das forças produtivas, que, individualmente, vêm sendo praticadas pelos agricultores - e são, ainda, praticadas em grande parte. (DUQUE, op.cit.).

3. Em 1993 ocorreu em Recife o episódio da ocupação organizada da sede da SUDENE, ato público das organizações de trabalhadores, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Teve-se, naquela ocasião, pela primeira vez, uma reação à seca em forma de reivindicação coletiva dos trabalhadores rurais na região, e nela se manifestava, também pela primeira vez, uma contestação ao modo de intervenção da ação governamental em relação às secas nessa região.(TEIXEIRA, 2001; DUQUE e DINIZ, 2002). No documento do Fórum Nordeste, realizado em meio à ocupação da SUDENE, apresentara-se não só a afirmação de que "*a convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada*" (DUQUE e DINIZ, 2002, pp.103-104), mas, também, uma exigência da sociedade ao Estado para que isto fosse tomado como referência para as políticas públicas regionais, nos seguintes termos:

o que está faltando são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública - para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural.(FÓRUM NORDESTE, 1993, *apud*. DUQUE e DINIZ, 2002, *loc. cit.*).

¹⁹ - Daqui para frente tais Comissões serão referidas pela sigla CPTs.

A gestação da proposta do programa objetivado coube às entidades envolvidas na mobilização que culminou com o referido Fórum, que atuaram efetivamente discutindo e elaborando este documento-proposta acima citado, que recebeu o nome de "Ações permanentes para o desenvolvimento do Nordeste/Semi-árido brasileiro" e, também, lutaram junto aos trabalhadores pela aprovação do que se tornou o "Plano de Ação Governamental", correspondente àquele documento. (DUQUE e DINIZ, *op. cit.*).

Sobre o episódio da ocupação da SUDENE destaca-se também que, entre os objetivos "explícitos" daquela mobilização social, colocava-se o seguinte: "*eleição de novas prioridades para aplicação de recursos; participação da sociedade civil na condução e fiscalização do programa; estratégias de intervenção nos problemas estruturais da região*".(TEIXEIRA, 2001, p. 179).

Entende-se que, a partir do referido episódio, começara a ganhar visibilidade a *Convivência com o Semi-árido* como ação, concebida como solução de caráter prático para se viabilizar a produção agrícola como empreendimento econômico nesse lugar marcado pelas secas. Com ela ganha também visibilidade, naquele momento, a manifestação da força do poder popular organizado e a capacidade dos indivíduos para assumirem coletivamente uma intervenção na situação social e econômica da região em referência e, também, a vontade de fazerem valer seus interesses e expectativas. Naquela oportunidade assinala-se um realocamento da questão do desenvolvimento regional, incluindo-a na esfera da sociedade civil, onde é modificada a concepção do desenvolvimento regional, partindo-se de outros fundamentos, tais como: a convivência tomada como princípio do desenvolvimento (na relação com o meio ambiente, com os agricultores, com o cotidiano da produção agrícola, com o processo

produtivo); a motivação coletiva e a participação popular, considerados como meios essenciais ao desenvolvimento que se busca; e os interesses e expectativas populares vistos como razão de ser do processo de desenvolvimento, que tem, como meta a alcançar, a transformação daquela realidade sustentada e justificada com o discurso hegemônico da seca.

O MOVIMENTO DA *CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO*

1. O clima de mobilização dos trabalhadores e das entidades, atuante no movimento reivindicatório sobre a seca de 1993, repercutiu com a deflagração de um processo de discussão popular sobre o semi-árido e suas potencialidades, em todos os estados do Nordeste. Novas organizações não-governamentais foram se formando tendo como referência o documento "Ações permanentes para o desenvolvimento do Nordeste/Semi-árido brasileiro".

A partir do intercâmbio entre entidades que atuam na região Nordeste e considerando-se a semelhança entre seus trabalhos e que os trabalhadores e trabalhadoras rurais tinham pouco acesso à informações, criou-se, em 1998, o Mutirão de Entidades para Convivência com o Nordeste., considerando-se :

as organizações eram ainda muito frágeis, desarticuladas e com poucas iniciativas (e também que) havia resistências em se construir parcerias entre os movimentos populares e o poder público[...]Uma vez por ano o Mutirão se encontra para estudar, trocar experiências, refletir sobre sua própria identidade e aprofundar algumas questões do povo e de suas organizações. (MUTIRÃO DE ENTIDADES PARA CONVIVÊNCIA COM O NORDESTE. Carta Aberta: Por um Nordeste Viável, 1998, p. 4).

Em 1999 as ONGs reuniram-se em Recife e criaram um Fórum Paralelo durante a IIIª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), das Nações Unidas, fundando então a Articulação no Semi-Árido (ASA), para responder à

necessidade que sentiam de se congregarem em torno do objetivo em comum: o trabalho pela “*convivência no semi-árido*”. Desde então a ASA passa a fazer a ligação entre as demais entidades brasileiras. (ASA. 1 Milhão de Cisternas: para quem tem sede de uma Vida Melhor no Semi-Árido).

Outros espaços de reunião das diversas iniciativas voltadas para a *Convivência com o Semi-árido* foram surgindo, e a concepção do projeto de desenvolvimento regional foi se tornando cada vez mais consistente e mais efetiva.

A realização regular²⁰ dos simpósios de manejo e captação de água de chuva, a partir de 1997, dando enfoque à questão da água como problema fundamental da humanidade no planeta, tem se constituído como uma agenda sobre o desenvolvimento da região do Semi-Árido, a contribuir para a difusão da concepção da *Convivência com o Semi-árido*. Nesses eventos, pela dimensão ambientalista que tem sido apontada nessa concepção, a problemática do local, em relação à disponibilidade da água, apresenta-se com um contorno que não se delimita na região, embora se coloque nos temas de discussão desses eventos a viabilidade do Semi-Árido.²¹ No II Simpósio, em 1999, destaca-se a participação de representantes de 25 países, quando o tema, então em discussão - a escassez da água, expressava o interesse internacional. Naquela oportunidade foi criada a Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva (ABCMAC), que congrega representantes de uma variedade de organizações governamentais e não-governamentais em torno do problema da água, com a qual também se encontra mais espaço para a *Convivência*

²⁰ - Os simpósios têm acontecido a cada dois anos.

²¹ 1997/ Tema- Captação de Água de Chuva: a Base para a Viabilidade do SAB; 1999/Tema- Captação de Água de Chuva: uma Resposta para a Escassez de Água no Milênio; 2001/Tema- Captação de Água de Chuva e Cultivos Apropriados ao SAB; 2003/Tema- Captação e Manejo de Água de Chuva; uma Política Sustentável para o Combate à Fome e para a Melhoria da Qualidade de Vida.

com o Semi-Árido como projeto de desenvolvimento regional.(ANAIS do 4º Simpósio brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva, 2003).

Em 1998 realizou-se em Juazeiro(BA) o Simpósio “Escola e Convivência com a Seca”, apoiado pelo Projeto Nordeste, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e UNICEF. Ali, diversas experiências²² de educação formal e informal, realizadas dentro dessa região, colocaram suas questões sobre o sentido do fazer a educação considerando a dimensão problemática percebida na realidade local. Considera-se que aquela oportunidade potencializou a perspectiva formal de uma educação para a *Convivência com o Semi-árido*.(Carta de Fundação da Rede de Educação do Semi-Árido, 2002). Em 2000 a UNEB-DCH III juntou-se ao IRPAA e ao UNICEF e promoveu-se o “I Seminário de Educação no Contexto Semi-Árido Brasileiro”, realizado em Juazeiro(BA). Participaram desse evento diversas organizações provenientes de diferentes pontos do Semi-Árido, ampliando a discussão sobre a concepção e as práticas de educação nesse contexto e sobre a idéia da *Convivência com o Semi-árido*. A aproximação entre os aspectos em discussão naquele evento, e entre as esferas de poder na gestão do desenvolvimento regional, ganhava ali maior visibilidade, atingindo também um público bem mais amplo. Ali se pactuou a criação e realização regular de uma Conferência de Educação no Contexto do Semi-árido, bem como a Rede de Educação do Semi-Árido (RESAB). (PROTOCOLO DE COMPROMISSOS: Iº Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro. Juazeiro-BA, 2000). Ambas atividades estão em pleno funcionamento. A “Conferência” referida multiplica-se pelos diferentes pontos da região, em pré-conferências nos diversos Estados, fazendo-se, inclusive, articuladas com outros

²² - As experiências da esfera governamental e da esfera não-governamental tiveram um encontro naquela oportunidade, tendo, em comum, a preocupação com a qualidade da educação, dentro da qual se enfocava a questão dos currículos escolares, onde se atribui à *Convivência com o Semi-árido* um lugar de importância dentro das escolas situadas nessa região.

tipos de conferências.²³ A RESAB, que está implantada desde 2002, mantém uma lista permanente de discussão por via eletrônica, por onde difunde o projeto da *Convivência com o Semi-árido*, ao mesmo tempo em que faz a articulação dos diferentes atores nesse projeto, trazendo para sua implantação novos atores. No momento converge seus esforços para a edição e publicação de um livro didático com enfoque na especificidade dessa região, com vistas à instrumentalização do fazer escolar para uma educação contextualizada no Semi-Árido.

Hoje são muitas as organizações que atuam nessa região com a perspectiva apontada no documento do Fórum Nordeste, onde se encontra expressa formalmente a concepção do desenvolvimento regional do Semi-Árido equivalendo à concepção da *Convivência com o Semi-árido*. Embora não se tenha encontrado dados precisos sobre o número de ONGs que participam desse movimento especificamente, é grande a lista de organizações que dele fazem parte. Na ASA encontram-se mais de 600 entidades brasileiras em ligação.(ASA. 1 Milhão de Cisternas: para quem tem sede de uma Vida Melhor no Semi-Árido). Observa-se que há, em praticamente todos os Estados da região em foco, uma multiplicidade de organizações voltadas para a *Convivência com o Semi-árido*. Em alguns Estados como Paraíba, Bahia, Piauí, Pernambuco e Minas Gerais parece haver um número maior de organizações atuantes nesse movimento, do que em outros Estados dessa região.

Atualmente, estão sendo encaminhados alguns grandes programas que fortalecem a *Convivência com o Semi-árido*, sendo viabilizados, basicamente, através de ações articuladas entre e dentro dessas ONGs e de setores das Igrejas. São exemplos disto o “Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido”,

²³ A Pré-Conferência Estadual da Bahia, por exemplo, ocorreu conjuntamente ao Fórum Estadual de Educação do Campo, em novembro de 2003.

assim como o “Programa 1 milhão de cisternas rurais”(“P1mC”) e outros, como o “Mutirão de Convivência com o Nordeste”. Este se auto-define como "*rede de ONGs que planeja e executa atividades voltadas para a convivência com o clima da região, de forma articulada e propositiva*". (MUTIRÃO DE CONVIVÊNCIA COM O NORDESTE, 2001). Deste mutirão fazem parte as seguintes organizações: a ARCAS, a ACESA, a APAEB, o CUC, o CACTUS, a CARITAS, a CEPAS, as CPTs (do Maranhão, Bahia e Piauí), a EFAS-BA e a EFASE, (ambas, Escolas Famílias Agrícolas), o EDUC, o IRPAA, o MANDACARU, o MEP, e a UAEFAMA, respectivamente dos Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Maranhão, Alagoas, Amazonas.²⁴

Dentro da esfera governamental e, principalmente fora dela, são muitas e plurais as ações empreendidas e as frentes de atuação por onde se encaminham aquelas idéias, pensadas e tomadas como solução para o desenvolvimento na região das secas. Programas de conteúdos variados, distintos projetos técnicos que se executam, projetos de lei, leis, decretos, portarias, e outros instrumentos viabilizam atualmente a prática da *Convivência com o Semi-árido* com esse sentido.

Daquela ocupação da SUDENE para cá, o que se observa, é que essa ação coletiva vem adquirindo, de dentro do seu próprio curso, uma dimensão de movimento social. Na medida em que veio se fazendo em expansão a ação da *Convivência com o Semi-árido*, ela vem se diferenciando nos seus próprios procedimentos, incorporando novas questões sociais, além da produção agrícola,

²⁴. Nota-se, entre os estados participantes, que nem todos fazem parte da geografia institucionalizada da região Nordeste. Também, que as organizações integrantes têm uma relação de vínculo com a Igreja católica, inclusive as Escolas Família Agrícola, e suas correlatas, os Centros Familiares de Formação em Alternância. Sobre essas escolas destaca-se o fato de elas serem de origem francesa e constituírem, entre si mesmas, uma grande rede no Brasil e em outros países.

integrando também outros atores, envolvendo outros segmentos sociais e se colocando, inclusive, na instância de poder da esfera governamental.

2. Observam-se como características gerais do movimento da *Convivência com o Semi-árido* as seguintes:

a) Atuação em redes, em mutirão e outras formas semelhantes. Isto põe em evidência uma determinada concepção de poder e, respectivamente, um modelo de organização social e espacial. A construção da participação coletiva tem um sentido bem marcante nas formas como se busca difundir e implementar a ação da *Convivência com o semi-árido* entre as diversas entidades que a ela se vinculam, articulando atualmente, de forma sistemática, a esfera governamental e a sociedade civil. Nessa concepção, sobressai-se o valor que se atribui aos coletivos (associações, organizações, entidades e grupos sociais), como bases do poder necessário à intervenção na realidade social. Com isso se expressa uma forma de organização social altamente moderna, ou pós-moderna - as redes,²⁵ nas quais se constroem tipos distintos e concomitantes de espacialidades, e se expressa o potencial político que se desenvolve nesse movimento.

b) Configuração de dois tipos de poder fora da esfera governamental: um poder de execução, que se expressa na realização de experiências nos espaços privados, da responsabilidade das organizações civis; e um de proposição de medidas junto às instâncias de poder público existentes e às instâncias mistas de poder (como Conselhos Institucionais, por exemplo, Ministério Público). Isto lhe confere um caráter de política pública.

c) Geração e difusão de conhecimentos “apropriados” para o que se pretende, e de informação sobre o local e sobre a *Convivência com o Semi-árido*. A educação

²⁵ Nas redes, a proximidade é construída por uma contiguidade que não é de ordem física (local ou real)

evidencia-se como instrumento essencial da prática nesse sentido. A formação dos sujeitos e dos coletivos é a base de sua existência e esta se produz em processos educativos informais e sistemáticos .

d) Para Duque (2003), uma das características do movimento da *Convivência com o Semi-árido* são seus aspectos organizativos: como se viabiliza a participação, o empoderamento, a sustentabilidade, a autonomia e o social. ²⁶

3. Nos campos de atuação de cada organização, a prática da *Convivência com o Semi-árido* vem se realizando de formas particularizadas, com diferentes linhas de atuação: a difusão de tecnologias para coleta, armazenamento e controle do uso e da qualidade de água; ou a formação de Fundos Rotativos Solidários; ou o desenvolvimento de experimentos e tecnologias; ou a implantação de Bancos de Sementes; ou o assessoramento técnico e político à participação dos agricultores ou da população em geral nas políticas públicas locais e nacionais; etc. Pelos aspectos que são comuns em tais formas de atuação, observa-se que a *Convivência com o Semi-árido* fundamenta-se nos seguintes elementos: uma concepção política sobre a situação sócio- econômica do Nordeste/Semi-árido; uma concepção de agricultura apropriada para as condições sócio-ambientais que se vêem nesse lugar; uma determinada forma de organização política para a implementação dessas concepções na prática; uma educação diferenciada vinculada a tais concepções; e uma cultura agrícola peculiar (conhecimentos, valores, técnicas, tecnologias e fazeres), em construção. Esta se diferencia da agricultura tradicional e também se diferencia daquilo que é reconhecido como modernização da agricultura, ou “*modernização conservadora*”- forma particular de desenvolvimento da agricultura que se limita a

²⁶ - Informação verbal coletada durante o 4º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva, realizado em Juazeiro, em julho de 2003, em palestra apresentada quando da participação da citada autora como coordenadora de um dos debates na programação.

incrementar o uso de insumos químicos e instrumentos mecânicos, conservando sem alteração a “*estrutura anacrônica da propriedade*” e das relações sociais (GUIMARÃES, 1979, *apud.* SILVA, 1989, p. 20).

4. De um modo geral, a concepção da *Convivência com o Semi-árido* especifica-se nas variadas práticas, tendo como elementos característicos os seguintes aspectos : 1- Prevenção contra o mau uso e desperdício dos recursos produtivos disponíveis na região do semi-árido brasileiro. A água ocupa centralmente a atenção nesse aspecto. 2- Ênfase em determinadas atividades de produção, como a agricultura e a pecuária, e em determinadas formas de organização dessas atividades, como a opção por determinados tipos de cultivos, de práticas agrícolas, de técnicas e tecnologias, e de formas de organização das unidades produtivas. 3- Adequação do processo produtivo às características climáticas da região (solos, umidade atmosférica, evapo- transpiração, temperatura, etc.), regida pelo princípio da adaptabilidade ao ambiente.

A AÇÃO COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Percebe-se a *Convivência com o Semi-árido* como um modo de se pensar/fazer o desenvolvimento regional com a irregularidade das chuvas, as secas que sobre ela se produzem como realidades freqüentes e outros aspectos característicos dessa região, além dos climáticos. Entende-se que tal modo dá-se permeado de significações, como um fazer pensante, que é também um “pensamento se fazendo” no movimento da ação que o constitui, com a participação popular e a transformação de seus próprios fundamentos e finalidades nesse movimento. Nele, percebe-se que a transformação das condições de vida dos trabalhadores rurais, agricultores e pequenos produtores do setor da agropecuária, é concebida como algo que se dá pela transformação do próprio processo da produção, com este processo passando a ser feito de uma forma diferente da costumeira, sendo orientado por outros princípios, como o respeito à natureza, a solidariedade e a justiça social com o trabalhador. Nessa concepção, o processo da produção transformado realiza-se através de um conjunto de práticas agrícolas e de formas políticas, indicadas como as apropriadas ou adequadas às peculiaridades dessa região, (tanto para suas peculiaridades de ordem natural, como o clima, as secas, a irregularidade das chuvas, os tipos de solos etc., quanto para as de ordem social, de caráter estrutural). O respeito à natureza nesse processo é buscado com a opção por cultivos e atividades que são integradas à sua própria dinâmica e aos processos naturais, e com uma preocupação de evitar-se a depredação dos recursos ambientais. A justiça social é buscada com a participação dos trabalhadores no processo produtivo, como sujeitos históricos, e não somente como força de trabalho - como produtores de conhecimentos, de valores, de sentidos, de destinos, de sua própria história. A solidariedade é buscada pela identificação com o outro, com o diferente, com a reflexão disso no compartilhamento da responsabilidade pela realidade que engloba uns e outros, implicando o fortalecimento do vínculo social.

Tal modo de *Convivência com o Semi-árido* é percebido nesse estudo como um projeto social, que tem como motivação um determinado discurso sobre essa região, com o qual tem se mantido a exclusão social, a pobreza, a concentração de riquezas e sua discriminação em relação às outras regiões, nas políticas públicas nacionais; que tem como horizonte a desconstrução daquele discurso, que vai se fazendo na prática social por meio da instituição de um outro discurso (e com essa instituição) sobre as secas, as possibilidades da região por elas atingida, e sobre a realidade social, inclusive com uma nova imagem da região ou do local que se institui com essa prática; e que tem como fim o desenvolvimento local, imaginado como inclusão social, desconcentração da riqueza, superação da pobreza e, conseqüentemente, com uma qualidade de vida para a população regional, juntamente com a conquista de políticas públicas especiais e adequadas à essa região. Esse projeto vai sendo transformado pelo seu próprio curso, na medida em que distintos sujeitos e interesses vão se constituindo com a participação que a ele se agrega.

Vê-se, portanto, a ação da *Convivência com o Semi-árido* como praxis que, conforme a definição de Castoriadis (1982), constitui-se como projeto revolucionário, porque nela encontra-se a participação, o empoderamento e a autonomia de cada um e do coletivo como seus elementos constituintes, tendo a transformação social implicada no trajeto da própria ação, como o grande sentido da práxis-projeto.(CASTORIADIS, 1982). Percebe-se como meta desse projeto a aquisição de meios que assegurem aos agricultores e pequenos produtores rurais obterem resultados mais efetivos do seu trabalho, capazes de gerar renda entre eles e lhes possibilitar a inserção no sistema produtivo, uma produtividade agrícola economicamente sustentável e sua permanência nesta região, em uma posição socialmente justa, de autonomia em relação às estruturas políticas que o permeiam. Percebe-se também que as metas nesse projeto

expressam a valorização de um conjunto de conceitos e valores que compõem o imaginário do desenvolvimento moderno e que remetem à idéia de crescimento econômico, tais como: produtividade, renda, rentabilidade, viabilidade econômica, sustentabilidade, lucro etc. Entretanto, tal desenvolvimento é concebido associado com uma forte percepção do meio ambiente, recomendando-se uma utilização criteriosa dos recursos locais e um não esgotamento da natureza, e com a idéia de priorização da criação de tecnologias endógenas. Portanto, conceitualiza-se nesse estudo a *Convivência com o Semi-árido* como um projeto de desenvolvimento com a perspectiva de um desenvolvimento na linha do ecodeenvolvimento.

CAPITULO IV

O IRPAA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

*Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso.*²⁷

UM “FAZER PENSAnte” COMO “PENSAMENTO SE FAZENDO”²⁸

Dentro do movimento da Igreja progressista em Juazeiro(BA), na década de 80 “começou a surgir em algumas lideranças das comunidades a necessidade de se unir para a busca de saídas que de fato fizessem nascer liberdade e autonomia das pessoas”.²⁹

[...]a gente começou numa época de muita agitação política, de propostas, de esperança de mudança, de reforma agrária, de mil coisas que se esperava fazer e que sejam feitas. O trabalho que se levava naquela época pelas entidades foi muito no campo político, social, político organizacional etc. A gente viu, tem uns exemplos drásticos, que pessoas muito bem politizadas e conscientes das forças do mundo, do capitalismo, socialismo, etc, no fim tinham que abandonar sua comunidade, seu município porque não conseguiam sobreviver. Assim a gente procurou nesse primeiro tempo se concentrar realmente nas tecnologias [...] (Haroldo, em agosto de 2002)³⁰

Essa visão, de que faltava ao povo algo mais do que a “formação política” e a “organização” era comum naquela época (final da década de setenta, década de oitenta), à percepção de outros membros das CPTs regionais que atuavam então no trabalho de base da Diocese de Juazeiro.

[...] naquela época se dizia que é bastante que o povo consiga terra porque o povo sabe como trabalha, agora, por exemplo, nessa região de Angical, depois tinha gente, isso é um exemplo isso é um exemplo de Rui Barbosa, então dizia, ah eu vou esperar a chuva do inverno no mês de abril e maio para plantar, mas isso era a realidade de Rui Barbosa e não de Angical porque

²⁷ - (ROSA, 1970, p.22)

²⁸ - (Castoriadis, 1982)

²⁹ - (IRPAA: Programa de apoio educativo, técnico e comunitário para a vida, escola, produção, beneficiamento e comercialização sustentáveis no contexto climático de três municípios do Semi-Árido-Quente- brasileiro)

³⁰ - Harald Schistek (conhecido como Haroldo), é austríaco, foi padre, trabalhou na Diocese de Juazeiro, formou-se em agronomia já em Juazeiro, é um dos fundadores do IRPAA. Ele foi Diretor dessa organização durante seis anos, sendo atualmente seu secretário (informação verbal).

nessa época não chove, e assim a gente descobriu que na realidade o povo não tinha tanta experiência da realidade do clima e também da agricultura [...] (João, março/2003) ³¹

Naquela época, aquilo foi considerado como a causa de uma estagnação que se percebia no movimento dos trabalhadores rurais pelos direitos dos produtores e produtoras nordestinas, e entendeu-se, então, que isto requeria uma apresentação de propostas que possibilitassem uma base econômica sólida aos trabalhadores rurais.

[...]as pessoas que tavam trabalhando toda aquela coisa da movimentação da teoria da libertação, da conscientização, da consciência, mas quando chegava a seca, todo mundo se picava, ia embora pra outros centros, pra os grandes centros[...] a Diocese tinha uma linha muito aberta mas ao mesmo tempo muito fechada[...] , socialismo, comunismo, aquela coisa, discussão toda, trabalho, tal, só que não tinha proposta [...] nunca conseguiam[...]os projetos eram tudo muito pontuais, muito aquela coisinha [...] batia uma secazinha de nada, todo mundo corria, ia embora [...] ficava dependendo da cesta básica, do carro pipa [...] (Cícero, em agosto/2003)³²

Os agentes do movimento popular da igreja partiram então para a reflexão sobre o cotidiano dos trabalhadores, em busca da compreensão das dificuldades que os desanimavam e os tiravam do movimento popular, e do tipo de projeto que se estava fazendo: o tipo de atividade do agricultor, o que ele estava fazendo, que tipo de planta ele usava, que animais que ele criava, que tipo de tecnologia que ele utilizava.

O trabalho de base da igreja junto aos trabalhadores rurais levou os agentes das comissões pastorais a fazerem um levantamento, junto a entidades de pesquisa nacionais e internacionais, de conhecimentos sobre clima, vegetação, possibilidades hídricas do subsolo, índices pluviométricos, vegetais nativos e exóticos adaptados à região e outros, que se relacionavam às possibilidades da agricultura nas condições ambientais dessa região.

³¹ - João Gnadlinger é austríaco, pedagogo, teólogo, e formado em manejo do meio ambiente trabalhou na CPT da Diocese de Juazeiro, e passou a integrar a equipe técnica do IRPAA a partir de 1992. (informação verbal).

³² - Cícero Félix dos Santos, é técnico agrícola, membro da equipe técnica do IRPAA. Ingressou no instituto ainda quando estudante, como bolsista, um dos primeiros residentes da 'República dos estudantes' do IRPAA. Atualmente exerce o papel de Coordenador Institucional do instituto. (informação verbal)

[...]eu me lembro muito bem que Zelito [...] ele discutia com Haroldo, ele concebia com Haroldo a idéia de construir o chamado projeto umbuzeiro. Projeto umbuzeiro dentro da Diocese era assim a idéia de trabalhar essa história: como é que um umbuzeiro consegue viver aqui e a gente não consegue, uma coisa assim[...] (Cícero)³³

Assim começou a se formar a idéia da *Convivência com o Semi-árido* como proposta para o trabalhador/trabalhadora rural no movimento das comunidades. E criou-se a Fundação Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada- IRPAA.

[...] a gente passou os três primeiros anos andando, visitando, estudando, viajando pro interior, viajando pra outras regiões, pra fora do país, qualquer lugar onde tinha alguma coisa com o semi-árido sendo desenvolvido[...] e a idéia era essa, o IRPAA ter uma pesquisa na área [...] de tecnologia, de conhecimento[...] (Moacir, em 2002)³⁴

A assessoria técnica do IRPAA foi criada para dar forma e viabilizar a proposta da *Convivência com o Semi-Árido*, para criar, junto aos trabalhadores rurais, a possibilidade de se desenvolver a realização de outro tipo de trabalho com a agricultura. A percepção que se tinha desse público-alvo da atuação esperada era desafiante para a assessoria.

Como levar os conhecimentos “apropriados” ao lavrador e lavradora? Como fazer com a condição de pouca escolaridade do seu público alvo, com sua cultura e a religiosidade popular, “*com o cuidado para não empobrecer as informações científicas, nem subjugar o saber popular*” (IRPAA. PROCUC.)? A comunicação foi percebida como a questão metodológica fundamental.³⁵

[...] é muito interessante que o colega da EMBRAPA, você vai pra lá, ele dá uma palestra assim, cê fica abestalhado, aí leva pra roça ele não consegue, tem todo um linguajar científico... não: a gente vai pesquisar, tem que ter gente que sabe espalhar isso, seria o papel da EBDA, da extensão rural, mas que não funciona [...] a gente precisa se preocupar com a metodologia de levar essa pesquisa, essa tecnologia pra o campo [...] o IRPAA busca onde já tem e apropria esse conhecimento à linguagem do povo do sertão, então o nosso grande trabalho é transformar toda linguagem técnica e científica das coisas que existem na linguagem que o camponês, a camponesa aqui do sertão compreende, por isso a insistência em ter pessoas

³³ - Cícero Félix dos Santos, na entrevista citada.

³⁴ - Fala de José Moacir dos Santos, técnico agrícola, membro da equipe de assessoria técnica e atual Coordenador Geral do IRPAA, um dos fundadores dessa organização.

³⁵ - Informação verbal prestada por José Moacir dos Santos como Coordenador geral do IRPAA

que são desse meio, que não são pessoas de outra realidade, de outra vivência pra conseguir falar com as mesmas palavras que as pessoas na roça falam [...] (Moacir)³⁶

A *Convivência com o Semi-árido* viabiliza-se junto aos lavradores e lavradores por uma forma específica de atuação do IRPAA, organizada sobre os seguintes pilares: a organização prévia dos grupos a serem trabalhados; a participação dos lavradores no trabalho de multiplicação da formação na concepção da proposta de *Convivência*; a atuação sistemática dos multiplicadores junto aos demais lavradores; e a utilização dos materiais pedagógicos produzidos pelo IRPAA (cartilhas, painéis, mapas, etc.).

A gente entra em um grupo que já está organizado, uma associação, um sindicato, uma outra ONG, enfim, e eles já se organizaram, já têm seu projeto, aí agora tem uma dificuldade que não consegue, a prática deles não é condizente com o que está planejado no projeto, que é gerar renda e tudo isso ... Então o que eles querem: discutir uma proposta de produção viável, apropriada, sustentável aqui pro semi-árido...Então, a gente passa três anos com um grupo e discute os mesmos assuntos que tem na cartilha, isso é o básico: é conhecer o clima da região, ver a questão da água, ver quanta água tem e como gerenciar, captar e armazenar e, a partir do clima, você determina a principal atividade econômica, no caso que seja principalmente a criação. Então o próximo passo - como então ter uma criação rentável! Depois disso a gente discute a questão da roça como subsistência, não como principal atividade, como hoje, no caso que você pergunta a uma pessoa o que você é, “sou agricultora”, “sou agricultor” e na verdade devia ser sou criadora ou criador de cabras e ovelhas, também de inverter a base econômica e a criação passar a ser a principal, todos os recursos direcionados pra criação e a agricultura ser um acompanhamento: com o esterco dos animais você passa agora a ter uma roça bem cuidada, que vai responder as necessidades da família e usando o excesso de chuva você tem um excedente pra comercializar; nos anos normais com a chuva irregular a roça não vai produzir tanto pra ir pro mercado, mas produz o bastante pra o consumo, a família e o mercado é a criação de animais.(Moacir)³⁷

A *Convivência com o Semi-árido* que vem sendo praticada ao longo de 14 anos de atuação do IRPAA avançou, por sua ação, em diferentes espaços. A participação no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), no Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na Feira Nacional de Agricultura Irrigada (FENAGRI), denotam os novos lugares por onde ela vai se constituindo como prática social, lugares bem diversos daquele onde ela foi originariamente concebida como projeto ou para o qual esse projeto se destinou inicialmente.

³⁶ - José Moacir dos Santos na entrevista citada.

³⁷ - José Moacir dos Santos, em entrevista realizada em outubro de 2002.

[...] entrar nessa mala de leitura em toda a vida do PETI e aqui você já pega outras pessoas, que cê já começa a discutir com a ação social, cê já começa a discutir com a saúde, então a gente vai ocupando mais espaço dentro assim da área administrativa do município, estamos conseguindo mais pessoas, mais órgãos sensibilizados por essa discussão [...] foi uma grande discussão no que é que a gente tinha haver com o PETI, principalmente em Juazeiro, que são [...] periferia [...] (Moacir)³⁸

Ao considerar a importância da práxis como saber – teoria que se desenvolve no e com o fazer, e assinalar o caráter de projeto desse “fazer-saber”, Castoriadis (1982) ressalta o fato da ação desenvolver-se como um “fazer pensante” como portador de um sentido em si revolucionário porque, dessa forma, garante-se o caráter de “pensamento se fazendo” à ação, que a constitui como práxis e projeto. O caráter do projeto consiste nesse fato de ser algo inacabado e interminável e, dessa forma, ser aberto, transformador, inclusive, de si próprio, enquanto ação. Segundo esse autor, encontra-se nesse aspecto o sentido libertador da práxis. É nessa dinâmica da práxis como projeto onde reside, em sua concepção, a possibilidade concreta da autonomia social, cuja realização vai depender da relação com o outro no processo de instituição social. Para Castoriadis (1982), na medida em que o outro esteja compreendido como condição para a realização do projeto e, conseqüentemente, que ele participe do projeto efetivamente, vai se realizando a autonomia social. Entende-se que nesse curso da ação do IRPAA encontram-se destes elementos da concepção castoriadiana da práxis como projeto, da sua abertura e da possibilidade de autonomia que se encontra na ação com esse caráter. Entende-se que isto coloca a instituição social da *Convivência com o Semi-árido* como projeto extremamente “versátil”, expansivo, sem estar preso a um espaço definido como território como sua referência para sua incidência, algo cabível em diversos locais. O outro, aquele em quem inicialmente não se pensou, passa a ser considerado e integrado na ação e isto lhe impregna de outro caráter, de outras possibilidades e dificuldades, de outro horizonte.

³⁸ -José Moacir dos Santos, em entrevista realizada em junho de 2003

[...] nas atividades com o PETI então eles trabalham a questão da água, a questão da poluição, a questão da criação, enfim, adaptado ao PETI eles conseguem levar essa proposta, então, é consciência que é possível trabalhar com o PETI [...] trabalhar isso na área urbana então esse é o nosso desafio agora [...] então tem muito a ver porque essas pessoas todas que tão na periferia hoje, [...] em Juazeiro, esse pessoal veio do Ceará, do Piauí, da Paraíba, de Pernambuco e todos eles tinham terra ou parente tinha terra ou eram agregados de um fazendeiro, mas viviam na roça e vem pra cá na propaganda de irrigação, então aquela frustração, agora não tem, nem água pra ele, emprego é pouco e toda essa confusão social que a gente tem [...] (Moacir)³⁹

A percepção dos papéis institucionais não cumpridos pela esfera governamental foi sendo refletida na ação do IRPAA como abertura de novas frentes para a prática da *Convivência com o Semi-Árido*. Ela vem se constituindo e se definindo no curso do fazer, como um pensamento se fazendo na prática. No âmbito da atuação do IRPAA vem se desconstruindo e reconstruindo a *Convivência* como prática social, transformando-se continuamente o projeto que com ela se constitui, compondo-o com novos sentidos.

O conceito atribuído a *Convivência* como projeto fundamenta-se no caráter dinâmico que ela assume como ação coletiva que vai se constituindo, onde o projeto tem como atores, os sujeitos ou as organizações, ou ainda suas ações.

todo o nosso trabalho hoje é de ocupar espaço em qualquer nível da sociedade, a gente tem uma proposta e essa proposta a gente entende que tem que ser discutida na zona rural e na zona urbana, com os agricultores, com as agricultoras, com a escola, com os vereadores, com o prefeito, com os secretários da prefeitura, com a igreja, as igrejas, todas as coisas que existem no município que fazem funcionar social, política e econômica, a gente quer levar essa discussão, discutir com eles[...] (Moacir)⁴⁰

No trabalho dos técnicos dentro e fora do IRPAA percebe-se sua atuação como uma forma de militância em prol de uma *Convivência com o Semi-árido* (aquela em que acreditam). Percebe-se também nesse trabalho, um sentido crescente da atuação dessa organização, tanto na região de Juazeiro, como em outras partes do Brasil. Há entre os seus membros fundadores e dirigentes essa compreensão sobre a dimensão

³⁹- José Moacir dos Santos na mesma data

⁴⁰ - José Moacir dos Santos, em junho de 2003

crescente da atuação que o IRPAA empreende e as implicações disso no projeto da *Convivência com o Semi-árido*.

Hoje eu acho que o IRPAA tem um outro problema que é o papel [...] mas o IRPAA fez a ponte, o IRPAA sempre faz ponte e íamos correndo o risco de não ser, deixar de ser [...] ou início da lança ou o final da lança, nós sempre tivemos apontando, sendo a ponta da lança, mas a ponta da lança em determinado momento, mas depois a gente refazia a ponte, como é que a gente fazia isso? A gente sempre fez a ponte entre a Embrapa e os lavradores, a gente sempre fez a ponte [...] entre lavradores e o sindicato, a gente sempre fez a ponte entre o Peru e o Brasil na Embrapa, entre a China, sei lá, a gente sempre fez a ponte entre a discussão da Universidade com o poder público de Curaçá, quer dizer, não tinha, quando a gente começou a proposta de Curaçá, você era diretora na época e a gente foi atrás de vocês exatamente pra fazer a ponte, então o que o IRPAA sabe mesmo fazer é ser ponte, agora não pode ser a mesma ponte, tem que... os pilares [...] tem que ter outras dimensões, uma hora mais estreita, outra hora mais, enfim, mais larga, uma hora mais comprida, outra hora mais curta [...]o IRPAA precisa desenvolver esse papel [...] (Cícero)⁴¹

⁴¹ - Cícero Félix dos Santos, em setembro de 2003

Cria-se a *Convivência com o Semi-árido* e o IRPAA com a busca de saídas para as pessoas viverem na região demarcada pelas secas, de modo a obterem resultados com a produção agrícola. Duas trajetórias que se confundem ao se pensarem/fazerem como ponte ou seja, como via, caminho ou elo de ligação: entre a agricultura tradicional e uma agricultura moderna; entre o conhecimento comum e um conhecimento técnico; entre as organizações do Estado e as da sociedade; entre as dimensões local e mundial; entre a área urbana e o mundo rural.

Percebe-se que, na medida em que vêm se ampliando essas entidades, elas vêm passando a enfrentar novos desafios colocados à sua frente. Por último, o desafio, percebido de dentro do IRPAA, requer se resolver sobre a extensão e a largura dessa ponte em construção com sua atuação. Vislumbra-se no horizonte o IRPAA permanecendo uma ponte que seja longa e ao mesmo tempo curta; larga e ao mesmo tempo estreita; uma ponte imaginada diferentemente: amoldável às mais diversas situações. Dado a imbricação que se percebe entre a história do IRPAA e a *Convivência com o Semi-árido* fica a questão: Até que ponto e, como, tal ambigüidade e ambivalência da atuação imaginada sobre o IRPAA reflete-se na *Convivência com o Semi-árido* por ele praticada?

DA NATUREZA, ORGANIZAÇÃO E FINALIDADES DO IRPAA

O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) é uma organização não-governamental que foi criada formalmente como uma Fundação, em 17 de abril de 1990, tendo como finalidade a prestação de serviço de assessoria de caráter técnico-pedagógica aos agricultores e agricultoras, visando *transmitir uma visão correta sobre o Nordeste e maneiras apropriadas de produzir e viver*. A

Fundação foi criada mediante a articulação de distintas esferas de ação: as bases da igreja, as Comissões de Educação de Base (CEB) e as Comissões Pastorais da Terra (CPT) e da Juventude do Meio Popular (CPJMP), os movimentos populares (sindicatos, associações de trabalhadores rurais de Juazeiro e Sobradinho) e as Escolas Família Agrícola. (IRPAA. PROCUC). Constitui-se por um conjunto de sócios, que são instituições e/ou pessoas, e funciona em duas instâncias: uma deliberativa e a outra de execução. A deliberativa dá-se ao nível do conjunto dos sócios, através de uma Coordenação por eles indicada, que inicialmente era feita de forma centralizada, exercida por uma só pessoa, mas, se modificou nos últimos anos, passando a ser feita de forma colegiada por um grupo de sócios. A instância executiva encontra-se no grupo de assessoria técnica que atua diretamente junto ao alvo das políticas deliberadas pelos sócios que são lavradores, lavradoras, padres, bispos, outras entidades, e até mesmo outras pessoas. A associação mantém-se em aberto, podendo-se aceitar qualquer pessoa, desde que seja ela recomendada por um dos sócios fundadores, e venha a ser aceita pelos demais sócios mediante apreciação da justificativa de tal recomendação.⁴²

Com sua sede em Juazeiro(BA), o IRPAA visa, desde sua criação, alcançar com sua ação toda a região do Semi-Árido brasileiro. Sua atuação se dá com a realização de treinamentos de lavradores, de lideranças e agentes de base, trabalhando com ONGs “parceiras” na orientação de entidades com os conceitos e tecnologias “apropriados”. Realiza também, diretamente, junto aos agricultores, o trabalho de base na linha da concepção teórica e prática por ele elaborada para o enfrentamento das dificuldades que se encontram na prática da agricultura, com as condições ambientais que se

⁴² Informações obtidas junto a Cícero Félix dos Santos, em entrevista realizada em setembro de 2003.

encontram nessa região semi-árida: a Convivência com o Semi-Árido.(IRPAA. Op. Cit.).

ESTRUTURAÇÃO, ATUAÇÃO E SUPORTE FÍSICO-FINANCEIRO

1. A assessoria técnica do IRPAA tinha, inicialmente, apenas uma pequena equipe de assessores para fazer o trabalho de prestação de serviço ao público. Ela era composta de três pessoas: um membro da CPT, agrônomo de formação, e dois jovens da Pastoral da Juventude, indicados pelas paróquias e selecionados mediante os seguintes critérios, definidos pelos membros fundadores: estar dentro da profissão esperada para desenvolver o trabalho visando a *Convivência com o semi-árido* (ser técnico em agropecuária); estar no movimento popular; viver no ambiente a que se destina a atuação do IRPAA, isto é, no meio rural . Os salários recebidos por esta equipe nos primeiros anos foram custeados pela Diocese de Juazeiro. Atualmente, a equipe técnica do instituto constitui-se de, aproximadamente, trinta membros (técnicos em agricultura ou afins, técnicos administrativos e pedagogos), sendo, cinco deles, europeus, estes custeados por entidades européias. Os demais, brasileiros, são desta região.⁴³

2. A organização do trabalho de assessoria técnica dá-se em torno de três aspectos estruturantes de toda a ação institucional: Conhecimentos, Tecnologias e Prioridades. As ações são sistematizadas na concepção de projetos. A organização funcional do IRPAA para o atendimento ao seu público alvo está baseada nesses três aspectos que funcionam como eixos do seu trabalho. Assim, tem-se no serviço de

⁴³ - Conforme informações colhidas junto a José Moacir dos Santos, atual Coordenador Geral do IRPAA, em entrevista gravada em junho de 2003.

assessoria três setores de trabalho: Setor Clima e Água, Setor de Produção e Setor Pedagógico, além de um serviço de comunicação.

Dos projetos atualmente em andamento (de 1999 para cá), um deles se apresenta como referência da instituição dentro do seu próprio âmbito de atuação, por se destinar mais diretamente à experiência prática, na íntegra, da produção agropecuária como se recomenda na proposta de *Convivência com o Semi-árido*, ou seja, compreendendo os três aspectos estruturantes da concepção de *Convivência* acima referidos: o Programa de Apoio Educativo, Técnico e Comunitário para a Vida, Escola, Produção, Beneficiamento e Comercialização Sustentáveis no Contexto Climático de três municípios do Semi-Árido-Quente-brasileiro, chamado comumente de PRO-CUC (Programa Canudos, Uauá, Curaçá – os três municípios referidos).

3. A estrutura espacial do IRPAA para a realização das atividades da assessoria técnica foi percebida compreendendo quatro lugares específicos: 1-O escritório da assessoria técnica, com várias salas, recursos eletrônicos, biblioteca, garagem, etc., onde se realiza o expediente de rotina. 2- A roça “Vargem da Cruz”, onde se pratica a agropecuária, e se encontra uma infra-estrutura básica para a realização de grandes encontros, com quartos, banheiros, refeitório, para o alojamento das pessoas, e salão para exposição, e auditório. Os cursos e treinamentos são realizados freqüentemente nesse espaço. 3- Uma “República de Estudantes”, com residência e alimentação para estudantes bolsistas. (As residências estão dentro da roça). 4- A área de execução do programa PRO-CUC.

Observou-se que na roça “Vargem da Cruz” pratica-se o cultivo da agricultura orgânica, a lavoura com irrigação e a criação de animais de pequeno porte, especialmente, caprinos. A produção é terceirizada em forma de arrendamento. Mas, o IRPAA tem parte no controle da forma de exploração da terra e do funcionamento da

unidade produtiva. Busca-se, atualmente, a obtenção do certificado de qualidade orgânica para os produtos ali produzidos ou seja, um instrumento de diferenciação desses produtos em relação a outros que disputam os mercados, visando dotá-los de maior competitividade.

A “República dos Estudantes” oferece a alguns estudantes a possibilidade de continuação dos seus estudos até níveis de escolaridade mais elevados, quando não encontram, em suas localidades de origem, oportunidade para isso. Funcionando com um sistema de bolsas de estudo criado pelo IRPAA (com dezesseis bolsas) os estudantes da “República” dispõem de uma base de sustentação – residência, alimentação e ajuda de custo, para se fixarem em Juazeiro(BA), lugar onde se encontram mais oportunidades de estudo em nível médio e superior. Ao mesmo tempo, serve-lhes de oportunidade de formação na *Convivência com o Semi-Árido*, porque a roça abre-se como campo de estágio para esses estudantes e esse estágio é obrigatório para os que recebem as bolsas de estudo, como uma contrapartida ao benefício recebido. As bolsas (ajuda de custo) são, segundo informações coletadas junto a um dos dirigentes do IRPAA, no valor de um salário mínimo.

4. O PRO CUC foi concebido e funciona com o caráter de laboratório da atuação do IRPAA, ou seja, como espaço de experimentação e de testagem da concepção *Convivência com o Semi-Árido* na prática cotidiana de um grupo determinado de lavradores e lavradoras. O programa compreende a formação contínua desse grupo com acompanhamento sistemático das atividades cotidianas dos lavradores na produção agropecuária que eles praticam com suas famílias, em suas terras, dentro de uma área delimitada (localizada na convergência dos três municípios mencionados) e, por um período determinado, com vistas a uma avaliação prática dos resultados que são obtidos pela produção das famílias assistidas naquela área. Com

essa avaliação busca-se dados para uma avaliação maior: a da própria concepção da *Convivência com o Semi-Árido* na prática, sobre sua exequibilidade em relação à produtividade, renda, rentabilidade, viabilidade econômica, sustentabilidade e lucro que acompanham tal concepção; e dos impactos do trabalho do IRPAA, com vistas ao melhoramento dos trabalhos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos com essa concepção, feitos nos diferentes lugares dessa região. O PRO CUC encontra-se em execução desde o ano 2000. Nele, os três aspectos estruturantes da ação do IRPAA - Conhecimentos, Tecnologias e Prioridades – encontram-se considerados nas linhas de atuação pelas quais se desenvolve a assessoria técnica no projeto e nas atividades que se realizam no programa. Essas linhas de atuação na área do PRO-CUC são quatro: Água, Cultura, Educação, e Mulher. O PROCUC compreende a atuação de 112 pessoas, 10 delas compondo a equipe técnica (com 01 Coordenador Geral do Programa; 01 Coordenador Técnico; 01 Coordenação Pedagógica em cada município; 01 Supervisor (?) ou Coordenador (?), ou Orientador (?), que faz o acompanhamento do beneficiamento de frutas nos três municípios e de reuniões de planejamento em cada município - função desempenhada pela mesma pessoa que faz a Coordenação Técnica) e 102 "multiplicadores" - lavradores e lavradoras formados para a "*Convivência com o Semi-Árido*", engajados “militantemente” na sua divulgação junto a outros agricultores e na sua adoção por todos no cotidiano das roças. (Relatório de Avaliação do PROCUC: 2002).

5. Os cursos e treinamentos sistemáticos são oferecidos regularmente dentro de uma programação anual onde se observa uma ordem seqüencial, percebida com um caráter metodológico, na qual se encontra um curso mais geral, mais completo, mais prolongado, sobre os conceitos e tecnologias que compreendem a *Convivência com o Semi-Árido*, e outros, cursos e treinamentos mais específicos, de menor duração e

para públicos diferenciados. O curso geral realiza-se na Escola de Formação de Lavradores e Lavradoras que se faz há mais de doze anos, sempre na sede do IRPAA e no mês de março. Os demais cursos são, em sua grande maioria, desdobramentos daquilo que se apresentou durante a referida escola e ocorrem na sede do IRPAA e /ou em outros lugares: cursos de agricultura orgânica, de hidroestesia⁴⁴, de bombas manuais, de uso da Bíblia sobre o Semi-Árido, de capacitação de “ multiplicadores”, de formação de Coordenadores e Diretores Municipais de Educação, etc. Também são freqüentes os seminários e as oficinas sobre aspectos que constituem o conteúdo da prática social da *Convivência com o Semi-Árido*.

6. A ação do IRPAA hoje está mais voltada para a formação na *Convivência com o Semi-árido* como uma cultura geral. Observa-se, nesse aspecto, o grande destaque que tem em sua atuação atual, o universo escolar. Nesse universo o alcance de sua ação está dimensionado quantitativamente nos seguintes números: em três anos o alcance em projeção é de cerca de 3.100 famílias (três mil e cem) que representam cerca de 15.500 pessoas (quinze mil e quinhentas) enquadradas na categoria de pequeno produtor/ produtora, e também 380 professores (trezentos e oitenta) e cerca de 10.000 alunos (dez mil) de três municípios baianos. (IRPAA/Programa de apoio educativo, técnico e comunitário para a vida, escola, produção, beneficiamento e comercialização sustentáveis no contexto climático de três municípios do Semi-Árido-Quente brasileiro: 1999).

Compõem a agenda atual do IRPAA a promoção de Encontros com professores da rede pública, com dirigentes dos setores educacionais locais, a participação de seus técnicos dos diversos setores em programações que têm a educação como alvo, nas

⁴⁴ - A hidroestesia equivale à prática dos “vedores” de água, comum no cotidiano dos agricultores da região Nordeste. Consiste na “habilidade de detectar água [...] quer dizer: capacidade de sentir a água embaixo da terra (do grego “hydor”=água e “aisthesis”=sensibilidade)”. (GNADLINGER, 2001, p.17)

Conferências de Educação do Semi-Árido, de Educação do Campo, e na coordenação da RESAB, onde a *Convivência com o Semi-Árido* adquire maior visibilidade como projeto de desenvolvimento local e se evidencia mais nítida essa sua dimensão de cultura geral e educação.

7. Os apoios para a ação do IRPAA são provenientes de algumas entidades europeias, dentre elas a Misereor, a Fundação Heinrich Boll e Caritas Internacional, da Alemanha, a KFS da Áustria, o CRS - Catholic Relief Services e a HORIZONT 3000 - Organização Austríaca de Cooperação ao Desenvolvimento, a Dka Áustria - Dreikönigsaktion der Katholischen Jungschar, e o Governo da Alta Áustria, e de uma outra entidade internacional, o UNICEF (IRPAA. PROCCUC, 1999; logomarcas observadas em publicações). Entidades nacionais também atuam em colaboração na proposta de *Convivência com o Semiárido* do IRPAA, fornecendo-lhe subsídios técnicos, políticos e financeiros: Diocese de Juazeiro e de Paulo Afonso, Caritas Brasileira, EMBRAPA, UNICEF, Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ Departamento de Ciências Humanas III-DCH III, Instituto Memorial de Canudos e membros do Mutirão Nordeste (ACESA- MA, EFA/ RA- Angical - Ba, APAEB - BA, ARCAS - BA, Caritas - PI, CEFAS - PI, EFA - Cícero Dantas, CPT - Bonfim - Ba, CPT - Juazeiro - Ba, CUC - Ba, Diocese Rui Barbosa, ED. POPULAR - Oeiras - PI, Mandacuré- PI, UEFAMA - MA), entre outras.

CAPÍTULO V

SERTÃO, NORDESTE, OU SEMI-ÁRIDO?

*O que é pra ser – são as palavras!
Fui eu? Fui e não fui. Não fui! – porque não sou, não quero ser. Deus esteja.*⁴⁵

Todo projeto de desenvolvimento tem um lugar de acontecer, um espaço para se realizar. Na *Convivência com o Semi-Árido* o lugar que se vê é além disso: nela o lugar é a finalidade desse projeto, uma coisa imaginada no projeto, que vai sendo instituída na sua realização. O local é um lugar imaginário, que se institui como realidade pelo pensar/fazer, ou seja, a partir de um lugar imaginado na motivação do projeto.

Segundo Castoriadis toda realidade social tem uma instituição imaginária que se dá pela existência e atuação de uma imaginação criadora, de um imaginário radical portado potencialmente por todo sujeito. Esse imaginário se desenvolve na ação social, e nela consiste na dimensão simbólica da realidade que vai sendo instituída, simbolicamente. Para ele o imaginário é o meta-social. A imaginação criadora utiliza o simbólico para se exprimir, já que este é uma condição que se encontra já na natureza dos sujeitos que a portam. Através do simbólico o imaginário passa a existir, ou seja, passa, de uma condição virtual originária, a existir em qualquer coisa mais. (CASTORIADIS, 1982).

O imaginário não é imagem de. O imaginário é criação incessante e essencialmente indeterminada (social- histórica e psíquica) de figuras/ formas/ imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa. Aquilo que denominamos 'realidade' e 'racionalidade' são seus produtos. (CASTORIADIS, 1982, p.13).

O imaginário é visto como conhecimento que tem como objeto a capacidade social de fazer os signos existentes significarem mais, sendo retirados dos contextos

⁴⁵ - ROSA, 1970, p. 39, p. 166).

que os referenciarium, quando perdem a função de nomear para ganharem a função social de informar:

[...] pessoas, datas, espaços, fatos ou objetos podem incorporar significados extras e passam a constituir representações autônomas que desconhecem a prática social que lhes deu origem; circulam e a elas não cabe acerto ou erro, verdade ou mentira, são amorais. (FERRARA, 2002, p. 45)

Na observação do trabalho do IRPAA sobre a *Convivência com o Semi-Árido* percebeu-se freqüentemente a presença de imagens associadas à finalidade do projeto. Pode-se até dizer que determinadas imagens orientam e encaminham esse projeto. Elas são utilizadas como recurso metodológico de todo o trabalho realizado. Nas oportunidades de treinamento de seus agentes, de formação dos lavradores e lavradoras, a concepção da Convivência com o Semi-Árido é comunicada basicamente através de imagens apresentadas em cartazes ou painéis padronizados.

[...]então essa imagem de que irrigação é a solução, então a autoridade, o próprio governo, a gente começa a discutir quem vai demonstrar os dados, os desenhos e ver como é possível irrigar, com tão pouco, com água do rio e ainda com água do poço e começa a passar outros potenciais, outras possibilidades que seriam pra o semi-árido e aí você vai criando aquele, que chama de um estalo na cabeça da pessoa com relação à visão que ele tem do semi-árido e abrir, apresentar pra ele uma gama de possibilidades pra o semi-árido e encima disso então ele constrói a sua proposta de desenvolvimento, né? (Moacir) ⁴⁶

Praticamente com as mesmas imagens ilustram-se as cartilhas, ou “cadernos de formação”, que dão o suporte didático ao trabalho pedagógico nos encontros de educação popular, que são feitos visando a formação de um pensamento social pró-convivência proposta. Nelas o que se apresenta é o meio rural convencionalizado, um espaço amplo, quase sem gente, marcado por traços culturais de um modo de vida simples e rústico. Essas imagens são a base do trabalho de “formação” que se faz por meio dos “multiplicadores” da *Convivência com o Semi-Árido* no desenvolvimento

⁴⁶ - Fala de José Moacir dos Santos, técnico agrícola, membro da equipe de assessoria técnica do IRPAA, um dos fundadores dessa organização, atual Coordenador Geral do Instituto.

do conteúdo pedagógico das cartilhas elaboradas pelo IRPAA, que são utilizadas nesse trabalho como recursos fundamentais. As cartilhas compõem-se com tais imagens e a metodologia do trabalho nelas indicada desenvolve-se na seqüência de três perguntas feitas pelo “multiplicador” ao grupo sob sua regência no processo de “formação”. São elas: 1- “O que a gente está vendo?” 2- “O que significa isso?” 3- “O que a gente aprende disso?”

Dentro ou fora do campo privilegiado da atuação do IRPAA, nos encontros com agentes de outras instâncias políticas, técnicas ou administrativas, é com tais imagens, ou através delas, que o IRPAA busca estabelecer o diálogo com a sociedade mais ampla. Ou seja: no trabalho do IRPAA reconhece-se às imagens um forte poder não só de expressão, mas de criação da realidade social. Esta é percebida através de imagens, a crítica a essa realidade, feita nos trabalhos de “formação”, é expressada através de imagens, assim como a alternativa pensada à realidade que se critica se apresenta permeada de imagens.

Eu costumo falar nas palestras que eu dou por aí [...] os técnicos conseguiram inventar um bocado de coisa, conseguiram inventar por exemplo, chuva artificial, que então você pega um avião, paga um tanto de dinheiro, dá muito dinheiro e compra, compra não, aluga aviões e enche os aviões de sais e bombardeia as nuvens pra chover, os técnicos não conseguiram inventar cortinas grandes pra impedir que os ventos carreguem as chuvas pra outros lugares, então eles bombardeiam as nuvens aqui, sertão, Canudos, só que aí o vento pega, leva lá pro alto de Sobradinho, chove lá no alto de Sobradinho, aí não dá [...] a gente vai conviver com a seca, se a gente não pode combater a seca, a gente vai conviver com a seca [...] (Cícero)⁴⁷

Entende-se que se encontra em toda essa evidência das imagens nessa prática da *Convivência com o Semi-Árido* não só expressões simbólicas de um “pensar- fazer” que constitui o processo de instituição social dessa prática, mas também a conotação de um imaginário do local e do mundo nessa sua dimensão simbólica e o sentido de invenção reconhecido ao imaginário.

⁴⁷ - Os grifos no texto de Cícero Félix dos Santos são nossos. A entrevista foi gravada em setembro de 2003.

O imaginário na concepção de Castoriadis manifesta-se e opera na instituição da realidade de duas formas distintas, conotando dois momentos históricos da realidade e do processo instituinte da sociedade: como imaginário instituído e como imaginário instituinte. Esses dois estados do imaginário correspondem ao processo do fazer e representar/dizer dos homens na criação da história, que na visão de Castoriadis dá-se de duas formas : como fazer pensante, e como pensamento se fazendo.

Um e outro e sua junção colocam, criam, instituem novas formas, não somente de inteligibilidade, mas do fazer, do representar, do valer social-histórico - formas que não se deixam simplesmente discutir e avaliar a partir de critérios anteriores da razão instituída. (CASTORIADIS, 1981, p.15).

De acordo ao pensamento de Castoriadis entende-se a Convivência com Semi-árido como o “social- histórico”, que se realiza pela composição de dois planos: o da praxis - a experiência acumulada como fonte de conhecimento que se dá como “fazer pensante”; e o do projeto como praxis - o “por fazer” que deflagra e constitui tal fazer como “pensamento se fazendo”. Entende-se que o fato de ambos serem historicamente datados implica uma relação de efeito do primeiro para o segundo, como realidade concreta, e como pensamento/conhecimento da realidade, respectivamente. Entende-se que a praxis na *Convivência com o Semi-Árido* como projeto de desenvolvimento local compreende as significações do local focalizado nesse projeto que se deslocaram dos contextos em que foram produzidas, compondo, na forma de imagens, o acervo de signos já produzidos sobre tal local ou região. Tais imagens compõem o acervo de signos que constituem as representações sociais que atuam como imaginário efetivo do local instituído. O “por fazer” em relação a isso, ou seja, o projeto de desenvolvimento assim concebido tem implicado o desejo de um outro local, e se realiza como praxis por “novas” significações desse mesmo local que vão se impondo como imagens e operam o “por fazer”, isto é, a instituição social do local que se

deseja. O local em construção nesse processo é conotado pelo imaginário radical que nele atua como potência criadora, ou seja, como elemento transformador do “por fazer”, em fazer. Considera-se que o acervo de significações do local é formado com signos que se encontram nos diferentes campos de produção simbólica, feitos imagens em diferentes linguagens e com poderes distintos no processo de instituição social do local construído e em construção a que se refere o projeto de desenvolvimento concebido como a *Convivência com o Semi-Árido*.

O LOCAL INSTITUÍDO EM TERMOS TÉCNICO-GEOGRÁFICOS

A delimitação de um espaço regional se faz em termos geográficos com base na existência de características de uma determinada área que “*possibilitem tratá-la como um sub-espaço relativamente homogêneo*”. Toma-se como características que dão unidade analítica ao que se denomina semi-árido brasileiro aquilo que é relativo à condição climatológica que se verifica em uma parte grande da área que compreende a região Nordeste e em uma parcela do norte do estado de Minas Gerais, na região Sudoeste. Segundo Graziano da Silva (1989), o grau de deficiência ou irregularidade pluviométrica que se encontra nessa área torna-se a característica dessa região.

Mas a definição geográfica da área semi-árida tem se apresentado com muitas variações entre os pareceres técnicos dos especialistas, e tem se modificado através dos dispositivos legais que configuram a geografia política do Estado brasileiro. Em uma delimitação essa área abrange nove estados, oito deles no Nordeste, do Piauí à Bahia, e mais o Norte de Minas Gerais, a parte do polígono das secas. (CARVALHO, 1988, *apud*. SILVA, 1989). Em uma outra delimitação geográfica a região do Semi-Árido:

compreende uma extensão de quase 1 milhão de quilômetros quadrados, que vai desde o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, até o sertão da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e o leste do Maranhão”.(CARITAS BRASILEIRA,).

Observa-se que a variação entre essas delimitações gira em torno da inclusão ou não dos estados do Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo. “*Isso porque as regiões dentro do polígono da seca recebem subsídios financeiros e políticos. A definição da área é uma questão política.*” (GNADLINGER, 2001, p. 20).

A zona semi-árida do Nordeste do Brasil cobre grande parte da extensão dessa região, seja em uma ou na outra delimitação, com mais de 60% da área total do Nordeste “administrativo” incluída em tal região, encontrando-se dentro da citada área entretanto, o estado do Maranhão. Desse modo é considerado que qualquer política pública dirigida à zona semi-árida tem impactos significativos em toda a região Nordeste. (GRAZIANO DA SILVA, 1989). Com base nos dados do IBGE, de 1993, Fernando Silva (2001, p. 19) considera que o ambiente semi-árido contém 40% da população total da região Nordeste. Segundo Andrade (2001, p. 12) “*é de 64,5% a área territorial do Nordeste que se encontra no Polígono das Secas e cerca de 56,0% [apenas] da mesma está em clima considerado como semi-árido*”, ocupando cerca de 900.000 km² a área semi-árida. Nesse dado ressalta-se a secundarização do aspecto climatológico na delimitação geográfica e política da região do Semi-Árido. Entretanto é à natureza climática desse local que se dá destaque no projeto de “desenvolvimento local” que se propõe como *Convivência com o Semi-Árido* e que o justifica do modo como se o vê concebido na prática do IRPAA.

Percebe-se o local construído nessa regionalização conotado portanto pelas significações sociais dos fenômenos climáticos que compõem o trópico semi-árido, dentre as quais têm destaque a estiagem e a irregularidade de chuva. Em torno de tais

fenômenos têm se produzido uma diversidade de imagens como representações sociais, nas quais prevalece a idéia de seca como significação. Com isso se possibilita fazer aparecer como realidade o que não o é, nem o foi, tal como se representa e diz, operando assim a instituição social do que se deseja: o desenvolvimento regional concebido no projeto da *Convivência com o Semi-Árido*, no qual a questão da escassez de água que nele se destaca não é propriamente de água, mas de outras tantas coisas de que se sente falta, tanto nessa, como em outras regiões climatológicas.

A geografia da regionalização faz-se de fato contornada pelo embate de interesses diversos em jogo sobre variados motivos. Por exemplo: Observou-se recentemente que essa regionalização (distinção de áreas) no Brasil vem sendo mais uma vez modificada, podendo a região semi-árida, pelo que se percebeu, não ser mais aquela delimitada na geografia instituída. Durante o processo recente de regulamentação da última Reforma Fiscal do Estado Brasileiro, realizada ao final de 2003, viu-se na discussão parlamentar sobre os fundos de desenvolvimento regional, uma tendência para mais uma mudança na delimitação geográfica da referida região na concepção do fundo de desenvolvimento do Nordeste. Procurava-se incluir na área a ser beneficiada por tal fundo uma outra parte dos estados do Espírito Santo, e uma do Rio de Janeiro.

Com esse processo observa-se que a representação espacial da região não tem praticamente a motivação propriamente geográfica como seu fundamento. O tamanho da zona semi-árida varia e impõe-se como territorialização, refletindo na sua configuração geográfica as questões de poder que permeiam a constituição do Estado em relação a aspectos bem distintos daqueles relativos ao ambiente natural dessa ou de outra região.

Uma imagem ou figura determinada que se desenvolve em torno de uma ambiente específico e as significações que se desenvolvem em torno dela e atuam na ação do Estado criam o Semi-árido e instituem sua configuração atual de local como um novo território.

O IMAGINÁRIO DO LOCAL CONOTADO NA LITERATURA

O local tem encontrado na literatura um campo de produção da realidade muito expressivo. Realidades controversas do local estabelecem-se pela criação literária. Percebe-se que na literatura brasileira o lugar em referência na *Convivência com o Semi-Árido* tem até nomes distintos. Suas significações variam acompanhando a mudança de nomes.

Euclides da Cunha, por exemplo, o chamou de Sertão, concebido como o lugar onde tudo faltava: a hospitalidade, os habitantes, a civilização, e a proximidade com o outro Brasil. Neste contexto o homem sertanejo sobressai-se como um forte, cuja força se faz frente à falta de tudo: de água, de comida, de população, e de meios para obter essas coisas. (CUNHA, 1979). O Sertão nessa concepção "*era um parêntese; era um hiato, era um vácuo. Não existia.*" (ZILLY, 2000, pp. 107- 121).

‘O sertão aceita todos os nomes’. Este é o pensamento que se encontra na obra de Guimarães Rosa. Ali chama-se de sertão a uma vasta área indefinida que, em termos geográficos, encontra-se no núcleo central do país, tendo sua continuidade dada mais pela forma econômica predominante, do que pelas características físicas. Caatinga seca, junta-se à barranco de rio, e forma o sertão, que não é uniforme mas bastante diversificado. “*É a presença do gado que unifica o sertão*”. (GALVÃO, 1972, p. 26). Em suas impressões do local as peculiaridades que o definem são de uma

ordem de poder: *Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo quando vier, que venha armado! O sertão é uma espera enorme.* (ROSA, 1970, pp. 17-18 e p. 436).

Na ficção de Graciliano Ramos em "*Vidas Secas*" o nome do lugar é Nordeste, uma região onde tudo se consome, tudo se destrói, com as secas, como um castigo a que não se pode fugir, ao qual o homem se entrega, desconfiado de sua condição. (RAMOS, 1968).

Em "*A triste partida*", poema de Patativa do Assaré, homem do Cariri, no Ceará, esse lugar é também chamado de Nordeste. Tem, entretanto, o significado de região Norte,⁴⁸ lugar de onde se parte com os corações partidos pelo drama da seca, que obriga o homem a se mudar do lugar, impondo-lhe a situação de viver uma 'não-mudança' conflitiva e dolorosa com a mudança de lugar realizada. O desfazer dos laços de afetividade e a renovação dos laços entre as pessoas nesse processo, acabam reforçando mais os vínculos com o lugar da partida e fazendo aumentar a saudade e o sofrimento do homem que partiu.

O nome do lugar em questão é 'Terra do sol' na metáfora criada pelo cineasta Glauber Rocha. Nela o que se põe em destaque sobre o local é a dimensão política a circular tudo o que aí se encontra, inclusive o próprio olhar com que se vê a seca que caracteriza a região. No filme "*Deus e o Diabo na Terra do Sol*", (ROCHA, 1969), a terra é vista surrealisticamente pela claridade ofuscante do sol que a tudo faz brilhar, e ter ânimo, e viver, e pelo calor torturante deste mesmo sol que faz tudo apagar, parar, e morrer. Estas duas realidades não são vistas como opostos, mas a constituírem o local onde se dá o duelo da vida com a morte – duelo entre Deus e o

⁴⁸- na última estrofe se diz: " Faz pena o nortista tão forte e bravo...." Esse poema é usado no trabalho do IRPAA. Consta de uma das cartilhas acima mencionadas. Ouve-se esse poema na música de Luiz Gonzaga, e a partir dela se comenta sobre a condição de vida dos homens e mulheres na região referida.

Diabo pela disputa dessa terra. Em todo o filme, que é uma grande metáfora, o homem é 'deus' e 'diabo'. Vida e morte são coisas do homem. O motivo do duelo são esses paradoxos.

Em “*Morte e vida severina*” de João Cabral de Mello Neto focaliza-se esse mesmo lugar, que só se reconhece como tal nesse poema pela descrição da paisagem que nele se faz, pois no poema não se diz o nome do lugar. A particularidade desse lugar é colocada na exploração do ‘lavrador’ do lugar, um aspecto de caráter universal na história da produção capitalística, na vida e morte ‘severina’ como fatalidades que acompanham a condição de explorado em tal processo de produção. (MELLO NETO, 1967).

O local construído nessas visões, seja chamado de Sertão, de Nordeste, ou de Norte, é fixado pela variedade de elementos da paisagem natural e da vida social que se explicitam na pluralidade de imagens do lugar apresentadas nessa literatura, na região geográfica do clima semi-árido. O local construído se define por um lado pela distância que se percebe entre ele e as demais partes do Brasil, pelo ser íngreme, pelo ser deserto, pelo ser lento, atrasado, inviável, impossível; noutro lado o que o define também é a pesada tradição do coronelismo, da jagunçagem, do messianismo, da dominação e da submissão, do favoritismo e do clientelismo, da concentração de riqueza em mãos de poucos, e da pobreza da maioria da população. O latifúndio, a monocultura, a criação extensiva do gado, a irregularidade das chuvas e os longos períodos de estiagem, são os aspectos que dão unidade geográfica ao lugar referido. São essas imagens que, durante longos anos, até bem recentemente, predominaram na identidade negativa atribuída ao local assim construído no lugar a que se refere a concepção da *Convivência com o Semi-Árido*. Por outro lado é pelas significações desenvolvidas com algumas dessas imagens que se torna “conveniente” fazer parte

dessa região, abrigar-se no nome que a ela se atribua. Por tal visibilidade esse lugar se tornou objeto de preocupações e de políticas públicas diferenciadas ao longo de sua ocupação, ganhando enfoques diversos entre as distintas esferas de poder. Assim se vê que o imaginário do local conotado na literatura brasileira tem sido efetivo na instituição social da geografia regional, ambos refletindo as questões político-administrativas de cada fase da história brasileira do Estado nacional, dentro das quais emerge agora este local em questão no projeto da *Convivência com o Semi-árido* em estudo nesse trabalho.

O IMAGINÁRIO NO PROJETO DA *CONVIVÊNCIA*: O LOCAL IMAGINADO

Grande parte das imagens do local antes referidas e esse local construído a partir delas são objeto e motivação da atividade política que se encontra na prática da *Convivência com o Semi-Árido*, especialmente na prática que se dá pela ação do IRPAA. A dimensão imaginária desse projeto e do local em construção na sua realização está dita:

[...] sinta a alegria de todos que terão a oportunidade de conhecer a verdade sobre essa região, superando as mentiras ou falsas informações que deformaram a sua imagem. Aquela região seca, em que a população está condenada à miséria, não foi e continua não sendo inocente. Grandes interesses estão por trás dessa mentira, e está chegando a hora de cobrar atitudes dos verdadeiros responsáveis. (CARITAS BRASILEIRA, 2001)⁴⁹

Percebe-se nesse texto a região, o local, ou sua configuração, ou definição, compreendidos como significações, entre as quais se diferenciam o verdadeiro local, e o não verdadeiro, segundo o lugar de quem está vendo ou considerando as significações a ele atribuídas. Nesse jogo de contraposições das significações sobre o

⁴⁹ - Trecho da Introdução apresentada pela Caritas Brasileira no livro *Água de Chuva: O segredo da convivência com o Semi-Árido*.

local insinua-se seu caráter imaginário, de algo que preexiste antes de ser, ou se tornar realidade, como imagens, que se criam como tal por uma imaginação radical. Elas se apresentam patentemente no processo social histórico servindo, por esse modo, tanto para afirmar, como para negar um determinado pensamento social, ou idéia que se tem sobre tal processo. Assim o imaginário atua como ideologia, tendo a capacidade de inverter a realidade social, de fazer tal realidade parecer o que não é, ou de ocultá-la, ou mesmo de fazer a realidade ser uma outra realidade. Nisso se encontra a força da imaginação criadora a instituir a realidade: em seu poder de transformação da própria realidade por ela instituída, predominantemente como repetição, reprodução do discurso do outro, heteronomia social, mas, também em algumas vezes, como criação, ou recriação, transformação, autonomia dos sujeitos sociais, e emancipação social em relação às instituições reguladoras que tornam o social-histórico uma realidade inconsciente. Segundo Castoriadis (1982) *A história é tanto criação consciente como repetição inconsciente.*(p.33). Percebe-se entre essas possibilidades da história ser uma, ou outra coisa, a distinção que se percebe sobre o local no caso em estudo, entre o construído e o que se encontra em construção. Nas duas formas identifica-se uma grande diferença de sentido da história criada. O caráter instituinte encontra-se nos dois imaginários considerados, mas a criação de um imaginário para se contrapor ao instituído denota a insatisfação da sociedade (dos grupos sociais interessados na *Convivência com o Semi-Árido*) com a realidade instituída. Assim o caráter do projeto concebido é de contestação, e seu sentido é, em tese, de transformação, que passa, na concepção desse projeto, pela criação do local, a partir de um lugar imaginado que se busca instituir com a realização do projeto. O local já construído tem na sua base simbólica imagens e formas pensadas no passado, sedimentadas como memória social, que, perpetuadas pela repetição inconsciente promovida pela força da tradição,

asseguram a continuidade do processo social. Na concepção do projeto da *Convivência com o Semi-Árido* entende-se que nelas se vêm mantendo a alienação de grandes segmentos sociais no desenvolvimento regional do Nordeste/Semi-Árido, com a dominação exercida pelos mesmos grupos hegemônicos tradicionais nessa região. A criação do local nesse projeto é pensada para a descontinuidade imaginada de tal situação e do local construído a ela pertinente. Na descontinuidade imaginada se vê implicada uma desconstrução do local como tal, e a criação de um novo local nesse lugar.

Pelas significações que vão se produzindo na prática da *Convivência com o Semi-árido* através da atuação do IRPAA, muitas delas expressas imagetivamente, vai se instituindo um imaginário efetivo no encaminhamento e viabilização do “por fazer”, atuando na construção simbólica do local imaginado.

No caso em estudo observou-se a existência de um grande empenho em se estabelecer uma descontinuidade, pelo menos quanto às visões que se tem do lugar determinado para o qual se concebe o projeto da *Convivência com o Semi-Árido*. Em não se repetir o discurso do local construído que se apresenta para aquele lugar, em se promover a criação de um novo local, de um novo discurso a formar o espaço da convivência imaginada ou desejada.

Participando dos eventos realizados pelo IRPAA no ano de 2003, e analisando o material coletado na pesquisa que se apresenta, observou-se que o Sertão/Nordeste instituído no imaginário acima mencionado vai sendo desconstruído, na medida em que se vai sobrepondo a ele o Semi-Árido pensado na concepção da *Convivência* e imaginado como “*A terra prometida*”, ou “*A terra do povo de Deus*”⁵⁰: nessa visão o lugar vai sendo revelado através dos diversos textos de autoria do IRPAA e demais

⁵⁰ - A menção à terra nesses termos encontra-se registrada, inclusive nas cartilhas

organizações atuantes nesse projeto⁵¹ ou que circulam nas atividades que elas realizam. Percebe-se que uma nova região surge com esses textos, nos quais ela é referida como um lugar rico pela diversidade biológica que nele se encontra e as formas de manifestações culturais que ali se verificam, tendo um grande potencial para o desenvolvimento; como um lugar onde “*A natureza é uma comunidade*”⁵²; como a região que possui a maior concentração populacional no meio rural, onde o povo é forte e consegue resistir à dominação, exploração, abandono e adversidades climáticas; como região onde os recursos hídricos são de particular importância considerando suas características climáticas, pluviométricas e sócio-econômicas, mas sendo um lugar, de grandes possibilidades de desenvolvimento, com uma economia própria; como um lugar bom de se viver. Isso se encontra explicitamente apresentado nas cartilhas de educação popular que o IRPAA produz e utiliza, ou se ouviu falar nos cursos e seminários de formação realizados pelo instituto, ou ditos nos cartazes, folders, encartes, reportagens específicas sobre a *Convivência com o Semi-Árido*, o material trabalhado na pesquisa.⁵³ Nas imagens utilizadas como ilustração do que se expressa como esse lugar imaginado encontra-se, entretanto, um outro imaginário do local: de terras secas, de mulheres e crianças com cabaças ou latas de água na cabeça, de gentes na atividade da lavoura, no trabalho com a criação de animais de pequeno porte, de rostos marcados pelo sol, de ambientes bem rústicos, de gente de apresentação bem simples⁵⁴. Nessas imagens percebeu-se uma certa oclusão da

⁵¹ - Tais textos encontram-se nos termos dos relatórios das organizações, dos protocolos, cartas e compromissos firmados, nos termos dos projetos e programas por elas elaborados, dos folders e encartes que dão publicidade as atividades que realizam e à concepção que defendem com o referido projeto e, nos livros, cadernos, cartilhas e cartazes que são editados em função desse projeto e utilizados para o trabalho dessas organizações. No IRPAA estas últimas fontes são compostas com uma frequência muito forte de imagens, de figuras (ilustrações), que em si mesmas, são também textos significativos nesta análise.

⁵² - Título de uma das “lições” da cartilha: *A roça no Sertão: Convivência com o Semi-Árido*: 4ª edição (2001; p. 20).

⁵³ - Veja-se a lista dos materiais no ANEXO A

⁵⁴ - Veja-se no ANEXO D algumas dessas imagens

presença do grande rio São Francisco na paisagem regional, onde ele se sobressai. A esse respeito considerou-se significativo o ocorrido em uma certa reunião sobre a construção de um livro didático específico sobre o Semi-Árido imaginado para a *Convivência* que se deseja nesse lugar. Quando entre alguns presentes naquela oportunidade colocou-se em discussão de como a água deveria aparecer no livro e registrou-se uma tendência interna no IRPAA contra a utilização em seu trabalho de ilustrações que mostrem determinados usos da água, como no lazer e nas brincadeiras, que são entendidos como desperdício. O umbuzeiro e o mandacaru, ambas tiveram nessa oportunidade, por serem espécies nativas do semi-árido, uma forte defesa como elementos imagéticos para a composição das ilustrações que se buscavam. O primeiro, com mais veemência, por reservar litros de água em suas raízes, coletados durante as chuvas, para utilizá-los nos períodos secos. Nesta ocorrência encontrou-se o processo de representações sociais permeando a atuação do IRPAA para a *Convivência com o Semi-árido*, na qual as RS parecem ser utilizadas como recurso ou instrumento da mediação entre esta organização e seu público-alvo ou para a participação desse público no mencionado projeto. A natureza como exemplificação do princípio da natividade que atua como elemento constituinte do projeto ou do “viver bem” que se vislumbra com ele, e também como exemplificação da racionalidade que nele se defende em relação aos usos da água, com a qual também o projeto constitui-se, apresenta-se, assim, em forma de uma representação social. Sua utilização de tal modo compreende a perspectiva de alcançar-se a efetividade das idéias que correspondem a realização desse projeto e, necessariamente, a perspectiva de deflagração de um processo de representação social sobre essas imagens, para que venha a ocorrer tal efetividade.

CAPÍTULO VI

AÇÃO LOCAL E MUNDIALIDADE: OS PARADOXOS NA CONVIVÊNCIA

*Ah, tem uma repetição, que sempre em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas - e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou.*⁵⁵

O CONTEÚDO DO PROJETO E A ANÁLISE

No material analisado algumas palavras demarcaram o discurso da convivência com o Semi Árido. Além das palavras convivência, e semi-árido, muitas outras tiveram destaque, como: seca, água, Nordeste, clima, capacidade, adversidade, apropriada (ou adequada), produção (ou produtividade), insuficiência, agricultura, (ou agropecuária), chuva, natureza, região, informação, população, educação, conhecimentos, técnica (e tecnologia), Sertão, sequeiro, meio ambiente, comunidade, mutirão, irrigação, bem, dom, riqueza, potencial, captação, abastecimento, qualidade, vida, (ou viver) cisterna, dignidade (ou digno), justa (ou justiça), poder (ou empoderamento), melhoria, desenvolvimento, viabilidade (ou viável), sustentabilidade (ou sustentável), adaptabilidade, valorização, possibilidade, rentabilidade (ou renda), propriedade, econômico (ou econômica).⁵⁶

Percebeu-se, além disso, que entre algumas delas havia uma relação significativa e se identificou nisso a presença de temas demarcando o discurso em análise. Dois temas insinuaram-se mais estruturados nesse discurso, impondo-se, por isso, à análise. Entendeu-se que, por eles atravessarem todo o projeto da *Convivência com o Semi-Árido* na prática do IRPAA, a compreensão do sentido dessa prática social poderia se

⁵⁵ - ROSA, 1970, p. 30

⁵⁶ - A ordem de apresentação das palavras não indica qualquer hierarquia.

encontrar na discussão desses temas, dado a posição fundamental com que foram percebidos no discurso em análise. Percebeu-se que esses temas se interpenetram no discurso do desenvolvimento local que se vislumbra com o referido projeto. Percebemos esses temas da seguinte forma: 1- Natureza, Conhecimento e Desenvolvimento⁵⁷ e 2- Água, mundialização e territorialidade. Em torno deles se buscou os significados do projeto e se produziram sentidos sobre esse projeto.

OS SIGNIFICADOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Tema 1- Conhecimento, Natureza e Desenvolvimento.

1.1- Desenvolvimento é um aspecto referido enfaticamente pelas distintas organizações não governamentais que praticam a *Convivência com o Semi-árido*. Isso é feito de duas formas gerais: como “desenvolvimento integral”, definindo-o como o que se sustenta em dar segurança econômica e garantia de vida com qualidade às populações; e como “desenvolvimento nacional”, baseado em um “projeto popular de desenvolvimento”, em que se coloca como elementos de definição do desenvolvimento pretendido o ser contra a colonização do sistema e a dominação hegemônica. Em ambas as formas, a motivação e finalidade do projeto são as populações de baixa renda, os lavradores e lavradoras referidos ao desenvolvimento que se pretende.

Predominantemente, a referência ao desenvolvimento no material analisado⁵⁸ é feita em termos de eficiência, quanto à utilização dos recursos para a produção.

⁵⁷ - Também percebido com outros termos, por exemplo: Adversidade, Produção e Convivência, ou Semi-Árido, Vida e Qualidade de vida.

⁵⁸- Ver no Anexo A o conjunto do material analisado. No aspecto enfocado a análise se concentrou sobre os quatro primeiros listados no tópico Folders e Encartes, os dois primeiros do tópico Outros Materiais e os programas, projetos e relatórios listados no tópico Documentos.

Também é referido em termos de eficácia, quanto a sua sustentabilidade econômica e social e viabilidade das atividades produtivas. As medidas apontadas da eficácia do desenvolvimento são a geração de renda, o suprimento das necessidades de subsistência e melhoria da qualidade de vida das populações (com água e alimentos) e a fixação do homem no seu espaço de referência (contra o êxodo rural). A geração de novas atividades econômicas e de renda, como o beneficiamento de produtos extraídos diretamente da própria natureza nativa, são também apontadas como medidas da eficácia do desenvolvimento. A sustentabilidade está definida pela participação das populações na gestão e nos resultados das atividades realizadas. A viabilidade está definida pela legitimidade e credibilidade da gestão em termos da qualidade técnica, política, econômica e financeira do desenvolvimento e a disponibilidade de apoios institucionais à gestão dos empreendimentos que o realizam. Essas qualidades são definidas por medidas como: o envolvimento das diferentes faixas etárias e gêneros nas atividades, a indiscriminação sexual e a irradiação dos efeitos da gestão sobre os segmentos sociais que não tiveram nela uma participação ativa. Além disso, a gestão do desenvolvimento é referida também nos seguintes termos: produção integrada visando atender as necessidades econômica, ecológica e sócio-políticas; maximização das oportunidades de solução das necessidades sentidas pelos lavradores e lavradoras; de um novo padrão técnico e tecnológico, baseado na experiência referida em uma dimensão mundial; da visibilidade a se dar às potencialidades locais.

Tudo isso apresenta-se ao lado da consideração de que as “secas” não podem ser efetivamente combatidas e de que os problemas econômicos da produção regional não decorrem das “secas”. Nessa medida, a solução dos problemas que se vêem na sociedade local significa a adoção do desenvolvimento nos termos acima referidos. A concepção do desenvolvimento regional nesses termos denota uma preocupação que se

tem com uma melhoria da posição dessa região no sistema político- econômico nacional. Nisso se percebe o local enfatizado em tal concepção significado como vetor para a melhoria do estado do desenvolvimento na região do Semi-Árido.

1.2- O conhecimento é referido em geral como instrumento de todos os outros aspectos compreendidos na concepção teórica e prática da *Convivência com o Semi-Árido*: o desenvolvimento, os recursos ambientais e o próprio conhecimento. O conhecimento é colocado expressamente nessa concepção como a questão central a ser resolvida para o desenvolvimento do Semi-Árido.

Quando as comunidades do semi-árido aprenderem como fazer brotar mais água da terra e dos telhados; quando cuidarem melhor dos mananciais d'água coletivos; quando se organizarem para captar recursos e pressionar por políticas públicas mais justas e quando, pensando no futuro, a escola ensinar a conviver melhor com as condições naturais da região, então ninguém mais precisará pedir favor ao vizinho, nem trocar seu voto pela água suja do carro-pipa, [...]. (CÁRITAS BRASILEIRA/IRPAA/UNICEF, 2001).

Os verbos enfatizados nesse texto estabelecem o arcabouço conceitual do conhecimento tal como ele é referido no conjunto do material analisado. Na mensagem desse texto o conviver melhor das comunidades do semi-árido provém do conhecimento - aprendizagem – ensinamento, para o fazer e o pensar sobre: o brotar a água; o cuidar dos mananciais; o organizar e pressionar para não mais precisar de favor político e ficar subordinado por isso.

Técnicas de manejo dos recursos ambientais, técnicas de produção agropecuária, metodologias pedagógicas, sistemática de reflexão sobre as práticas sociais, informação científica e técnica sobre solo, água, chuvas, ciclos naturais, cultivos, economia, política e sociedade etc. são apontados como tópicos de conhecimento, cuja gestão é vista como instrumento de transformação social e sistema de garantias de direitos sociais. Denota-se no projeto da *Convivência com o Semi-Árido* que a possibilidade de inclusão social para crianças e jovens, de empoderamento das

mulheres professoras, de modificação da perspectiva de reprodução social ao encargo dessas e de outras mulheres em atividades produtivas, que geram renda, passa pelo domínio do conhecimento sobre os tópicos apontados.

A educação evidencia-se como instrumento essencial da *Convivência com o Semi-Árido*. Não só porque, por ela, possibilita-se a geração de conhecimentos sobre o local - os conhecimentos apropriados ou adequados para o que se pretende com ela (a viabilidade econômica da produção agrícola na região do semi-árido, com maiores e melhores resultados, com geração de renda para os agricultores e pequenos produtores). Mas, porque na concepção do IRPAA, o desenvolvimento pretendido nesse projeto, requer o desenvolvimento de uma nova cultura e que as pessoas sejam educadas para isso: não somente de uma cultura agrícola, política e agrária, mas de uma cultura geral.

Para isto, não basta uma educação que ocorra como na escolarização convencional. A *Convivência com o Semi-Árido* é, no modo como ela se produz, um processo de educação política, que se faz com uma pedagogia específica: a formação e o desenvolvimento de uma nova mentalidade sobre o trabalho e o trabalhador; sobre os recursos produtivos, a natureza e a sociedade; sobre o Estado (o governo) e o cidadão (sociedade civil). Uma educação baseada na participação, e preocupada com a emancipação; voltada para o auto-reconhecimento e a auto-estima do trabalho e do trabalhador. Nela, a inclusão social, a integração regional e a inserção da população do semi-árido brasileiro no Brasil e no mundo, são eixos temáticos centrais do trabalho na formação dos sujeitos e dos coletivos. Em todas essas formas e perspectivas enfatiza-se a dimensão local do projeto de desenvolvimento na prática da *Convivência com o Semi-Árido*.

1.3. O meio ambiente aparece referido mais com a palavra Natureza do que com os termos dessa expressão. No conjunto desses dados fala-se da importância e necessidade de uma gestão racionalizada de tais recursos, colocando-a como forma de se “*lutar com sabedoria e inteligência para sobreviver [...] utilizando expedientes simples e os materiais que a mãe natureza nos coloca à disposição.*” (GNADLINGER, 1999, p.9). O desenvolvimento local aparece como a razão dos cuidados postulados para o trato com a natureza, que é enfocada junto à questão do desenvolvimento, embora alguns dos elementos naturais sejam mencionados, no material analisado, como bens desterritorializados, que não devem conhecer fronteiras, como “bens públicos globais” (DIDIER, 2001) no desenvolvimento local em projeto, como a água e o ar. Em torno desses bens coloca-se um discurso contra a apropriação de recursos ambientais, contra a mercadorização da água, em defesa de uma gestão compartilhada desses bens pelas diversas partes do planeta e da sua preservação em todos os locais, como uma necessidade mundial.

Vista como dádiva a natureza é apresentada também como recurso produtivo “gratuito” que, como tal, deve ser usada sem degradação, com retribuição em cuidados. Esse aspecto de “gratuidade” ou dadivoso é destacado tanto em relação à água, como em relação à cal e a algumas frutas silvestres como o umbu, o maracujá do mato, e outras que compõem o meio ambiente na região Semi-Árida e que são apresentadas como potencialidades econômicas para o desenvolvimento dessa região.

Sobre a cal aponta-se a importância do uso que dela se faz na construção e a tendência internacional para adotá-la de tal modo. Isto é feito, segundo Gnadlinger (1999), expressando a importância que se dá atualmente à reutilização de materiais em todo o mundo, como uma questão de interesse ecológico, visando-se com a reutilização a sustentabilidade dos ecossistemas. Na solução do problema da água a cal

é referida como material de baixíssimo custo que, ao alcance de todos na região Semi-Árido brasileiro, viabiliza a construção de cisternas. (GNADLINGER, 1999)

Tem destaque também dentre esses dados uma diferenciação entre as gestões governamental e não-governamental dos recursos ambientais ou seja, entre a gestão que se estabelece na esfera sistêmica e a da sociedade. Na diferenciação que se encontra entre as falas analisadas se percebeu que o modo como ela é colocada expressa a tensão entre os conceitos de público e privado sobre essa gestão. Sobre tal aspecto observa-se que a gestão no projeto em estudo tem um significado interessante: de retorno a uma forma de gestão privada dos recursos hídricos, com toda a definição dos usos da água e com o controle sobre suas condições sendo exercido no âmbito de cada família ou comunidade. Isso se opõe ao sentido da atual política governamental adotada no Brasil, que tem sido elogiado, exatamente, por ter, nos últimos anos, constituído-se na regulação do Estado sobre a gestão desses recursos, antes geridos por seus próprios usuários ou seja, de forma privada e com a política de regulação enfatizar, assim, o caráter público desses bens. Entre as duas formas de gestão, a diferença mais evidente não provém propriamente do caráter público ou privado em destaque nos textos, mas dos usos da água entre uma e outra forma: na forma privada concebida no projeto de desenvolvimento local, colocada em prática na atuação das ONGs, o uso da água é restrito a uma única função, como era também feito, de modo geral, no Brasil todo, antes do governo adotar a política atual. Nessa se consideram múltiplos usos e funções da água, onde se encontram, portanto, os problemas que justificam tal regulação.

Tema 2 - Água, Mundialização e Territorialidade

2.1. A visibilidade da água no projeto - “*No Nordeste não falta água. Falta justiça*”⁵⁹. Esse foi o lema adotado no início da atuação do IRPAA, na construção e implementação do projeto de desenvolvimento regional que se constitui na prática da *Convivência com o Semi-Árido*. Entretanto, o que se destaca no centro desse projeto é a água. Diz-se que “*O segredo da convivência está na água de chuva*”. (CARITAS BRASILEIRA, CPT, FIAN- BRASIL, 2001.p. 5). Nisto consiste a *convivência*.

A seca como característica natural dessa região contribui, certamente, para essa visibilidade maior que se dá aos recursos hídricos na concepção do projeto de desenvolvimento local, que subtrai outros aspectos essenciais do referido projeto.

[...] Contaram que fizeram uma derrubada bonita, fizeram a cerca, tudo em mutirão, plantaram milho e feijão. Mas não deu certo, o que foi? Não choveu, foi a seca! Então tudo que se tinha como justificativa quando alguma coisa não dava certo, a culpa foi dada à chamada "seca". Assim também como cooperativas, muitas cooperativas fundadas com entusiasmo, no fim fecharam, foram à falência. O que foi, o que aconteceu? Ah, foi a seca. [...] (Haroldo)⁶⁰

Tornou-se urgente proceder-se a uma desmistificação da seca e isso tem composto o discurso da prática desse projeto. A racionalização do mundo que ele traz tem na seca seu elemento fundante. Surge com o desenvolvimento dessa prática discursiva um novo paradigma:

Promovendo a contestação da lógica do combate às secas, o IRPAA pôs em andamento o seu projeto de convivência com o semi-árido tendo como ponto de partida um movimento de dupla face. Inverteu o paradigma do combate, para gerar um novo paradigma. (SILVA, A., 2002).

Segundo Andrade (2001), o quadro social na área semi-árida, região densamente povoada e de expressiva densidade demográfica, é agravado pelo fato de não se ter feito nos cinco séculos de exploração do território uma melhor adaptação do povoamento e da exploração a suas condições naturais, e de não se ter preocupado com

⁵⁹ - A autoria desse lema é atribuída a Dom José Rodrigues, ex-bispo diocesano de Juazeiro(BA), um dos fundadores do IRPAA, conhecido por suas posições de enfrentamento com os “poderosos”, alcunhado como o “Bispo dos Excluídos”.

⁶⁰ - Harald Schistek, remete-se nesta fala ao período em que trabalhava na Diocese de Juazeiro e fazia avaliação e assessoria à Misereor(ONG alemã), quando acompanhava em todo o Brasil o andamento dos projetos financiados pela referida ONG.

os impactos ambientais da exploração dos recursos feita ao longo desse tempo. (ANDRADE, 2001).

Mudar o jeito de viver com o semi-árido e mudar a cultura de relação com a natureza são vistos como forma de “ transformação possível” de uma das “regiões mais sofridas do país”. (CARITAS BRASILEIRA, CPT, FIAN- BRASIL. 2001.p. 5).

2. 2.- “Seca-Água” como fundamento de uma nova cultura de desenvolvimento

A vida em cada região climática do mundo é diferente, exige não somente uma tecnologia mas hábitos adaptados, apropriados. [...] você precisa ter uma vida, o hábito de viver conforme as condições climáticas. Isso não é tecnologia, é maneira de vida da família, de criar os filhos, de perceber o mundo, perceber a caatinga uma vez nua, outra vez verde e florida. Mas não somente na família, na comunidade também, no município a vida e os procedimentos tem que ser apropriadas, apropriados ao clima Semi-Árido.(Haroldo)⁶¹

A dimensão cultural do projeto de desenvolvimento local define-se à partir do enfoque central sobre o complexo “seca-água”, consistindo na desconstrução da idéia do flagelo da seca. Com ela vai se construindo uma nova identidade para o lugar e um sentimento positivo de identificação com ele, produtivo no fortalecimento dos vínculos sociais entre as pessoas e, potencialmente, poderoso na disputa política que se trava entre as regiões para a gestão pública que se faz territorialmente, dentro e fora das organizações não- governamentais.

[...] quando a CUT andou aqui [...] o tema que eles queriam botar nos cartazes [...] era “Campanha de Combate à Fome e à Seca”...[...] todo mundo brigou [...] vocês do Sul, não sabem de nada (risos). A seca não se combate [...] botaram Convivência com a seca[...] Mas também não é isso [...] seca é uma catástrofe[...] algo extraordinário. Posso conviver com incêndio? Não. [...] Com enchente? Não posso. [...] com seca também [...] Posso organizar a minha vida de um jeito que essa seca [...] quando ela vem, ela não perturba minha vida.[...] (Haroldo)⁶²

[...]e a Reforma Agrária também precisa ainda ser contextualizada pra o semi-árido, então a pessoa que vai não tem nenhuma idéia do semi-árido, o movimento que organizou aquela ocupação tem uma visão sulista da, então divide em lote de trinta hectares, cada um tem sua área particular e depois o assentamento entra em falência porque a proposta não condiz com a ambiente.[...] (Moacir)⁶³

⁶¹ - Harald Schistek

⁶² - Idem, idem

⁶³ - José Moacir dos Santos

Tudo isso compõe o discurso das possibilidades econômicas do Semi-Árido, cuja viabilidade de desenvolvimento passa, na concepção do projeto em análise, pelo conhecimento da questão da água e a adoção de uma nova cultura geral a partir da gestão necessária sobre esse recurso.

Diz-se que “*quem tem o controle da terra tem também o controle da água*”. (ANDRADE, 1980, *apud.* GRAZIANO DA SILVA (Coord.), 1989, p.33). Para Fernando Silva (2001), a questão compõe-se também em torno desse outro binômio: terra-água. Este autor considera ser ele de uma relevância crucial na geração de renda na agricultura do semi-árido e que a distribuição das áreas irrigadas na zona semi-árida do Nordeste tem uma forte correspondência com a distribuição da área total dos estabelecimentos nesta zona, assim como tem a área média irrigada, uma correspondência com o tamanho médio dos estabelecimentos.

No projeto de desenvolvimento da *Convivência com o Semi-Árido* encontra-se, na cultura da água que se produz, uma forma que pode destituir parte desse controle da água feito pelos que controlam a terra. A água passa a ser cultivada acima das cercas, sendo captada do espaço (ainda sem dono): ela é a água de chuva, que cai sem limites, dentro e fora dos cercados, igualmente. O controle da terra vai deixando de ser impeditivo ao surgimento de novos estabelecimentos fora das áreas irrigadas. A solução hídrica encontrada apresenta-se, assim, também como solução para a injustiça social existente nessa região. Com essa cultura, altera-se o quadro da modernização agrícola na zona semi-árida e processa-se uma nova modernização da agricultura, de forma diferente da “*modernização tecnológica*”.

Além disso, o controle da terra é uma outra frente de atuação do projeto, desse projeto de desenvolvimento.

A Convivência com o Semi-árido é impossível sem terra o suficiente e precisa de muita terra porque o chão é árido e o solo é raso, a chuva só temos durante quatro meses aqui nessa região nossa, e oito meses não cai nada de chuva. Assim, para uma família poder viver precisa pelo menos cem hectares. Então aí a paz, a harmonia que a gente procura na natureza, a gente vê traduzido de repente na agressão, mas pelos fazendeiros que não querem admitir que o pequeno agricultor que há gerações está nessa terra, resista a uma grilagem por um fazendeiro ou a uma pessoa de fora que começa a cercar dez, vinte mil hectares, que, tradicionalmente, há gerações era a área de pasto dos animais da população residente.⁶⁴

Como em Curaçá uma vez um lavrador falou: vou fazer o que? Vou botar a cisterna na cabeça e criar bode no quarto? (risos) Ele é morador num povoado no interior. A vida toda dele é trabalhar, lavrar a terra. Cuidar dos bode etc. Mas não tem propriedade dele, então como é que ele vai melhorar uma coisa, como é que vai se sentir responsável, como é que ele vai investir para o futuro, quando ele tá só morando lá? E não sabe até quando vão deixar morar lá? Se não tem segurança na terra, então, vai botar a cisterna na cabeça e criar bode no quarto? Então essa condição essencial começou ser negado na proposta, todo tava presente, toda vida a gente falava quanto de terra precisa, se não tem, tem que ver como conquistar, reforma agrária, tudo isso que tem nas cartilhas do nossos cursos.⁶⁵

Por essa gestão particular da água os significados do projeto de desenvolvimento na prática social de *Convivência com o Semi-Árido* apontam o caráter fortemente local desse projeto.

OS SENTIDOS DO “DESENVOLVIMENTO LOCAL” NA PRÁTICA DO IRPAA

1. Na história do IRPAA o desenvolvimento regional apresenta-se como o fundamento e a finalidade da *Convivência com o Semi-Árido*. O IRPAA foi criado a partir de uma visão que tinha o foco no desenvolvimento em curso nessa região.

[...] vi muitos desses projetos chamados de desenvolvimento, que o pessoal, um grupo de agricultores, agricultoras, queria melhorar de vida, então recebeu uma pequena ajuda financeira para iniciar o projeto de produção, social, qualquer coisa.[...] alguns muito bem sucedidos, outros menos, mas [...]os projetos aqui do Nordeste, nessa região do Semi- Árido, nunca deram certo, quando eram projetos de produção, produção agrícola.(Haroldo)⁶⁶

⁶⁴ - Harald Shistek

⁶⁵ - Harald Schistek

⁶⁶ - Harald Schistek

Observa-se que, na época referida nesse comentário, havia ao lado de projetos de desenvolvimento mal sucedidos no Semi-árido, nos quais se identificava a seca como justificativa para o desacerto observado sobre os projetos, também a ocorrência de um conjunto de transformações sociais nessa região. Essas transformações são atribuídas ao desenvolvimento de grande impacto que se processava localmente, que interferia de diversos modos na vida das populações locais.(ANDRADE, 1983).

A região de Juazeiro(BA), no Vale do rio São Francisco, onde se instala a sede do IRPAA, passava naquela época pelo processo de construção da Barragem de Sobradinho, vivendo o impacto dos deslocamentos populacionais com a inundação de cinco cidades rurais para a formação do Lago de Sobradinho. Passava também pela interrupção da rota comercial que integrava a produção econômica local ao mercado externo, com a suspensão da navegação fluvial, devida também à formação do referido lago. Ao lado disso, consolidava-se, naquela altura, a implantação dos projetos de desenvolvimento rural baseados no sistema de “colonização”, trazidos para essa região como política pública, que tinham como elementos fundamentais a agricultura irrigada e a participação privilegiada da iniciativa privada na execução dos projetos. A exploração agroindustrial iniciava-se nessa região, àquela ocasião.

[...] Convivência com o Semi-árido [...] foi alcunhada muito mais para chamar atenção, para ser contra [...]Convivência com o Semi-árido é nada mais do que uma vida de produção sustentável (Haroldo)¹.

2. Pela via da agricultura orgânica, dita, à época, “agricultura alternativa”, a *Convivência com o Semi-Árido* foi concebida para fazer a contestação naquele contexto de transformações localizadas, surgindo então com uma contradição relevante: entre o motivo que a justificava como contestação e a via adotada para corresponder a tal motivo. O ‘ser contra’ praticado, como o foi, inicialmente, pela via

da agricultura orgânica, compreendia apenas uma das dimensões do processo das transformações que se davam no local: a que se refletia ecologicamente no meio ambiente. Então, era o manejo dos recursos ambientais, o objeto central do trabalho da assessoria técnica. Mas, pela via adotada, não se dava conta da questão que motivara a criação do IRPAA e que justificara sua atuação que se colocava desde ali com a perspectiva de um projeto de “desenvolvimento local”. A condição de estabilidade econômica para o pequeno agricultor ficara mantida fora do alcance da ação empreendida para tanto.

Nos estudos feitos por Andrade (1983) sobre essa região, na década de 1980, considera-se que as transformações na agricultura regional causavam traumas à população rural “*que se torna objeto, e não sujeito, do desenvolvimento*” (p. 7). Segundo ele, a forte intervenção do poder público que se observava então nesta área, era contrastante com os problemas da população de baixa renda nela instalada e, entre essas duas coisas mantinha-se uma relação de causa e efeito, cujos efeitos implicavam na aceleração do êxodo rural naquele período e o crescimento desordenado das cidades.(ANDRADE,1983).

A situação dos trabalhadores rurais, contingente mais prejudicado nas transformações em curso, não deixava de ter relação com a intervenção que se fazia no meio ambiente. Era em torno dele, de fato, que se davam as transformações que mais implicavam a sobrevivência dos segmentos populacionais em prejuízo no desenvolvimento que se processava. Mas, naquele contexto, não eram as implicações ecológicas dessa intervenção que constituíam a problemática social local.

Segundo Andrade (1983) a transformação do meio natural em espaço geográfico na região do vale do São Francisco (área que compreende parte do chamado Semi-Árido) foi se dando com a ocupação econômica das áreas aqui

existentes, desde o século XVII, ocorrendo de forma lenta e contínua. Somente a partir de 1976 tem início a racionalização da atividade agrícola, que até então era minimamente presente na atividade exploradora das empresas rurais. Por uma “*intervenção de fora para dentro*” a ocupação econômica passa a ser feita com essa racionalização da atividade agrícola. (ANDRADE, 1983). Observa-se nas falas dos próprios fundadores do IRPAA que isso era também percebido assim por eles, à época em que fundavam a organização e a concepção da *Convivência com o Semi-Árido* como seu projeto de atuação.

(...) descobrimos que a pessoa que vive no campo não entende o que está acontecendo em torno dela, ele não entende o mecanismo da natureza, ele é muito mais um objeto dentro da natureza, um ser inconsciente entregue às forças da natureza, do que alguém que a interpreta, analisa e põe depois suas ações conforme o comportamento da natureza. A seca (...) é sempre aceita com fatalismo(...) : Deus quer assim, então não se pode fazer nada (...) o homem não acha uma resposta às forças da natureza, mas ele escapa, ele foge, vê como ele vai para São Paulo, vai para Brasília, vai para Salvador, Recife, etc. (...) Isso mostra a grande necessidade ~~de discutir com as~~ pessoas os fundamentos básicos do conhecimento humano (Haroldo)⁵².

⁵²-Harald Schistek

Nessa mesma fala percebe-se entretanto que foi a ausência da racionalização hegemônica justamente o fator mobilizador do IRPAA, que o levou a se definir por uma ação educativa, colocando-a como prioridade de seu trabalho junto aos lavradores e lavradoras. Essa ação educativa nomeada *Convivência com o Semi-Árido* tem se fundamentado, desde o início, no conhecimento científico ou na racionalidade desse conhecimento, consistindo essa ação, como fazer, na reprodução de informações procedentes desse saber.

Essa valorização do saber técnico- científico percebe-se como dado comum nas falas de todos os atores entrevistados, no conjunto dos documentos analisados e na própria visibilidade maior desse projeto que vem se dando com a atuação do IRPAA junto às escolas e professores, e com a priorização de atividades relativas ao setor pedagógico dentro dessa organização. A ele se atribui o poder de recolocar os lavradores e lavradoras numa condição de sustentabilidade econômica. Por esse

aspecto da racionalização do mundo, a *Convivência* concebida com o sentido de contestação ao modo de modernização que se fazia, não se diferenciara, na prática, no seu desenrolar, daquilo a que visava contestar.

Apresentamos tecnologia e procedimentos que a gente entendeu que harmonizem com o clima irregular daqui e discutimos com os agricultores o que é que eles achavam disso.(...) nos órgãos oficiais sempre se destaca a tecnologia, como se ela fosse a chave para uma vida economicamente estável. Mas não é só a tecnologia.

Na fala acima a repetição da palavra tecnologia traz entretanto enunciados distintos, onde se vê pontuado o paralelismo das ações praticadas nos diferentes âmbitos (o da ação do IRPAA e o dos “órgãos oficiais”) e os sentidos contrapostos que se colocam entre as duas práticas. Veja-se: “apresentamos tecnologias... que harmonizem com o clima” VERSUS “sempre se destaca a tecnologia, como se ela fosse a chave para uma vida economicamente estável.” A mensagem que se percebeu nesse texto traz um sentido, entretanto, que vai muito além disso. Estabelece-se uma contradição nas entrelinhas do discurso, apresentando-se como ambigüidade, que não se encontra somente no contexto semântico desse texto, mas também no fazer social referido nesse texto, expresso nos dois enunciados grifados. A *Convivência com o Semi-Árido* constitui-se de fato com tecnologias e procedimentos “apropriados”. As tecnologias em questão nesse texto são diferentes entre as duas atuações referidas. Para os órgãos oficiais a tecnologia tem o significado de chave, e o “para que” da chave já está colocado no próprio texto ou seja, a tecnologia tem o sentido de abrir para uma vida economicamente estável. Na *Convivência com o Semi-Árido* esse “para que” não aparece nesse texto e nem explicitamente em outras falas, mas parece estar definido com o sentido que se percebe mesmo na mensagem desse texto: Pensando-se que a tecnologia pode mesmo tudo. Mas isto não é considerado sobre aquela tecnologia referida aos órgãos oficiais. Adota-se uma outra tecnologia com a qual se

busca estabelecer a diferença necessária entre a ação dos órgãos oficiais e a deles, dos não oficiais, sem dúvida com perspectivas e possibilidades diferenciadas para o desenvolvimento. Entende-se que, a opção pela via da agricultura orgânica como tecnologia assim adotada, apresenta-se com um caráter de estratégia política.

[...] em relação à tecnologia, o ponto de partida foi aquilo que se chamava agricultura alternativa, é a agricultura verdadeira, essa que é a agricultura, não é alternativa, é agricultura, agricultura natural que não prejudique as pessoas, nem o meio ambiente, nem o solo, etc.⁶⁷

[...]a gente começou com essas práticas de melhoramento do solo, através de compostos orgânicos, captação de água de chuva in situ, pra ela não escorrer, pra não prejudicar a terra, pra ficar mais tempo no pé da planta[...].⁶⁸

Na *Convivência com o Semi-Árido*, portanto, verifica-se na opção por uma prática na agricultura “alternativa” aquilo que, segundo Rocha (2002), Graziano da Silva (1997) considerara: Tal agricultura consistindo mais do que como uma forma técnica, como a reafirmação dos atores sociais, pelo resgate de valores do tradicional espaço rural. A técnica na agricultura atuando como um instrumento de contestação àquele modelo de modernização agrícola, que excluiu os agricultores. A prática da agricultura em novas bases técnicas como busca da transformação e melhoria dos sistemas produtivos para a inserção dos agricultores no processo de desenvolvimento. A utilização de novas práticas tecnológicas sendo adotada como uma estratégia de reprodução social dos agricultores excluídos da modernização agrícola, que tem resultado, efetivamente, em inserção social, na medida em que os produtos alternativos têm constituído novos padrões de mercado em termos de competitividade, de qualidade e produtividade. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, *apud*. ROCHA, 2002)

3. A questão da reprodução social dos agricultores não é uma questão propriamente local, assim como a agricultura ecológica não o é também. A questão da reprodução é tratada nesse projeto em uma dimensão mundial. A forte presença das

⁶⁷ -Cícero Félix dos Santos

⁶⁸ -Harald Schistek

Escolas Família Agrícola no trabalho da *Convivência com o Semi-Árido* tem, no IRPAA, uma expressão significativa: Dos treze técnicos entrevistados, cinco deles são egressos dessas escolas. Também na “República dos Estudantes” do IRPAA, o número mais expressivo dos que já foram ou estão abrigados é também composto por estudantes vinculados a elas. Isso também indica um sentido de mundialidade que se coloca nesse projeto de “desenvolvimento local”.

A respeito das Escolas Família Agrícola, dos Centros Familiares de Formação em Alternância e de suas participações no movimento de *Convivência com o semi-árido* destaca -se que elas são originárias da França e fazem parte de um movimento surgido naquele país em 1935, que se expandiu mundialmente como modelo de educação para o homem rural, desde a criação da “Casa Familiar de Lauzun” em 1937. (GIMONET,1999).

Nota-se que, nem Lauzun, ao que parece, nem a França, situam-se no trópico Semi-Árido; também que a presença dessas escolas no Brasil vê-se em outras regiões, além da região do semi-árido (Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Roraima, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros lugares).

A origem dessas escolas teve como motivo, segundo Tanton (1999) – Diretor do Centro Nacional Pedagógico das “Maisons Familiales Rurales” na França, as considerações apresentadas em um diálogo que se deu entre um padre e um agricultor franceses, nos idos de 1934. Eles conversavam à propósito das preocupações do agricultor sobre o futuro do seu filho adolescente, porque este demonstrava nojo com a escola secundária que se oferecia a ele. Lamentavam a falta de outra opção de escola na zona rural, na França, àquela época, para que o adolescente não parasse de estudar

ainda com apenas 13 anos (idade em que se ingressava no certificado de estudos para a escola secundária, a qual só era oferecida então na cidade).

Em meio àquela conversa destaca-se o seguinte: O agricultor após lastimar o gasto que teria para mandar seu filho à cidade, disse: - “E para chegar a que? Ver nossos filhos nos olharem do alto quando eles retornam após três meses de pensionato na cidade. A terra, eles começam rápido achar que ela está muito baixa, estes jovens agricultores transformados em urbanos ‘sábios’...” E o padre retrucou – “Sábios. Se pelo menos ficassem sábios. Mas lá também, os programas não são feitos para a agricultura. Aliás, as turmas são grandes demais; o professor dá seu curso, compreenda quem puder. Ele não pode se ocupar de cada um em particular”. E conclui mais adiante -“Não, realmente, nada é feito oficialmente para garantir a formação intelectual dos jovens agricultores em uma época onde, mais do que nunca, os agricultores precisam ser verdadeiros sábios; numa época em que a agricultura precisa de chefes que sejam verdadeiros líderes.” (Le Document Agricole, nº 1, 4º ano, 1936, *apud* TANTON: 1999).

A questão da recomposição das forças produtivas na produção rural, especificamente quanto aos recursos humanos, era o que se buscava ali resolver. Segundo Tanton (op.cit.) concebeu –se para isto uma escola com uma pedagogia própria – “pedagogia da alternância”: 1- para desenvolver uma educação que sirva para o trabalho agrícola e ao agricultor; 2- para evitar o êxodo rural.

Entende-se que a presença dessas escolas no movimento pela *Convivência com o Semi-Árido* dá-se pela afinidade de perspectiva entre elas e o movimento em direção a evitar a evasão de recursos humanos do campo, para garantir a reprodução social das atividades de produção agrícola. Essa é uma questão local que atravessa as fronteiras climáticas ou de jurisdição.

4.A questão da produção sustentável na *Convivência com o Semi-Árido* - Na denominação do PROCUC⁶⁹, trabalho que o IRPAA tem como cartão de visita de sua atuação no referido projeto, do modo como é concebida sua prática, o termo sustentável refere-se à vida, escola, produção, beneficiamento e comercialização no contexto climático específico do Semi-árido brasileiro. Junto ao significado do ecologicamente correto, a produção sustentável pressupõe também a consideração de uma função econômico-financeira atribuída à produção. Essa expressão refere-se a algo que se define por uma viabilidade econômica, e isso se mede a partir da relação entre custos e resultados, pela qual se computa o saldo financeiro, positivo ou negativo da produção. É pelo saldo positivo que se verificará a condição de equilíbrio ou de sustentabilidade, quer dizer, da capacidade de se sustentar e se reproduzir do empreendimento da produção, pela possibilidade de acumulação contínua dos resultados. Nada mais racionalista do que esse jeito de se lidar com a produção. Também na noção ambientalista de produção, o sustentável no lidar com a natureza prevalece com esse senso matemático, na idéia de se manter o ciclo produtivo. É nesse senso, regido por uma razão instrumental, onde se sustenta o equilíbrio em foco nas reivindicações de caráter ambientalista. Referindo-se a um ou ao outro dos ciclos em questão (o econômico, ou os da natureza), o fato é que a idéia de “produção sustentável” e a racionalidade que se encontra na base do que se menciona com essa expressão, só encontram lugar na modernidade.

A noção de sustentabilidade nesse projeto portanto não se resume aos aspectos ambientais. Segundo Rocha (2002) essa noção, envolvendo uma agricultura ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa, decorre de um dos conceitos de desenvolvimento sustentável, dentre outros existentes. Neste a

⁶⁹ - Programa de apoio educativo, técnico, e comunitário para a vida, escola, produção, beneficiamento e comercialização sustentáveis.....

concepção de uma agricultura sustentável visa, além da manutenção dos recursos naturais a longo prazo e a produtividade agrícola, garantir

retornos adequados aos produtores; otimização da produção com um mínimo de insumos externos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda e atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades. (MMA/PNUD, 1999, *apud* ROCHA, 2002, p.)

A agricultura sustentável, dessa forma, tem na atuação das ONGs um caráter de projeto construído justamente pela

necessidade de preservar uma certa categoria social e produtiva na agricultura: o camponês, o pequeno agricultor/ produtor ou, ainda, o agricultor familiar e, por conseguinte, a necessidade de reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias empregadas na direção de um reforço na capacidade econômica e de autonomia dessa categoria. (ALMEIDA, 1999, p.58. *apud*. ROCHA, *op. cit.* p. 56).

Pretender-se uma “produção sustentável” equivale a se pretender a modernização, embora que de uma outra forma. Entende-se, portanto, que o preservacionismo contém, no contexto em consideração, um sentido de radicalização da modernidade, em vez de alternativa à modernidade. Entretanto, no universo focalizado nesse estudo percebeu-se que a palavra “moderno” ou derivações dessa palavra quase não aparecem no material coletado. Algumas exceções encontram-se apenas quando se fala da “impropriedade” das formas da modernização, onde se coloca a emergência de propostas “importantes” como a da *Convivência*, como oposição a elas. Por que?

5. O advento da mentalidade preservacionista no desenvolvimento local é visto com o processo de racionalização desencadeado com a ocupação econômica (contraditoriamente), pois, antes de 1976, o baixo nível de preocupação dos proprietários rurais com a racionalização da atividade agrícola na região do Vale do São Francisco apresentava-se com a continuação de uma mentalidade predatória dominante nessa atividade. (ANDRADE , 1983, p. 45).

No discorrer de sua análise sobre a produção do espaço rural nesta região Andrade (1983) considera as migrações sazonais como um dado característico do uso da terra na produção desse espaço, dado a sua situação na “*porção central do Polígono das Secas*”. Mas, considera também que isso não foi empecilho para o povoador criador de gado, pois o manejo era possível entre as áreas com água e sem água (porque havia um grande rio perene). As áreas úmidas das margens do S. Francisco, para esse autor, só passaram a ser mais utilizadas pela agricultura a partir do século XX. A agricultura incipiente (de milho, feijão, mandioca) e a criação de pequeno porte, “miunças” (cabra, carneiros e porcos) eram para o auto- abastecimento. (ANDRADE. Op. Cit.).

Entende-se, portanto, que, de tal forma, não se encontravam problemas para a produção da agricultura no modo de uma racionalidade não moderna ou pré- moderna, apesar das secas. A condição do agricultor era sustentável naquele sistema de produção. A água ou a falta de água, se existia como um problema, deve ter sido colocado em outros termos no que diz respeito as soluções. Posteriormente, não é isso o que se vê. O que se apresentava, no quadro de transformações que contextualizaram o momento da criação do IRPAA e da concepção da *Convivência com o Semi-Árido*, era a insegurança da convivência social submetida à racionalização que se estabelecia. Isso dá ao nome *Convivência com o Semi-Árido*, alcunhado com o objetivo de contestar, de ser contra, um sentido de afirmação do que se sente falta quando a convivência encontra-se ameaçada com a insegurança instalada com tal racionalização, e por ela. Entende-se que o que se enuncia no nome desse projeto de desenvolvimento é aquilo que se buscava preservar naquele momento, e ainda agora.

Percebe-se que, mesmo com o inegável crescimento populacional desencadeado com a aceleração do desenvolvimento na região de Juazeiro e as transformações

havidas desde então, e mesmo se considerando o desequilíbrio que vem se estabelecendo entre a capacidade de oferta e a demanda emergente de água nesse processo, a problemática do desenvolvimento local não se encontra na gestão da água, mas no modelo do desenvolvimento que resultou nas transformações que se verificam. Entretanto, no projeto da *Convivência com o Semi-Árido* na prática do IRPAA concebe-se a água como o vetor do desenvolvimento local.

6. A prática da *Convivência* tem um sentido de racionalização da atividade agrícola e do mundo onde ela procede. Acredita-se que a razão desse sentido encontra-se na praxis, no social histórico que contorna a ação contestadora que se expressa como um novo projeto que se contrapõe ao da modernidade, e não poderia estar em outro lugar. Portanto, esse projeto não tem o sentido de ruptura com a história anterior, mas de transformação da história na qual ele se forjou.

[...]a gente passa três anos com o grupo no município e discute muitos assuntos que devem ser o básico, cê conhecer o clima da região, a partir daí cê vê a questão da água, quanta água tem, como gerenciar essa água, captar, armazenar e a partir do clima você determina a principal atividade econômica, no caso, aqui seria principalmente a criação, aí o próximo passo é como então você ter uma criação rentável aqui. A semana passada em Canudos tinha lá um professor que dizia que na França eles tem um terço das cabras que tem no Nordeste e a renda lá é três vezes maior do que a renda que nós temos aqui, então é só uma questão de manejo, não é de quantidade, de manejo, e você reduzindo a quantidade, no gerando o manejo, você tem mais renda e menos pressão do ambiente, assim, e depois disso então, a gente discute a questão da roça como subsistência, não como principal atividade como hoje[...] (Moacir)⁷⁰

Na gestão dos recursos ambientais a racionalização do mundo apresenta-se em duas vertentes na atuação específica do IRPAA: a) em uma, tem grande visibilidade a gestão específica da água; b) na outra, é a gestão da produção agropecuária, sobre os insumos e técnicas dessa produção. Na vertente da produção agropecuária o que se destaca é: uma visão de produção integrada da lavoura com a pecuária; o cultivo de espécies adaptadas naturalmente ao clima, tanto na atividade da lavoura, quanto na da pecuária; o uso de insumos e práticas orgânicas nas atividades produtivas; a

⁷⁰ - José Moacir

condenação às queimadas; uma priorização à atividade da pecuária, para fins econômicos; e a captação de água de chuva para suprimento das atividades agropecuárias, em lugar da irrigação.

Especialmente na gestão da água percebe-se uma racionalização matemática postulada para o uso prudente da água, com quadros técnicos⁷¹ a serem observados no controle do uso. Propõe-se aos lavradores fazerem a estimativa do consumo de água por pessoa, ou por família, ou por comunidade; dimensionarem a capacidade da oferta existente; e administrarem o uso da água com base na relação entre a necessidade estimada e a disponibilidade existente, levando-se em conta nesses cálculos os períodos secos, os diferentes usos domésticos e, na atividade agropecuária, considerar-se ainda os tratamentos necessários, a qualidade das águas, etc.

As tecnologias “apropriadas” aparecem com maior evidência sobre esse aspecto. Cisternas de vários tipos e origens são encontradas na roça “ Vargem da Cruz”, bombas artesanais, e outros artefatos. Há uma cultura tecnológica expressiva, com a marca *Convivência com o Semi-Árido*. Nela, o caráter artesanal dos produtos aparece como diferencial. A cisterna é o estandarte dessas tecnologias “apropriadas”. Interessante: O cata-vento, tecnologia de presença marcante na paisagem rural, antes da irrigação por bombas movidas a motor elétrico, não tem a mínima visibilidade nessa cultura. Contudo ele é também produzido artesanalmente e tem sua função integrada à natureza.

7. A resistência à *Convivência com o Semi-Árido* aparece comentada, freqüentemente, nos relatórios das avaliações sobre a prática do IRPAA. Entende-se que isso sinaliza também a atuação daquele pensar que a racionalização da atividade produtiva era o motivo da situação de desacerto dos projetos de desenvolvimento

⁷¹ - Ver quadros no Anexo C

governamentais e não-governamentais executados nessa região, na época de criação do IRPAA e ainda hoje, ela é problema a ser considerado. Principalmente neste caso, quando se tem uma proposta que foi concebida para ser alternativa a um determinado modo de vida baseado na racionalização da atividade agrícola e, contraditoriamente, ela opta pela racionalização dessa atividade como forma de fazer a contraposição.

chegamos à conclusão que o enfoque que se dá aqui no Nordeste, (falo da porção semi-árida, mas na época se tratava como sinônimos Nordeste e Semi-árido), então o enfoque que se dava, seja pelo lado de entidades de base, do mesmo jeito pelos órgãos do governo, projetos oficiais, financiamento, o enfoque que se dava, foi como o Semi-árido fosse uma região normalmente chuvosa, com todos os atributos que encontramos no litoral, no Sul, no Centro Oeste. (Haroldo)⁷²

Indiscutivelmente havia e há, ainda, na orientação dos diversos projetos, uma uniformidade. Mas ela não se encontra somente no aspecto da gestão “inadequada” do meio-ambiente. Ela se encontra fundamentalmente na imposição de uma racionalização da atividade produtiva, “de fora pra dentro,” através dos projetos.

[...] os lavradores e lavradoras sentem necessidade de conhecimentos amplos sobre a natureza, para eles não serem mais objetos inconscientes jogados pelas forças da natureza, mas seres conscientes que sabem porque está acontecendo e qual será a nossa resposta. (Haroldo)¹

Será que sentem? Essa visão coloca para a intervenção uma questão importante a respeito do sentido da mediação e de significação fundamental e, até mesmo, crucial, em direção ao sentido da “autonomia”⁷³ referida como justificativa para a *Convivência com o Semi-Árido* como projeto de desenvolvimento local.

8. O conhecimento em referência no material analisado tem seu foco central em um objeto - *compreender o clima do Semi-Árido*. No conjunto dos textos analisados com referência ao conhecimento este é apresentado como instrumento de gestão do desenvolvimento e a mensagem predominante neles é de que esse conhecimento específico *proporciona aos produtores e produtoras rurais, uma visão ampla sobre as*

⁷² Harald Scistek

⁷³ - Esta palavra encontra-se especificamente utilizada dessa forma no texto do PRO-CUC

atividades mais viáveis que poderão desenvolver com maior rentabilidade na região.
(IRPAA,)⁷⁴

O trabalho de “formação” que se desenvolve junto aos agricultores na prática da *Convivência com o Semi-Árido* busca integrá-los à uma mentalidade dominante, tendo nessa perspectiva o caráter de reprodução do “discurso do outro”. Entretanto, no contexto de discriminação social e de exclusão, a que estão historicamente relegados os pequenos agricultores no semi-árido, isso não quer dizer, necessariamente, algo ruim, na medida em que o acesso ao conhecimento estranho possibilite o apoderamento daquele discurso, dando-lhe um sentido próprio. Ou seja, o fato de se fazer a transmissão de conhecimentos estranhos ao universo dos agricultores não se constitui diretamente em repetição inconsciente desse discurso e, nessa medida, pode sim se dar a transformação social nos termos colocados por Castoriadis (1982): com a autonomia individual e social, contra a heteronomia social. A ambigüidade observada nessa prática apresenta-se como a condição necessária e fundamental para a possibilidade do processo de autonomia social. A propósito disso, ambíguo é o que é “*pela composição de diversas significações suscetíveis de serem precisadas*”. (CASTORIADIS, 1982). É no ambíguo que se encontra, segundo Castoriadis (1982), a possibilidade e a procura da autonomia.

Percebe-se, como dado interessante para a compreensão do sentido que se coloca em questão, o fato de que o IRPAA e a *Convivência com o Semi-Árido* aparentam ser, no âmbito da prática em estudo neste caso, uma mesma coisa. No nome dessa organização o enunciado remete-se diretamente ao projeto da *Convivência: pequena agricultura apropriada*. A palavra “apropriada” é bastante sugestiva a propósito da questão considerada sobre o sentido político do conhecimento no centro do referido projeto, e quanto à relação entre os saberes comum e técnico

⁷⁴- (Convivência com o Semi-Árido/Educação para a Convivência com o Semi-Árido-Folder).

especializado: *apropriada* pode significar tanto "adequada para", no que soa como dominação, onde alguém diz o que é adequado para o outro, como pode significar "tomado de", no sentido de posse, de apropriação por parte de um sujeito do que era de outro sujeito. Neste caso, o sentido pode ser também de dominação, mas pode ser também, no contexto real e factual em que a palavra está inserida, de contra-domação, significando emancipação dos sujeitos que se apropriam.

Referido também em termos de educação escolar - rural e urbana, o conhecimento é apontado como uma necessidade para a formação dos professores da rede pública, para a qualidade dessa educação, para a adequação necessária dos currículos escolares ao projeto de *Convivência com o Semi-Árido*.

O LOCAL EM CONSTRUÇÃO NO PROJETO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. A dimensão global da realidade - Os problemas sociais localizados em diversas partes do planeta encontram nesse momento de interconexão de diversos pontos do planeta a possibilidade de serem compartilhados mundialmente.

Atualmente identifica-se em várias partes do mundo uma preocupação comum com os recursos hídricos. Nela se constata a depredação e esgotamento das fontes, e o agravamento dessa situação com o crescimento populacional acelerado, a urbanização crescente, a expansão do desenvolvimento industrial e tecnológico e das áreas agrícolas, e as implicações disso em termos de poluição e depredação que acompanham esse desenvolvimento. Tais situações põem em risco o equilíbrio necessário na relação entre oferta e demanda de água em diversos lugares. Ao lado disso, a geografia das águas no planeta cria desigualdades entre as nações, deixando comprometidas, naturalmente, as possibilidades de algumas dessas partes para o

enfrentamento dessas situações. A mobilização da sociedade organizada e dos governos, em muitas nações, tem procurado encontrar soluções para as desigualdades que se verificam. (PETRELLA, 2002). A visibilidade da água no projeto de desenvolvimento do Semi-Árido situa-se também nesse contexto.

2. A água como questão problemática no mundo - A água passou a ser uma das questões principais na agenda política, tanto nacional quanto internacional nos últimos dez anos. Vem adquirindo nesse tempo um enfoque diferenciado, passando de uma questão técnica ou econômica, como normalmente era considerada, exceto em situações desastrosas como enchentes e outras calamidades, para ser uma questão social e política. Com essa dimensão, a água motivou nesses últimos anos inúmeras reuniões entre governantes de diversos países e organizações interessadas e tem mantido uma articulação permanente entre essas nações em torno de questões a ela relacionadas. (SOARES, *apud*. PETRELLA, 2002). Conferências mundiais, conselhos, comissões, declarações e comemorações mundiais sistemáticas vêm ocorrendo a cada ano, em diversos pontos do mundo ocidental e oriental, e a mídia lhes dá grande visibilidade. Nessa luta, considera-se que há um fator mais importante do que o desenvolvimento econômico e tecnológico para assegurar a vida futura, o qual requer uma aproximação entre os povos e nações. Estabelece-se com essa luta um sentido de interdependência entre as partes do mundo, e de responsabilidade compartilhada com respeito aos recursos naturais existentes no planeta, ou seja, em qualquer nação.⁷⁵ Petrella (2002) considera que o problema mundial da água é de regulamentação, onde vê uma ambigüidade de sentidos de sustentabilidade⁷⁶ operando

⁷⁵ - Nessa medida a proximidade entre as partes do planeta se estabelecerá sobre a diferença existente entre elas quanto às condições que cada uma apresenta quanto aos recursos hídricos disponíveis.

⁷⁶ Petrella identifica duas dimensões de ecologia: a do meio-ambiente fundamentado na sustentabilidade dos ecossistemas; e a do meio ambiente fundamentado na sustentabilidade social

a gestão do desenvolvimento nacionalmente, de modo incompatível com a necessidade mundial de preservação dos recursos hídricos:

Se as tendências atuais com relação à água continuarem, nos próximos vinte ou trinta anos os “senhores da terra” ameaçam se transformar nos “senhores da água”, [a depender] das concepções gerais (visões) [e escolhas políticas] de curto a médio prazo prevalecentes nas sociedades desenvolvidas. (PETRELLA, 2002, p. 21).

Para evitar isso, está proposto o Contrato Mundial da Água, identificando nas ONGs uma grande força para fazer valer esse Contrato em uma dimensão global da sociedade e tomando essa dimensão como fundamento para uma política de gestão da água, entendida como um bem comum concebido mundialmente. Esse contrato fundamenta-se em dados da ONU-FAO e tem como ponto de partida o indicador de que oito bilhões de pessoas, que viverão na terra daqui a vinte e cinco anos, não terão acesso à água potável segura, além de mais cinco bilhões que enfrentarão problemas sérios de escassez e qualidade. Nele se considera que, além dos problemas de quantidade e qualidade a serem resolvidos, falta uma cultura institucional e das pessoas que possa suportar uma política da água que tenha como base a solidariedade.⁷⁷ O contrato é definido nos seguintes termos:

busca cooperativa pelas melhores soluções no interesse geral; direitos e obrigações com relação à água são individuais e coletivos, sendo as comunidades locais os sujeitos principais para o gerenciamento/conservação do patrimônio comum em nome da comunidade mundial e como seu depositário; o futuro de nossas sociedades é um futuro comum; há globalização não só de mercados e finanças; solidariedade e sustentabilidade vão mais além de rios e de fronteiras de bacias hidrográficas; o objetivo das prioridades é expandir e fortalecer o campo de solidariedade/ sustentabilidade entre as comunidades humanas e as gerações, no nível global do ecossistema Terra. (PETRELLA, 2002, pp. 141-142).

Para Tundizí (2002) a questão da água apresenta-se na sociedade contemporânea como questão da sustentabilidade da vida e passa a ser gerenciada, assim, a partir da concepção técnica-científica de ciclo hidrológico. Junto a essa

⁷⁷ - Sobre este aspecto observa-se a contribuição que provém dos programas comunitários de construção de cisternas caseiras para a formação dessa cultura entre as pessoas, no qual se percebe a forte presença de elementos simbólicos atuando nessa formação para uma solidariedade em relação à água como bem público, e fonte da vida.

concepção considera-se que, à medida em que mais usos foram sendo dados aos recursos hídricos com a complexidade e diversificação da economia moderna, vai se superpondo ao ciclo hidrológico um “*ciclo hidrosocial*” - uma adaptação do homem as diferentes características do “*ciclo hidrológico*” e as suas alterações, de grande impacto ecológico e econômico.

O que se observa em tudo isso é que se desenvolve internacionalmente uma cultura da água, na qual ela se apresenta como mundialidade, conforme a concepção de Ortiz (2000): a água é apresentada como um componente da “modernidade-mundo”, assim como o próprio movimento ecológico.

3. A mundialidade na gestão local da água- Segundo Machado, a Lei Federal 9984/00 que criou no Brasil a Agência Nacional das Águas, denota a forte penetração nas sociedades locais das preocupações globais, implementando transformações na gestão pública da água, que refletem esse sentido. Para ele, a ênfase na regulamentação e administração (gestão em vez de proteção) dos recursos hídricos, que caracteriza a atuação da ANA é a medida da modernização que se vê nesse aspecto: com a publicização do bem (água) e gerenciamento democrático dos usos e funções a ele pertinentes e se fazendo a gestão orientada pela “negociação sociotécnica”, em lugar da imposição de uma ordem técnico-científica. (MACHADO, 2003, p. 25).

“*Água é dom da vida*” é a afirmação que se encontra no título da apresentação do manual “*Construindo a solidariedade no Semi-Árido*” no qual se coloca que a água é sinal de esperança “*vida em abundância para todas as mulheres e homens que hoje sofrem com sua falta*”, e se define a esperança: - “*de que uma nova convivência com o semi-árido é possível*”. Ali se postula que “*o cuidado com a água deve ser uma preocupação não mais exclusiva dos que vivem em regiões consideradas áridas ou semi-áridas, mas de todos no planeta*”, ao lado de dados da ONU sobre o processo de

degradação da água no mundo: 1,2 bilhão de pessoas sem acesso à água potável e 2,4 bilhões sem saneamento básico.(CARITAS BRASILEIRA, ca. 2000).

A Caritas – instituição de assistência social ligada à Igreja Católica, compreende 146 entidades de âmbito internacional, atuantes em 198 países, integrando no Brasil 144 entidades-membros: arquidiocesanais, diocesanais e afins. O IRPAA é uma das entidades integradas à Caritas. Ela faz parte da Articulação do Semi-árido (Asa) e é um dos membros participantes de sua fundação. A *Convivência com o semi-árido* constitui-se em uma das linhas de ação da Caritas Brasileira e esta vem sendo encaminhada como programa, cujo sentido “*é estimular a integração do sertanejo e da sertaneja com a região semi-árida, tendo como base a mobilização comunitária*”.(op.cit.).

Percebe-se que, mesmo dentro do território nacional brasileiro, a situação de disponibilidade de água entre as regiões é considerada com grandes desigualdades. 70% das águas brasileiras estão na região Norte, onde vivem apenas 7% da população. A região sudeste, onde se encontra a maior concentração populacional (42,63%), dispõe apenas de 6% dos recursos hídricos. No Nordeste, que concentra 28,91% da população, dispõe-se de apenas 3,3% (MACHADO, 2003). Considera-se também que, parte da água é perdida no percurso entre a captação e os domicílios, sendo essa perda em média de 40% a 60% da água tratada pelos serviços de abastecimento de água. Há também a ameaça da poluição, da erosão, da desertificação e da contaminação dos lençóis freáticos com o assoreamento, os aterramentos, os desvios e canalizações abusivas de rios, riachos, canais e lagoas; tem uma grande quantidade de lixo e resíduos sólidos acumulando-se às margens dos rios; as matas ciliares e áreas de acumulação foram suprimidas, a drenagem urbana tem se tornado difícil. Machado (2003) considera esses problemas mais difíceis de serem resolvidos na dimensão

territorial do Brasil, com a recuperação de rios, lagoas, açudes e praias contaminadas. O fato de se ter 22% da população brasileira concentrada em 398 municípios costeiros agrava a dificuldade de oferta de água às populações de algumas regiões. (MACHADO, 2003, p. 25).

Com base em dados da FAO sobre disponibilidade de água para suportar o processo de desenvolvimento e, considerando a disponibilidade per capita de água nos estados do Nordeste superior à 1000m³/hab/ano, Batista (2001) classifica a situação do Nordeste como área otimista ao desenvolvimento. A menor disponibilidade existente, na UP- Leste- Pernambuco, é, segundo ele, duas vezes superior à que se verifica em Israel. (BATISTA, *apud.* BATISTA FILHO, 2001, p. 36). Entretanto, os riscos futuros devem ser considerados em relação a essa situação, especialmente se tendo em vista a ausência de uma cultura de preservação da água na tradição cultural do povo nessa região.

Embora destacando a diferença entre a escassez da água no Semi-Árido e a escassez da água na dimensão do planeta, considerando ser esta um “problema do futuro”, enquanto aquela é um problema do passado, que se arrasta até o presente, Malvesi (2001) reconhece no acesso à água de qualidade, pensado em nível doméstico, o sentido de assegurar uma condição de diferença na disputa mundial e de antecipar um modo de não dependência dos mananciais de água existentes ou seja, de não dependência local dos objetos da disputa em questão no mundo. Para ele, o teor economicista e instrumental da água é uma preocupação da elite: “*A preocupação do povo é de ordem vital*”(MALVESI, 2001, p. 32).

Assim, a dimensão do projeto de desenvolvimento local que se encontra na concepção da *Convivência com o Semi-Árido*, sobre esse aspecto, abrange, ou se integra, ou reproduz a dimensão mundial do desenvolvimento. Nesse fato o

desenvolvimento local pode estar sendo feito, contraditoriamente ao que se diz pretender com o projeto, dando continuidade à colonização e à alienação, que marcam a história do Brasil em relação às nações hegemônicas.

Ao mesmo tempo, sobre esse mesmo aspecto, percebe-se no projeto de desenvolvimento local em questão, elementos de descontinuidade quanto ao sentido acima apontado. A cultura da água que se desenvolve na prática da *Convivência com o Semi-Árido*, baseada na captação e armazenamento de água de chuva, que tem forte expressão na ação do IRPAA, mostra-se sendo, efetivamente, como uma “válvula de escape” da atuação do tradicional binômio “terra-água” (SILVA, 1989), no qual o desenvolvimento local tem sido restrito à participação dos velhos “senhores da terra”. O domínio da água no limite das cercas, elemento de forte atuação na relação de submissão entre os segmentos tradicionalmente excluídos do desenvolvimento e os segmentos hegemônicos locais, vem perdendo força com a difusão dessa cultura. Embora se veja neste sentido apontado o efeito positivo dessa cultura, até agora, tal efeito apresenta-se apenas no nível que se dá no espaço doméstico, onde se percebe com isso a possibilidade que tal cultura contém de intervenção nos outros “*espaços-tempo de produção do poder*” que, segundo Boaventura Santos (2001), constituem as configurações políticas das sociedades capitalistas: da produção, o da cidadania e o mundial. (SANTOS, B., 2001, pp. 125-127)

Essa possibilidade da cultura de captação e armazenamento da água de chuva compreende, inclusive, sua intervenção no espaço da produção, sobre o qual se considera o domínio da água no binômio “terra-água” (SILVA, F., 2001) como um dos fatores a impedirem, historicamente, o surgimento de novos estabelecimentos agrícolas fora das áreas de irrigação, espaços onde predominam também os grandes produtores ou proprietários.

Não se está considerando aqui, sobre essa possibilidade, a efetividade dessa cultura para o desenvolvimento da agricultura da “grande produção”. Mas sua efetividade é percebida na pequena produção, no desenvolvimento da agricultura familiar, na geração de renda entre os pequenos produtores, no que se vê surgir uma via de inclusão social para esse segmento. Vê-se com isso que, pela cultura de captação e armazenamento da água de chuva, alteram-se as configurações políticas que se encontram no local a atuarem na perspectiva do desenvolvimento, o que assinala um sentido de descontinuidade do projeto de desenvolvimento local em questão nesse estudo.

Ao nível dos indivíduos nesse processo, percebe-se, ainda, que os pequenos agricultores passam a ocupar um outro lugar na gestão do desenvolvimento, tendo nele a participação como sujeitos, um certo empoderamento desses sujeitos nas relações sociais, com uma modificação das relações sociais de poder que configuram historicamente o Sertão, Nordeste, ou Semi-Árido, como espaço local, e do contexto de relações desse local, como sujeito coletivo, com o Estado brasileiro, especialmente sobre as questões de caráter organizacional ou político-administrativas.

Em todos esses processos relacionados à cultura da água vê-se presente um sentido da “*transição paradigmática*” concebida por Boaventura Santos (2002), em que, baseado em uma “*imaginação utópica*”, reinventa-se a tensão entre regulação e emancipação, constituindo-se um “*conhecimento prudente para uma vida decente*” e uma “*sociedade providência*”. (SANTOS, B., *op. cit.* p. 20; 2001, p. 278).

Confirma-se na prática da Convivência com o Semi-Árido do IRPAA: “*Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares*”. (SANTOS, 2001, p. 112).

CONCLUSÕES

Ao se tomar a *Convivência com o Semi-Árido* como objeto de pesquisa teve-se como objetivos compreendê-la enquanto ação local, na qual se reconhecia, *a priori*, o caráter de um projeto, no qual se identificava, supostamente, o desenvolvimento como horizonte visado e a evidência de uma dimensão local, uma região, um espaço territorializado.

No estudo, buscou-se compreender como esse projeto constitui-se na prática do IRPAA, conhecer os significados do local que se dão com ela e encontrar, na relação desse projeto com o contexto geral no qual ele se insere, o sentido ou sentidos da modernização, que se dão por essa ação local, no referido contexto. Encontrou-se a possibilidade de alcançar tais objetivos valorizando-se, na abordagem desse objeto de pesquisa, os elementos simbólicos que constituem a prática social.

A respeito do primeiro objetivo, conclui-se que a *Convivência com o Semi-Árido* constitui-se da forma que se define como projeto, segundo as concepções de Castoriadis (1982 e 1999) e Boaventura Santos (2001 e 2002) ou seja, respectivamente como: um pensamento se fazendo na práxis como um pensar/fazer em andamento, em permanente curso de transformação com a participação que nele vai ocorrendo, tendo como perspectiva a autonomia dos indivíduos e seu empoderamento; ou *um conhecimento prudente para uma vida decente* que integra um conjunto de lutas processuais, sem fim definido, que tem um sentido de emancipação social. É isto o que se coloca no capítulo três. Conclui-se, também nesse capítulo, que é o desenvolvimento regional que se encontra como meta nesse projeto e que a concepção do desenvolvimento regional como *Convivência com o Semi-Árido* desenvolve-se entre as esferas governamental e não-governamental. Tal constituição

tem, na esfera da vida, sua viabilidade com a participação de atores diversos, sendo a *Convivência* constituída como um movimento da sociedade civil, no qual o local e o nacional confrontam-se e a ação local ganha poder na relação com o Estado, atuando efetivamente sobre a formulação e a execução das políticas públicas que se destinam à região do semi-árido. Nesse capítulo também se conclui que nesse movimento a ação local contém diversas significações da *Convivência*, em relação à problemática e soluções para o desenvolvimento regional em questão.

Os significados dados ao local e ao desenvolvimento, que se produziram na relação com esse movimento e com a contextualização em que ele é percebido, apresentam-se no capítulo seis. Conclui-se que os sentidos da modernização que se encontram na prática da *Convivência com o Semi-Árido* são paradoxais: por um lado, a ação como projeto de desenvolvimento regional, denota, na prática, um sentido de continuidade; por outro lado, nela fica conotado, também, um sentido de descontinuidade sobre alguns aspectos da configuração do local e da gestão do desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento local é visto com um sentido ambíguo, fundamental, quanto à própria configuração que dá ao local, enquanto espaço e à configuração do poder da ação local, que se encontra no referido projeto.

Quanto a perspectiva de emancipação social na modernização que se empreende com esse projeto, no sentido que se encontrou, se mantém a idéia de que, a marca mais forte nesse projeto, é a ambigüidade, vendo-se, na prática social estudada, ora, sinais do que se conceitualiza como autonomia social, ora, daquilo que se conceitualiza como heteronomia social, isto, tanto a respeito do seu discurso em direção ao contexto local, quanto ao que constitui seu discurso na direção à contextos mais amplos, do Estado-Nação e do mundo.

Conclui-se, a respeito do projeto de desenvolvimento, que, em relação à ação governamental, a concepção da *Convivência com o Semi-Árido* que se encontra no âmbito da atuação do IRPAA contém uma nítida diferença de concepção do desenvolvimento regional, quanto à sua visão da natureza e ao modo de relação com a natureza, à forma de encaminhamento dada ao processo social na gestão do desenvolvimento e quanto, ainda, a perspectiva em que nela se vêem os resultados econômicos da produção, como resultados esperados do desenvolvimento que se vislumbra no projeto. Entretanto, essa concepção da *Convivência com o Semi-Árido* significa, também, uma visão da problemática regional que não foge da que se encontra na tradição do desenvolvimento que vem sendo praticado nessa região pela ação governamental, isto não só quanto a centralidade da água nessa concepção, como fator do desenvolvimento regional, mas também porque consiste em um desenvolvimento pensado de fora para dentro.

Quanto aos recursos hídricos vê-se que o desenvolvimento regional permanece sendo pensado nesse projeto na mesma perspectiva da concepção hidráulica do desenvolvimento do Nordeste. As soluções que se apresentam na *Convivência com o Semi-Árido* em andamento pela atuação da esfera não-governamental mantêm-se presa, em certa medida, ao imaginário social do local, que se faz nas representações sociais da seca, com um forte poder de criação de uma falsa realidade ou de uma forma falsa do local em questão colocar-se nesse projeto. Junto a esse elemento imaginário encontra-se atualmente um outro imaginário, este globalizado, sobre a questão da escassez de água no mundo. Este imaginário, ao se encontrar com o imaginário territorializado do local, passa a dispor de um suporte efetivo para o discurso que busca a solidariedade sobre a água em uma dimensão global e consiste

como proposta de desapropriação da água, ou seja de superação da forma territorializada como se dá a gestão da água nas nações, que chega com essa questão.

Essa conotação do imaginário na construção do local é o que se delinea no capítulo cinco, onde se questiona a multiplicidade de formas ou falsas formas que configuram o local, que se identificam tanto nas imagens do local construído – o Sertão e o Nordeste, quanto nas imagens que definem o local em construção - o Semi-Árido. Esse falseamento da realidade, que se dá na configuração do local como forma social e a dimensão imaginária que se vê nessa forma, encontram-se nas imagens com que ele é apresentado, inclusive na variedade de nomes e de delimitações geográficas que compreendem sua configuração. Nessa discussão do imaginário sobre o projeto do desenvolvimento regional conclui-se ser pela operação do imaginário que o projeto constituiu-se como busca e possibilidade e que ele viabiliza uma transformação da realidade.

No capítulo quatro apresenta-se a compreensão que se obteve sobre como se constitui a prática da *Convivência com o Semi-Árido*, no âmbito da atuação do IRPAA. Sobre esse aspecto, conclui-se que esta organização não-governamental e o projeto da *Convivência com o Semi-Árido*, tal como ele se dá por meio de sua atuação, têm, como práticas sociais, constituições distintas, representam formações e processos sociais diferentes entre si. Contudo, conclui-se que elas estão tão imbricadas na prática social em foco nesse estudo, que se confundem enquanto ação. Conclui-se que o IRPAA e *Convivência com o Semi-Árido* vêm se desenvolvendo simbioticamente, como um “fazer pensante”, de tal modo, que não se deixam prender nas formas típicas de ser uma organização civil ou de uma mediação convencional ou uma intervenção social da esfera da sociedade civil como oposição a ação do Estado. As duas formas apresentam-se fundidas como possibilidades e imaginação utópica, na

perspectiva de construção de uma história com melhores resultados na produção agrícola regional, para a rentabilidade e sustentabilidade local do trabalho e dos trabalhadores nesse setor. Conclui-se, a esse respeito, que no sentido da transformação social para a qual se direcionam as atuações que se integram no movimento da *Convivência com o Semi-Árido*, o projeto do desenvolvimento regional apresenta-se pelos aspectos a que se deu destaque neste trabalho, na prática do IRPAA, com algumas particularidades, bem específicas, comparada essa prática às outras que constituem outras convivências.

Especificamente, na prática do IRPAA a racionalidade que se opera na configuração do local apresenta-se, de forma geral, fundamentada nas mesmas bases da modernização tradicional, exceto pelo nível tecnológico com que se desenvolvem as atividades recomendadas no trato com a agricultura e na gestão da água: Um local e um desenvolvimento circulado por um olhar de fora para dentro e, inevitavelmente, fazendo-se com o olhar voltado para fora. O desenvolvimento regional em seu projeto significa a adoção de uma racionalização instrumental, mesmo sobre as atividades mais comuns do cotidiano, que sejam, como o apropriar-se de um saber estranho às suas experiências, pelos agricultores, pequenos produtores e o desfazer-se do próprio saber local nesse processo, para se poder obter o desenvolvimento regional, como se pensa. A viabilidade do desenvolvimento assim significado implica o suprimento da falta de uma racionalização que compreende uma outra experiência social. Os modos como têm sido resolvidos os velhos problemas locais, encontrados no cotidiano desses sujeitos, são considerados inadequados, inadaptados para a *Convivência* e o local imaginados, que constituem o projeto do desenvolvimento e, com o seu acontecer, vão sendo construídos, ou reconstruídos.

Conclui-se, finalmente, que os paradoxos que se encontrou no sentido da *Convivência com o Semi-Árido*, em termos gerais, têm na prática do IRPAA, uma evidência muito interessante, suscitando o surgimento de outras pesquisas nesse campo. A questão local que se coloca nessa prática, a problemática social que se viu no sentido da ação local, o sentido ambíguo do “desenvolvimento local” como projeto para o desenvolvimento regional, provocam uma variedade de questões, especialmente sobre as formas de uma “reinvenção da política”, sentido também encontrado na prática estudada e aspecto marcante na configuração espacial da modernidade que se vê na sociedade em um contexto de globalidade. O exercício da mediação social que se desenvolve na prática do IRPAA como forma atuante na configuração do social nesse contexto, contém, entre outros aspectos interessantes em tal “reinvenção”, o das verticalidades e horizontalidades do tempo-espaço atuando na construção da espacialidade do local, e o da gestão de conhecimentos nessa configuração, a desafiarem a compreensão do complexo fenômeno social que se produz nesse exercício.

REFERÊNCIAS:

- ANDRADE, Manuel Correia de. (1983), *Tradição e mudança: A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- _____. (2001), “Nordeste Semi - Árido: Limitações e Potencialidades”, in M. Batista Filho (org.), *Viabilização do semi-árido nordestino*, Recife, Instituto Materno Infantil de Pernambuco.
- _____. (2002), “Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local”. in M. SANTOS et. al. (orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*, São Paulo, Editora Hucitec.
- BATISTA, Laurentino Fernandes. (2001), “Água, Mais Água...é a Solução para o Semi-Árido?”, in M. Batista Filho (org.), *Viabilização do semi-árido nordestino*, Recife, Instituto Materno Infantil de Pernambuco.
- BECK, Ulrich. (1995), “A reinvenção da política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva”, in U. Beck, A. Giddens e L. Scott (orgs), *Modernização reflexiva*. São Paulo, UNESP.
- BOURDIN, Alain. (2001), *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro, DP&A.
- BRANDENBURG, Alfio. (1999), *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba, Ed. da UFPR.
- CÁRITAS BRASILEIRA, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, FIAN/ BRASIL. (2001), *Água de chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro*. São Paulo, Paulinas.
- CARITAS BRASILEIRA.[2002?], *Construindo a solidariedade no semi-árido: Cisterna de placas*. [S.I.], Scala Gráfica e Editor.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982), *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1999), *Feito e a ser feito: As encruzilhadas do labirinto V*. Tradução Lillian do Valle. Rio de Janeiro, DP&A.
- CUNHA, Euclides da (1979), *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo, Abril Cultural.
- DIDIER, Bloch. (2001), *Água: Direito à Vida*. Recife, CARITAS BRASILEIRA, IRPAA, UNICEF.
- DUQUE, Ghislaine (org.). (2002), *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: Ensaio e pesquisas em Sociologia Rural*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- DUQUE, Ghislaine, OLIVEIRA, Maria do S. de Lima. (2003), “A experiência da ASA/PB com os Fundos Rotativos Solidário”, in SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA, 4º, Juazeiro. 4º Simpósio Brasileiro De Captação E Manejo De Água De Chuva. Juazeiro, ABCMAC, 1 CD Room.
- DUQUE, Ghislaine, DINIZ, Paulo Cesar. (2002), “Estimulando o debate sobre Convivência com o Semi-Árido: Os Bancos de Sementes comunitários no agreste da Paraíba”, in G. Duque (org.), *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento*. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB.

- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. (2002), "Do mundo como imagem à imagem do mundo", in M. Santos et. al. (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec.
- FON, Antonio Carlos. (1994), "Seca - Solução: como conviver com a estiagem". *SUPERINTERESSANTE*, maio: 47-53.
- GALVÃO Walnice N. (1972), *As formas do falso*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- GARJULLI, Rosana. (2003), "Os recursos hídricos no Semi-Árido". *Ciência e Cultura: Temas e Tendências*, 4: 38-39.
- GEIGER, Pedro P.(2002), "Desterritorialização e espacialização", in M. Santos et. al. (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec..
- GIDDENS, Anthony. (1990), *As conseqüências da modernidade*. Tradução edição, São Paulo, UNESP.
- _____. (1995), "A vida em uma sociedade pós-tradicional", in U. Beck, A. Giddens e L. Scott (orgs), *Modernização reflexiva*. São Paulo, UNESP.
- GNADLINGER, João. [200-], *Redescobrimo a cal para construir cisternas*. [S.I.], IRPAA.
- _____. (2001), *A busca da Água no Sertão com a Vara Indicadora: Uma Introdução à Hidroestesia*. Juazeiro, IRPAA.
- _____. (2003), "Apresentação" in SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA, 4º, Juazeiro. 4º Simpósio Brasileiro de captação e manejo de água de Chuva.. Juazeiro, ABCMAC, CD-Room.
- _____. (2003), "Captação e Manejo de Água de Chuva e Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido Brasileiro: Uma Visão Integrada", in SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA, 4º, Juazeiro. 4º Simpósio Brasileiro de captação e manejo de água de Chuva.. Juazeiro, ABCMAC, CD-Room.
- _____. (2000), *Rainwater Harvesting in Rural Áreas: Colheita de Água de Chuva em Áreas Rurais*. Juazeiro, IRPAA.
- GRAZIANO DA SILVA, José (org.). (1988), *A Irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. Campinas, UNICAMP.
- GUARESCHI, Pedrinho , JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). (1995), *Texto em representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- GUERRA, Lemuel D., FERNANDES, Marcionília e RAMALHO, Deolinda. (2002), "Por uma abordagem sociológica da crise ambiental e do modelo do desenvolvimento sustentável", in G. Duque (org.), *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural*. João Pessoa, Editor Universitária/UFPB.
- HALL Stuart. (2001), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva , Guacira Lopes Louro. 4ª edição, Rio de Janeiro, DP&A. IRPAA. (2001), *A Roça no Sertão: Convivência com o Semi-árido* . 4ª edição. Juazeiro, IRPAA/ DKA ÁUSTRIA/ CRS/ MISEREOR.
- _____. (2001), *A busca da água no Sertão: Convivendo com o Semi-árido*. 4ª edição. Juazeiro, IRPAA/ CRS/ CARITAS ALEMÃ/ HORIZONT 3000.
- _____. (2001), *Cabras e ovelhas: A criação do Sertão*. 4ª edição. Juazeiro, IRPAA/ DKA ÁUSTRIA/ CRS/ MISEREOR.
- MACHADO, Carlos José Saldanha. (2003), "Apresentação". *Ciência e Cultura: Temas e Tendências*, 4: 22-23.
- _____. (2003), "Mudanças conceituais na administração pública do meio ambiente". *Ciência e Cultura: Temas e Tendências*, 4: 24-26.

- MALVEZZI, Roberto. (2001), “Fazer Água”, in Cáritas Brasileira et. al., *Água de Chuva: O segredo da Convivência com o Semi-Árido*. São Paulo, Paulinas
- MARTINS, Paulo Henrique.(2001), “Imagens ambivalentes da globalização.” *Estudos de Sociologia: revista do Programa de pós-graduação em Sociologia da UFPE*, .5, 2: 95-115.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. (1999), *A ideologia alemã (I- Feuerbach)*. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11ª edição, São Paulo, Editora Hucitec.
- MELO NETO, João Cabral de. (1967), *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Sabiá.
- MORAES FILHO, E. (Org.) (1983), *Georg Simmel: Sociologia*. Tradução Carlos Alberto Pavaneli et. al. São Paulo, Ática.
- MOSCOVICI, Serge. (1994), “Prefácio”, in GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). (1995), *Texto em representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- MUTIRÃO DE ENTIDADES PARA A CONVIVÊNCIA COM O CLIMA NO NORDESTE. [S.I.] *Mutirão: Mulher e Homem no Nordeste*. Picos, CARITAS-PI/ MEB- PICOS-PI/ IRPAA.
- ORTIZ, Renato. (2000), *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- PETRELA, Riccardo. (2002), *O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes.
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO, primeiro, 1999, Salvador, Anais. Salvador, UNEB / União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil, Editora da UNEB, 2000. 1 livro.
- Programa de beneficiamento do IRPAA ajuda a transformar vida de famílias da região. JORNAL DA FENAF, 18 a 21 de junho 2002: 9, Juazeiro, Feira Nacional Da Agricultura Familiar.
- QUINTANS, Lucindo (2001), “A Globalização Econômica, o Nordeste Brasileiro e seu Semi-Árido”, in *Viabilização do semi-árido nordestino*. Recife, Instituto Materno Infantil de Pernambuco.
- REBOUÇAS, Aldo C.(2003), “A sede zero”. *Ciência e Cultura: Temas e Tendências*, 4: 33-35.
- ROCHA, Ana Georgina Peixoto. (2002), “Organizações não-governamentais no espaço rural: uma análise de experiências na Bahia”. *CADERNOS DO CEAS*, 202: 51-76.
- ROCHE, Chris. (2002), *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. Tradução Tisel Tradução e Interpretação Simultânea Escrita. 2ª edição, São Paulo, Cortez: ABONG; Oxford: Oxfam.
- ROSA, João Guimarães. (1970), *Grande Sertão: Veredas*. 7ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editor.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2001), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8ª edição, São Paulo, Cortez.
- _____. (2002), Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.: Contra o desperdício da experiência. V. 1. *A crítica da razão indolente*. 4ª edição, São Paulo, Cortez.
- SANTOS, Elisabete de O . Costa. (2000), *Criação de galinhas caipiras*. Juazeiro, IRPAA/ FUNDAÇÃO HEINRICH BOOL.

- SANTOS, Milton. (2001), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª edição, Rio de Janeiro, Record.
- _____. (2002), “O retorno do território”, in M. Santos et. al. (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*. 5ª edição, São Paulo, Editora Hucitec.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). (2002), *Território: Globalização e Fragmentação*. 5ª edição, São Paulo, Editora Hucitec.
- SCHISTEK, Harald, MARTINS, Lucineide. (2001), *A Convivência com o Semi-Árido no município de Curaçá-Bahia*. Juazeiro, IRPAA/ SEME/ DCH III.
- _____. (2003), *A convivência com o Semi-Árido*. São Paulo, Peirópolis.
- SCHISTEK, Haroldo. (1998), *A Construção de Cisternas de Tela e Arame*. Paulo Afonso, Editora Fonte Viva.
- SOUZA, Ivânia Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos (orgs.). (2003), *Educação para a convivência com o semi-árido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá*. São Paulo, Peirópolis.
- SPINK, Mary Jane (org.). (2000), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2ª edição, São Paulo, Cortez.
- SPINK, Mary Jane, MEDRADO, Benedito. (2000), “Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas”, in M. J. Spink (org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2ª edição, São Paulo, Cortez.
- TANTON, Christian. (2000), “Alternância e Parceria: Família e meio sócio-profissional”, in SEMINÁRIO INTERNACIONAL PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO, primeiro, 1999, Salvador, Anais. Salvador, UNEB / União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil, Editora da UNEB, 2000. 1 livro.
- TEXEIRA, Elenaldo Celso. (2001), *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo, Cortez/ Equip. Salvador/ UFBA.
- TUNDISI, José Galizia. (2003), “Ciclo hidrológico e gerenciamento integrado”. *Ciência e Cultura: Temas e Tendências*, 4: 31-33.
- UNICEF/ IRPAA/ CARITAS. (2001), *Cada gota é importante*. 2ª edição, Juazeiro, UNICEF/IRPAA/CARITAS.
- VEIGA, José Eli da. (2003), *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP, Autores Associados.
- VERGOLINO, Tercina Barbosa, VERGOLINO, José Raimundo.(1997), “Reforma do Estado: Efeitos sobre a renda e o emprego na região do submédio São Francisco (Petrolina/Juazeiro)”. *REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE*, . 28, edição especial: 447-459.
- VIEIRA, Lizt. (2001), *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro, Editora Record.
- VILAR FILHO, Manuel Dantas. (2001), “Secas e Ciclos Secos - Sinopse Analítica”, in *Viabilização do semi-árido nordestino*. Recife, Instituto Materno Infantil de Pernambuco.
- WEBER, Max. (1999), *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. 2. Tradução Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília.
- ZILLY, Berthold. (2000), "A reinvenção do Brasil a partir dos sertões. Como Canudos é a quintessência do sertão, e o sertão a quintessência do país, o livro de Euclides da Cunha "é" o país, ele reinventa o Brasil, contribuindo para a idéia que a nação tem de si mesma". *Canudos Revista*, 4, 1/2: 107-121.

GOMES, Alfredo M. (1995), *O imaginário social da seca e suas implicações para a mudança social*. Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE.

SILVA, Álamo Pimentel G. da. (2002), *O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semi-árido brasileiro*. Tese de Doutorado. U.F.R.G.S.

ANEXOS

ANEXO A - MATERIAL DOCUMENTAL ANALISADO

➤ **RELATÓRIOS:**

- Relatório de Avaliação Externa do PRO CUC. Avaliadores: Ana Carolina Baker Botelho e Francisco das Chagas Ribeiro Filho. Ano: 2002.
- Relatório da 1ª Oficina sobre Relações de Gênero. IRPAA, abril de 2000.
- Relatório da 2ª Oficina sobre Relações de Gênero. IRPAA, setembro de 2000.
- Um olhar sobre o material didático do IRPAA(Avaliação externa). Avaliadora: Maria Sueli Rodrigues de Souza (sem indicação de data).
- Relatório da Pré-Conferência “ Educação para a Convivência com o Semi-Árido”. Cajazeiras,PB. Novembro de 2003.
- Relatório : A RESAB esteve presente no IV ENCONASA. Novembro de 2003.
- Relatórios de reuniões da Comissão do Livro Didático (reuniões realizadas em 2003)

➤ **PROTOCOLOS, CARTAS E TERMOS DE COMPROMISSO**

- Protocolo de compromissos. Iº SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. Outubro de 2000.
- Carta de Fundação e Princípios da RESAB (Rede de educação do semi -árido brasileiro). Juazeiro - BA, Abril de 2002.
- Carta de Esclarecimento (sobre o PROJETO RESAB). Juazeiro – BA, 2002.
- Carta Aberta: Por um Nordeste Viável. Assinantes: Organizações membros do Mutirão de Entidades para a Convivência com o Clima do Nordeste. Data:21 de agosto de 1998.

➤ **PROGRAMAS E PROJETOS**

- Programa de apoio educativo, técnico e comunitário para a vida, escola, produção, beneficiamento e comercialização sustentáveis no contexto climático de tres municípios do semi - árido - quente brasileiro. PRO CUC/ IRPAA. 1999.
- Projeto Educação para a Inclusão: Universalização e Qualidade da Educação no Semi-Árido Brasileiro. UNEB- DCH III/ IRPAA/RESAB.Agosto de 2001.
- Projeto Educação para a Inclusão: Integração e Desenvolvimento Social no Semi-Árido. IRPAA/ PETI. Parceria UNICEF/SETRAS/ MOC/ UNEB/ PREFEITURAS.2003.
- Elementos para o Referencial do Livro Didático. De Cláudia Maísa ^a Lins e Edineusa Ferreira Sousa

➤ **AGENDAS E LISTAS DE DADOS**

- Agendas de trabalho e Planilhas de Atividades de alguns setores do IRPAA, para o ano 2003.
- Levantamento de números de participantes nos cursos de Hidroestesia (1995 até maio 2002).
- Listas de participantes nos cursos anuais do IRPAA, Escola de Formação de Lavradores e Lavradoras, de 1992 a 2003.

➤ **FOLDERS E ENCARTES:**

- IRPAA - PRO CUC
- IRPAA - convivência com o semi - árido: Educação para convivência com o semi-árido
- Umbú -"o sabor natural do sertão"
- Água bem comum
- Semana da água (15 a 22 de março de 2002) : Água para regar a vida
- 1 milhão de cisternas para quem tem sede de uma vida melhor no semi - árido:
ASA

➤ **OUTROS MATERIAIS**

- A gota da água nos ensina- Jogo pedagógico (material didático para uso escolar).
- A trilha da Água- Jogo pedagógico(material didático para uso escolar).
- Caminhando e Cantando em Comunidade. (livro com roteiro das orações comuns aos rituais da igreja, e cantos, usado durante os eventos realizados pelo IRPAA que foram observados durante a pesquisa
- Fórum Estadual de Educação do Campo (histórico do movimento de Educação do Campo na Bahia-documento apresentado na Pré-Conferência Estadual de Educação para a Convivência com o Semi-Árido, realizada em Juazeiro, em novembro de 2003.

ANEXO B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

O objetivo das entrevistas foi o mesmo para todos os entrevistados: Levantar os motivos que os levaram ao trabalho com o IRPAA, conhecer seu lugar no trabalho para a Convivência com o Semi-Árido, perceber sua concepção da Convivência, e o processo como foi se desenvolvendo essa proposta. As entrevistas foram semi-estruturadas, adotando-se para abordagem de cada pessoa entrevistada o seguinte roteiro:

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1- Pergunta comum a todos os entrevistados (colocada de início):

- Você poderia me falar um pouco de você: Seu nome completo, idade, formação, etc. O que lhe motivou para esta história da Convivência com o Semi-árido? Como se integrou ao trabalho do IRPAA?

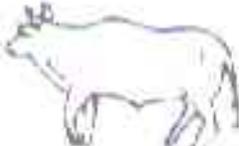
2- Perguntas exclusivas para os que se sabia serem fundadores do IRPAA (acrescentada à pergunta anterior):

-Como se chegou à essa idéia da Convivência com o Semi-Árido?

-O que é o IRPAA? Como funciona? Como é sua história?

ANEXO C

NECESSIDADE MÍNIMA DE ÁGUA PARA O CONSUMO

		Litros por dia	Litros por mês	Litros por 8 meses
	GADO	53	1.590	12.720
	CAVALO JUMENTO	41	1.230	9.840
	CABRA OVELHA PORCO	6	180	1.440
	GALINHA	0,2	6	48
	CRIANÇA HOMEM MULHER	14	420	3.360

Fonte : IRPAA (2001). A busca da água no Sertão : Convivendo com o Semi-Árido. 4ª edição. Petrolina, p.41.

ANEXO D

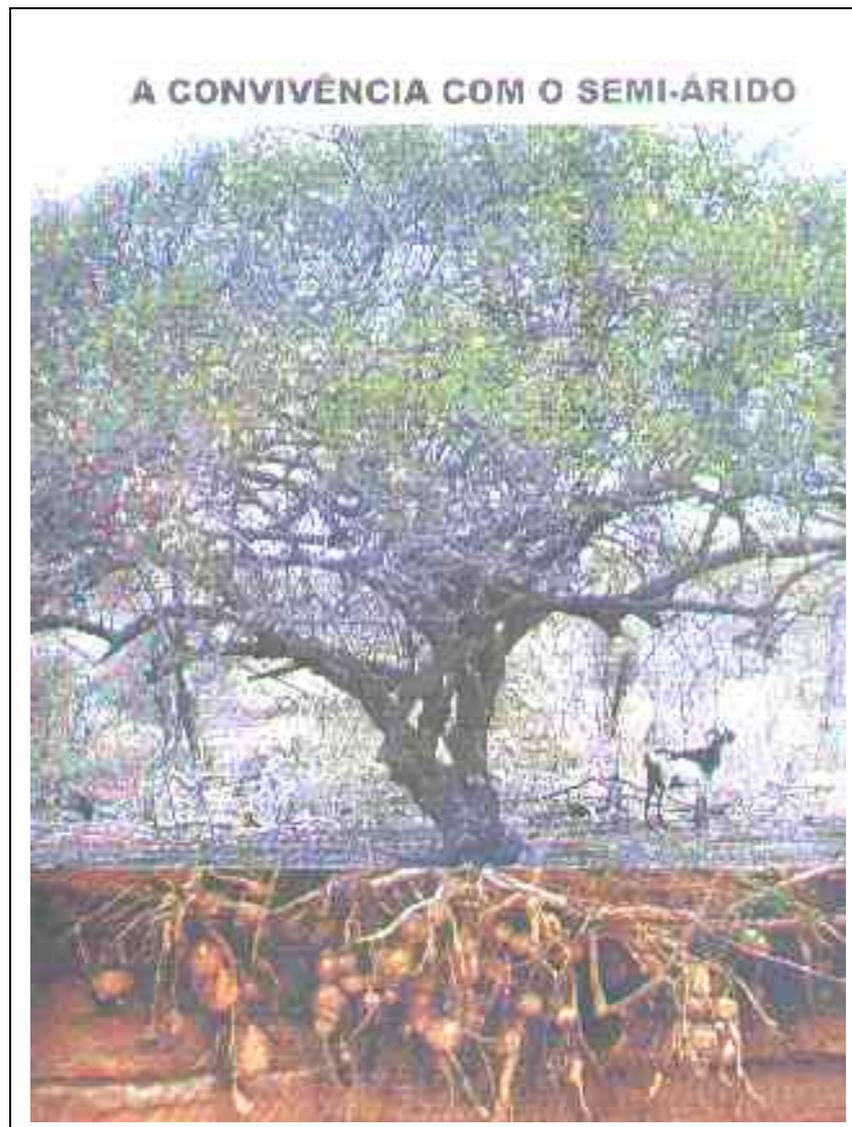


FIGURA 1

Fonte : IRPAA (2001). A busca da água no Sertão : Convivendo com o Semi-Árido. 4ª edição. Petrolina, p.31.

“A NATUREZA É UMA COMUNIDADE”

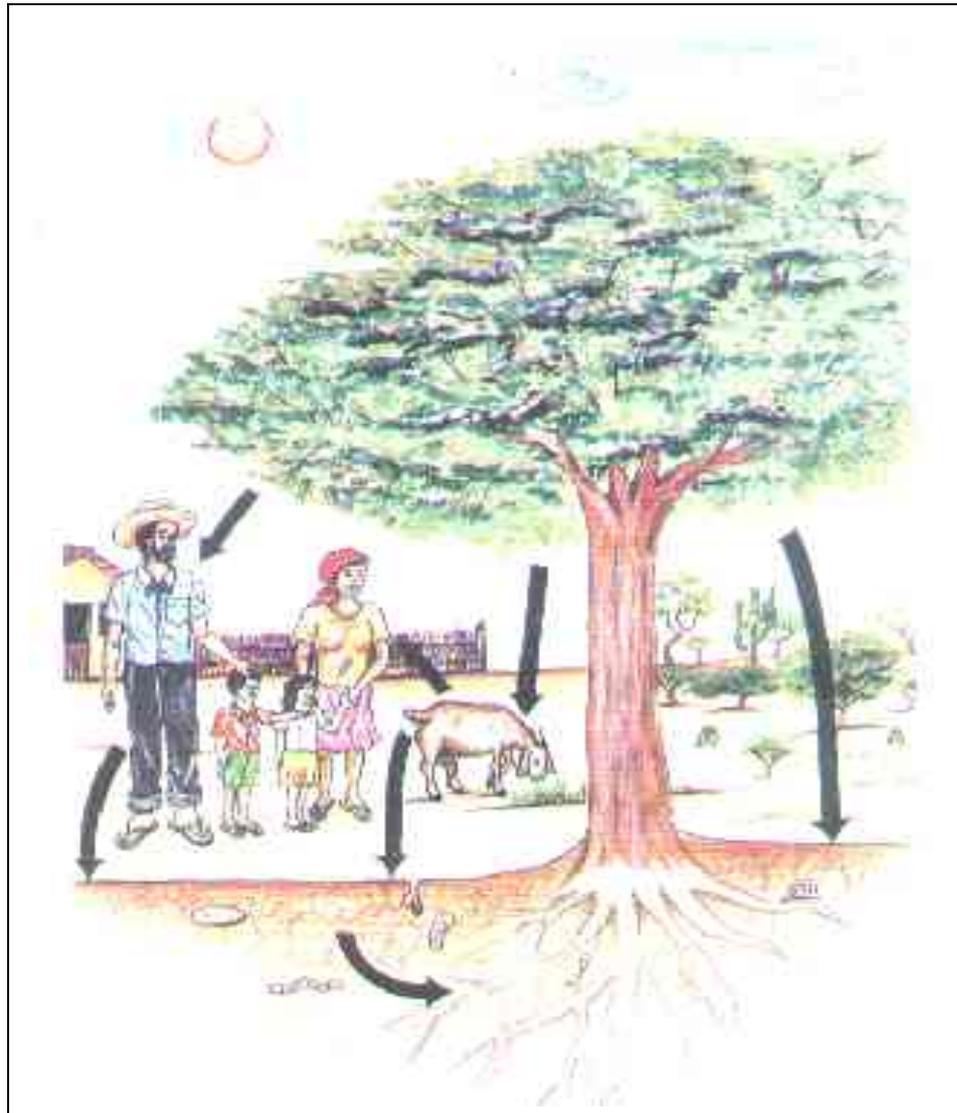


FIGURA 2

edição. Petrolina: Gráfica Franciscana, p.20.

